

MARIANA OLIVEIRA SILVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: LIMITAÇÕES NA
RELAÇÃO ENTRE CATADORES E PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA
ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS (2000 - 2017)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

S586p
2018

Silva, Mariana Oliveira, 1989-

A política nacional de resíduos sólidos : limitações na relação entre catadores e poder público municipal na Zona da Mata - MG (2000 - 2017) / Mariana Oliveira Silva. – Viçosa, MG, 2018.

xv, 142 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Tiago Augusto da Cunha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 129-138.

1. Gestão integrada de resíduos sólidos - Brasil. 2. Lixo - Eliminação - Política governamental - Brasil. 3. Catadores de lixo. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22. ed. 628.440981

MARIANA OLIVEIRA SILVA

**A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: LIMITAÇÕES NA
RELAÇÃO ENTRE CATADORES E PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA
ZONA DA MATA - MG (2000 - 2017)**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 28 de fevereiro de 2018.


Gustavo Soares Iorio


Regina Estêves Lustoza


Teresa Cristina de Almeida Faria


Tiago Augusto de Lima
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelas oportunidades que tem me concedido, principalmente pelos estudos, realidade ainda distante de muitos brasileiros. Torço e luto para que esse cenário se modifique e que a academia seja um espaço mais inclusivo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais, Wilmar e Beth, pela compreensão da distância e por torcer sempre pela minha felicidade, independente das minhas escolhas. Sem o apoio de vocês a conclusão dessa etapa seria ainda mais árdua. Amo vocês incondicionalmente! Ao Bruno, Flávia e André pelos bons encontros de família e risadas garantidas. Obrigada pelas palavras sinceras de vocês. Somos mais que irmãos, amigos por toda eternidade. Gratidão por nossa união e apoio mútuo.

À família Pinheiro Brandão por todo carinho e torcida. Tia Rosa, suas orações com certeza contribuíram muito para que eu fosse mais forte e enfrentasse todos os desafios que surgiram na minha caminhada. Aos meus tios, Aymara e Júlio, que assumem de fato o significado da palavra apadrinhamento. Vocês sempre me ampararam como uma filha e me deram dois irmãos queridos, Lucas e Milena.

Ao Alisson por todo amor, paciência e constantes auxílios. Sua sabedoria me inspira a querer ser uma pessoa mais evoluída intelectualmente e espiritualmente. Aos grandes amigos espalhados por esse mundo que torceram ao meu lado por mais essa vitória. As estradas nunca foram empecilho para que nossos laços continuassem firmes e que fôssemos presentes na vida um do outro.

Aos amigos do mestrado (Arthur, Marine e Maria) e os que me acompanharam nesses últimos anos em Viçosa, principalmente a Laura. Meus dias ao lado de vocês foram mais felizes e divertidos. A amizade de todos vocês foi muito importante para que eu pudesse minimizar minhas inseguranças. Por falar nisso, como não agradecer ao Wander que me emprestou seus ouvidos e teve por muitas vezes o dom da serenidade em nossas conversas. Obrigada por me ajudar a controlar minha ansiedade e acreditar mais no meu potencial.

Agradeço a Flávia Ferreira por todas as ajudas durante esse tempo na academia. Obrigada por nunca ter medido esforços para me auxiliar com sua sabedoria.

Agradeço também à prof.^a Nádia Dutra, que se tornou uma grande amiga. Você é uma profissional admirável, me espelho na sua dedicação ao trabalho e empenho para que os catadores sejam protagonistas da gestão de resíduos recicláveis.

Aos catadores das associações/cooperativas pesquisadas (Acamaru, Aguapé, Asman, Ascamare, Acat, Acamare, Alicer, Ascajuf e Amares) que me receberam com muito carinho e me transmitiram grandes aprendizados. Obrigada por terem me cedido as entrevistas e relatos riquíssimos. Também aos representantes do Poder Público de Urucânia, Manhumirim, Muriaé, Viçosa e Juiz de Fora que foram bastante solícitos e me ajudaram com as entrevistas e informações necessárias para que essa dissertação fosse concluída.

À CAPES, por ter me concedido a bolsa de estudos, sem ela esse trabalho não seria possível. Aos professores que tive durante o mestrado e aos funcionários da Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo, em especial ao Coutinho que não mediu esforços para me ajudar com as burocracias do sistema administrativo. Ao meu orientador, Tiago Augusto da Cunha, pelos conhecimentos transmitidos e olhar crítico direcionado ao urbanismo. Por diversas vezes você me fez repensar sobre o tipo de profissional que quero ser, obrigada. Por fim, agradeço à cidade de Viçosa e a UFV por terem me proporcionado momentos inesquecíveis durante todos esses anos de estudo e amadurecimento pessoal e profissional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica dos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, Urucânia.....	11
Figura 2: Porcentagem de desocupados na População Economicamente Ativa (PEA), 1981 á 2001.....	28
Figura 3: Número de catadores de materiais recicláveis 1989 -1999.....	31
Figura 4: Pirâmide da cadeia da reciclagem.....	33
Figura 5: Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).....	54
Figura 6 – Linha do tempo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).....	56
Figura 7: Gráfico por tipo de destinação final no Brasil, 2016.....	57
Figura 8: Quantidade de municípios por região com iniciativas de coleta seletiva, 2016.....	59
Figura 9: Mapa da quantidade de catadores inseridos em associações ou cooperativas,2017.....	61
Figura 10: Planejamento dos Planos de Resíduos Sólidos.....	64
Figura 11: Mapa de distribuição da quantidade de municípios, segundo a existência de PGIRS.....	66
Figura 12: Mapa de Minas Gerais, municípios segundo a existência de PGIRS.....	67
Figura 13: Usina de Triagem e Reciclagem de Juiz de Fora, local de trabalho da ASCAJUF.....	74
Figura 14: Galpão da Associação APARES de Juiz de Fora- MG.....	77
Figura 15: Galpão 1 da Associação ALICER de Juiz de Fora.....	78

Figura 16: Galpão 2 da Associação ALICER de Juiz de Fora- MG.....	78
Figura 17: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Juiz de Fora.....	83
Figura 18: Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa, local de trabalho da Associação ACAMARE de Viçosa- MG.....	86
Figura 19: Galpão da Associação ACAT de Viçosa- MG.....	87
Figura 20: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Viçosa.....	94
Figura 21: Usina de Triagem de Muriaé, local de trabalho da Associação ASMAM..	95
Figura 22: Galpão da Associação ASCAMAREM de Muriaé- MG.....	95
Figura 23: Bairros atendidos pela coleta seletiva de Muriaé.....	97
Figura 24: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Muriaé	102
Figura 25: Caminhão da Cooperativa Aguapé utilizado para fazer a coleta seletiva de Manhumirim- MG.....	103
Figura 26: Usina de Triagem e Compostagem de Lixo de Manhumirim da Cooperativa Aguapé de Manhumirim (área rural).....	104
Figura 27: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Manhumirim.....	107
Figura 28: Usina de Triagem e Compostagem de Jatiboca (Urucânia), local de trabalho da Associação ACAMARU.....	108
Figura 29: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Urucânia.....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População Residente, Produto Interno Bruto per capita, Domicílios Particulares Permanentes e Renda per capita segundo municípios, Valores Absolutos, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, Urucânia, 2010.....	09
Quadro 2: Classificação territorial do IBGE em pequeno, médio e grande porte, 2010.....	10
Quadro 3: Organizações de catadores e órgãos gestores de resíduos, segundo municípios, Juiz de Fora, Muriaé, Viçosa, Manhumirim, Urucânia, 2017.....	12
Quadro 4: Documentos analisados por município, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia, 2018.....	15
Quadro 5: Disposição final de resíduos por quantidade de municípios, 2016.....	58
Quadro 6: Metas e prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).....	69
Quadro 7: Ano de implantação da coleta seletiva segundo municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, 2017.....	114
Quadro 8: Ano de implantação de aterros sanitários segundo municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, 2017.....	115
Quadro 9: Planos de resíduos sólidos nos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia 2017.....	116

Quadro 10: Valor médio da arrecadação, segundo as organizações de catadores dos municípios de Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia, 2017.....	118
Quadro 11: Ano de formalização das organizações de catadores segundo municípios, Juiz de Fora, Muriaé, Viçosa, Manhumirim, Urucânia, 2017.....	119
Quadro 12: Organizações de catadores dos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia que possuem “Bolsa Reciclagem”, 2017.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELPE: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACAMARE: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa

ACAMARU: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Uruçânia

ACAT: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis

AGUAPÉ: Cooperativa Aguapé de Manhumirim

ALICER: Associação Lixo Certo de Juiz de Fora

APARES: Associação de Catadores de Papéis e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora

ASCAMAREM: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Muriaé

ASCAJUF: Associação de Catadores de Juiz de Fora

ASMAN: Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Muriaé

ASMARE: Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis

CAAE: Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAUC: Cadastro Único de Convênios

CBO: Classificação Brasileira de Ocupações

CMRR: Centro Mineiro em Referência de Resíduos

CIISC: Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

CONAMA: Conselho Nacional de Meio Ambiente

COOPAMARE: Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

CNM: Confederação Nacional dos Municípios

DEMLURB: Departamento Municipal de Limpeza Urbana

DEMSUR: Departamento Municipal de Saneamento Urbano

EPI: Equipamento Proteção Individual

EXPOCATADORES: Encontro Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FUNASA: Fundação Nacional de Saúde

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSEA: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

ITCP/UFV: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa

MDS: Ministério de Desenvolvimento Humano

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MNRC: Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

PERS: Plano Estadual de Resíduos Sólidos

PEV: Posto de entrega voluntária

PMGIRS: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMSB: Plano Municipal de Saneamento Básico

PNRS: Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNSB: Plano Nacional de Saneamento Básico

PPA: Plano Plurianual

SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SEADE: Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo

SINIR: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SRHU: Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFV: Universidade Federal de Viçosa

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

SILVA, Mariana Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018.
A Política Nacional de Resíduos Sólidos: limitações na relação entre catadores e Poder Público municipal na Zona da Mata - MG (2000 – 2017). Orientador: Tiago Augusto de Lima.

O modelo de organização produtiva pós-fordista adotado no Brasil em meados da década de 1990 gerou inúmeras transformações na sociedade. Uma de suas implicações foi a reestruturação das relações de trabalho através de contratos mais flexíveis, aumento da terceirização de serviços, arrocho salarial, contratação pontual, dentre outras desse novo contexto. Como reflexo dessas mudanças atingimos altas taxas de desemprego estrutural. Excluídos do trabalho formal por não possuir a qualificação exigida pelo mercado, um grande contingente de indivíduos ocupou as ruas a procura de alguma atividade que garantisse sua sobrevivência. Foi nesse contexto de grande de intensificação produtiva e precarização das condições de trabalho que a catação dos resíduos recicláveis se tornou uma alternativa de renda para muitos brasileiros. A geração exacerbada de resíduos está ligada diretamente à cultura do consumo imposta por esse novo formato de capitalismo, gerando o agravamento da questão socioambiental. Diante disso, o Poder Público passou a ser pressionado pela sociedade civil organizada a tomar medidas para resolver esses problemas do tratamento e alocação dos resíduos sólidos. Buscando suprir esta demanda, o legislativo começa a discutir a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que é aprovada no ano de 2010. Diante da aprovação dessa lei (nº12.305/10), todos os municípios brasileiros foram obrigados a cumprir diversas normas, dentre elas implantar a coleta seletiva e incluir os catadores na gestão de resíduos até 2014. Em função do alto descumprimento dessa Lei Federal, o presente estudo objetiva compreender as limitações na relação entre às organizações catadores e o Poder Público municipal. Ou seja, quais são os entraves existentes entre esses dois segmentos sociais que influenciam a gestão municipal de resíduos sólidos e inviabiliza a consolidação da PNRS. Para isso foi realizado um

estudo demonstrativo compreendendo cinco municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia) com diferentes portes territoriais, segundo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorte foi realizado com o intuito de isolar fatores, tendo em vista que o porte do município influencia o planejamento urbano de resíduos. Essa pesquisa tem caráter qualitativo e foi conduzida pelos procedimentos metodológicos de observação participante e entrevistas com roteiros semiestruturados. Os resultados sugerem que a ação coletiva das organizações de catadores se mostra importante e contribui de forma positiva no gerenciamento dos resíduos recicláveis, no entanto são ineficientes em alterar estruturalmente os mecanismos para cumprimento da PNRS, prevalecendo os interesses econômicos e políticos dos gestores públicos locais.

ABSTRACT

SILVA, Mariana Oliveira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018.
The National Solid Waste Policy: limitations on the relation between scavengers and municipal Public Power in Zona da Mata - MG (2000 – 2017).
Adviser: Tiago Augusto de Lima.

The post-Fordist productive organization model adopted in Brazil in the mid-1990s generated numerous changes in the society. One of them was the restructuring of labor relations through more flexible contracts, the increasing of outsourcing services, salary tightening, temporary contract jobs, among others changes in this new context. As a reflection of these changes, it has been reached high rates of structural unemployment. Many people were excluded from formal work because they did not have the qualification demanded by the market and they occupied the streets in search of some activity that would guarantee their survival. It was in this context of intensification of production and substandard working conditions that the recycling process of recyclable materials became an alternative job for many Brazilians. The workers collect and sell the recyclable waste generated by a minority portion of the population. The exacerbated production of waste is directly linked to the culture of consumption imposed by the new capitalism, causing the intensification of socio-environmental problems. Observing this fact, the Public Power started to be pressured by organized civil society to take measures to solve problems of treatment and allocation of solid waste. Aiming to complement this demand, the legislature began to discuss the approval of the National Solid Waste Policy (NSWP), which was approved only in 2010, twenty years after being proposed. Because of the approval of this law (No. 12,305 / 10), all Brazilian cities were obliged to follow many rules, as the implementation of selective waste collection and the inclusion of the collectors on the management of waste until 2014. For the non-compliance of this law, this study aims to understand the limitations on the relationship between the of waste collectors and the municipal Public Power. That is, what are the between these two social segments to influence municipal solid waste management and unfeasible the consolidation of the NSWP unfeasible.

For this, a demonstrative study comprising five cities of the Zona da Mata of Minas Gerais (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim and Urucânia), with different territorial sizes according to the parameters of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGS). This is a qualitative research that used as tools for data collection the participant observation method and semi structured interviews. The results suggest that the collective action of waste pickers' organizations is important and contributes positively to the management of recyclable waste, however, they are inefficient in promoting structurally changes to the mechanisms for compliance with the NSWP, prevailing the economic and political interests of local public managers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	07
CAPÍTULO I - TRABALHO INFORMAL E PRECARIZAÇÃO.....	21
1.1 Sistema produtivo Pós - Fordista e suas consequências.....	21
1.1.1 Os efeitos da produção flexível numa economia capitalista periférica: o caso brasileiro.....	26
1.2 Os catadores de materiais recicláveis: surgimento e institucionalização.....	31
1.3 Economia Solidária e a ação coletiva dos catadores de materiais recicláveis....	36
1.4 Consumo predatório e suas consequências ambientais e sociais.....	42
CAPÍTULO II - RESÍDUOS SÓLIDOS E OS DESAFIOS DE SUA GESTÃO.....	46
2.1 As recentes políticas públicas sobre resíduos e sua articulação com os movimentos sociais.....	47
2.2 Um olhar analítico sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	53
CAPÍTULO III - A ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA POR MUNICÍPIO.....	71
3.1.1 Juiz de Fora.....	72
3.1.2 Viçosa.....	84
3.1.3 Muriaé.....	94
3.1.4 Manhumirim.....	102
3.1.5 Urucânia.....	108
ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
BIBLIOGRAFIA.....	129
ANEXOS	139

INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 1970 o modelo de gestão produtiva passou por significativas transformações. A produção em massa e o agrupamento de estoque, característicos do sistema fordista foram substituídos por um arranjo produtivo mais flexível voltado à confecção de mercadorias em menor escala para atender um mercado mais dinâmico. Ocorre também neste momento uma revolução científico-tecnológica na indústria, que passa a inserir produtos com inovações constantes e menos duráveis no mercado, incentivando intensamente o consumo. Todas essas mudanças são frutos de uma tentativa de reverter a crise do antigo modelo, que vinha esgotando as possibilidades de manutenção das taxas de acumulação de capital.

Com a adoção desse novo modelo capitalista, o mercado de trabalho e as relações sociais passaram igualmente por uma reorganização. Surgiram modificações nas relações de trabalho como: contratos mais flexíveis, aumento da terceirização de serviços, precarização do trabalho formal, aumento do contingente de trabalhadores informais, arrocho salarial, contratação pontual, entre outras. Esses fatores levaram ao aumento da taxa de desemprego e ao enfraquecimento da atuação dos sindicatos trabalhistas. Passou a existir uma oferta de mão de obra muito maior que a demanda do mercado, configurando uma situação de desemprego estrutural e formando uma massa de desempregados.

Para Harvey (1992), a etapa capitalista que sucede o Fordismo é caracterizada pela “acumulação flexível” e se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, novos mercados de trabalho, novos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. Segundo este autor, o modelo Fordista, que possuía características estáveis, foi substituído pela instabilidade, pela brevidade, a cultura passou a ser vista como um produto, como um objeto do mercado. Esse novo arranjo é movido pelo espetáculo e pela imagem.

Esses efeitos chegaram ao Brasil na segunda metade dos anos de 1980. A condição de capitalismo periférico foi acentuada através da precarização do trabalho

e da informalização, elevando os já altos índices de desemprego estrutural (SINGER, 1999). Pode-se afirmar, então, que o desemprego (ou a desocupação) representa um risco individual e coletivo com graves impactos sobre a manutenção do bem-estar e do processo de cidadania. Essas consequências trazidas pela reestruturação produtiva impactaram fortemente as cidades brasileiras, sobretudo as maiores. Segundo Castriota (2003), a adoção desse novo modelo capitalista junto às suas ações modernizadoras sem desenvolvimento ocasionou a formação de um segmento de excluídos pelo país, que sem uma prática cidadã consolidada e sem o suporte do Estado teve imposta a flexibilização do trabalho sem esboçar ações maiores de resistência.

Estes grupos excluídos do mercado formal tomaram as ruas à procura de alguma ocupação profissional. Foi nesse mesmo momento que a catação de resíduos recicláveis passou a ser uma alternativa de geração de renda. Os abandonados pela reorganização do sistema produtivo recorreram às sobras deste mesmo sistema como única alternativa à sobrevivência, embora persistam relegados a um segundo plano e, logo, estigmatizados em diversos âmbitos (social, econômico, cultural, etc).

O aumento da produção de resíduos e seu descarte incorreto engendram diversos problemas sociais e ambientais. Diante desses impactos cada vez maiores amplos debates vêm acontecendo. Se de um lado o tema resíduos sólidos se tornou um problema relevante, de outro o poder público passou a ser pressionado por movimentos sociais (principalmente os formados pelos próprios catadores) e por diversos setores da sociedade para buscar alternativas que solucionem essa problemática socioeconômica através de políticas públicas e leis que assegurem o manejo adequado dos resíduos concomitantemente com a inclusão social dos catadores.

Em nossa sociedade os catadores de materiais recicláveis têm sido tratados como um segmento marginal da população que sobrevive da venda dos resíduos rejeitados por uma parte população que tem um poder maior de consumo. Trata-se da persistente substituição do velho pelo novo e uma valoração do indivíduo (status)

por conseguir realizar constantemente novas compras. Esse fato está relacionado ao crescimento do consumo e de uma substituição de supérfluos a itens básicos.

Geralmente o trabalho dos catadores não é valorizado, mesmo contribuindo com a conservação do meio ambiente e com a limpeza das cidades. As condições de trabalho desses sujeitos normalmente são precárias, recebem baixos salários e vivem em condições insalubres. Além do mais, sofrem preconceitos sociais e são estigmatizados por trabalharem com lixo. Diante dessa situação, os catadores vêm buscando se articular em diferentes formatos (associações e cooperativas) para reivindicarem melhorias sociais e se fazerem notar na arena política, de forma a ressignificar a função social da catação de recicláveis.

Com o surgimento no final da década de 1980 das primeiras organizações de catadores, as manifestações protagonizadas por essa categoria começaram a ter repercussão e contribuíram para com o fortalecimento e o aparecimento de novos coletivos de trabalhadores em todo Brasil. Desde então os catadores começaram a ganhar visibilidade e passaram a integrar inúmeros debates com o propósito de fortalecer sua classe trabalhadora. A partir desse fenômeno criou-se o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC), maior movimento social de representação popular da reciclagem. Essa organização busca garantir o protagonismo e a independência dos catadores orientados por princípios autogestionários da “Economia Solidária”, além de ser a “ponta-de-lança” desse segmento nas negociações por melhores condições de trabalho com os governos municipais, estaduais e Federal.

Essas demandas dos catadores e do MNCR têm maior repercussão na sociedade brasileira a partir de um importante marco no cenário da reciclagem: a aprovação da Lei nº 12.305 de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Essa normatização minimizaria os efeitos nocivos da geração intensa de resíduos, sejam eles sociais e/ou ambientais, já que de acordo com a Lei todos os municípios brasileiros deveriam implantar até 2014 um sistema de coleta seletiva com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis. Além, de instituir a erradicação dos

lixões a céu aberto, a logística reversa e possibilitar a contratação das organizações pelo Poder Público municipal com dispensa de licitação.

A PNRS é um instrumento que atenderia boa parte dos anseios dos que almejavam uma gestão comprometida em solucionar a problemática dos resíduos. No entanto, seu cumprimento tem encontrado diversas barreiras, sobretudo nos municípios brasileiros, que tem falhado em se adequar a essa nova realidade definida pela Lei.

Diante da relevância do trabalho dos catadores de materiais recicláveis em um contexto de grande geração de resíduos e de difícil administração dos mesmos, acredita-se que quando os catadores têm uma atuação coordenada, ou seja, uma ação coletiva as possibilidades de negociação com o Poder Público municipal no que se refere ao cumprimento da PNRS são melhores. Levando em consideração que a relação entre esses atores muitas vezes é permeada de conflitos, já que geralmente possuem interesses distintos. É de extrema relevância analisar cada aspecto que compõe esse universo, tanto por parte das organizações de catadores como dos gestores locais.

Nesse sentido, a pesquisa objetiva compreender as limitações na relação entre às organizações catadores e o Poder Público municipal. Ou seja, quais são os entraves existentes entre esses dois segmentos sociais que influenciam a gestão municipal de resíduos sólidos e inviabiliza a consolidação da PNRS. Para isso foi realizado um estudo demonstrativo compreendendo cinco municípios da Zona da Mata de Minas Gerais com diferentes portes territoriais, segundo os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para tanto, foram selecionados: um município de grande porte (Juiz de Fora), dois de médio porte (Viçosa e Muriaé) e dois de pequeno porte (Manhumirim e Urucânia).

O recorte realizado na pesquisa tem relação com interesse em analisar o tema fora dos eixos metropolitanos, onde os catadores eram mais presentes na década de 1980 e 1990. Esse contexto foi se modificando e hoje esses trabalhadores estão espalhados por todo o Brasil, devido a exclusão do setor formal e aumento do volume dos resíduos sólidos.

Além disso, os aspectos quantitativos foram priorizados no que se refere ao tamanho da população. Nesse sentido, procurou-se isolar fatores tendo em vista que o porte do município influencia o planejamento urbano de resíduos sólidos: emprego de recursos municipais, quantidade de empreendimentos coletivos de catadores, custos com o tratamento de resíduos, relação de proximidade dos catadores e gestores públicos, entre outros.

Somando as esses fatores, os municípios selecionados fazem parte de uma parcela mínima de catadores organizados em associações e cooperativas. A PNRS incentiva a organização dos catadores e prioriza sua participação na coleta seletiva municipal. Mesmo que o trabalho da catação individual possua grandes desvantagens, a maior parte dos catadores brasileiros ainda trabalha dessa forma, ficando excluídos das políticas públicas de reciclagem e sendo explorados pelos pequenos atravessadores que pagam preços baixíssimos pelos materiais. Esses catadores também não possuem maquinário necessário para o beneficiamento dos resíduos recicláveis.

A pesquisa tem caráter qualitativo, a escolha desse tipo de metodologia está relacionada à contribuição de seus métodos para uma investigação que objetiva compreender comportamentos, ações dos indivíduos e desvendar questões simbólicas. Para entendermos as particularidades de cada município e organização de catadores foram realizadas observações participantes, entrevistas com os representantes das organizações de catadores e gestores públicos e análises de documentos referentes ao planejamento urbano de resíduos sólidos.

O interesse em entender a relação os segmentos sociais da pesquisa (organizações de catadores e Poder público municipal) para analisar o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos- PNRS nos municípios da Zona da Mata de mineira selecionados ocorreu, sobretudo, a partir de uma prévia investigação sobre as diferentes dinâmicas de trabalho das organizações de catadores, como também da diversidade no gerenciamento de resíduos existente nas cidades que a pesquisa se propôs estudar. As singularidades de cada uma delas concentram- se também no âmbito da produção de resíduos, do sistema de coleta seletiva e da adesão da

comunidade ao sistema de limpeza urbana, na mobilização política e a dependência dos grupos de catadores em relação ao poder local.

Por fim, a pesquisa se justifica pelo pioneirismo em analisar como ocorre a ação coletiva dos catadores de materiais recicláveis nas cidades da Zona da Mata Mineira e como esses atores vêm dialogando com o Poder Público municipal de forma a garantir melhorias na gestão de resíduos sólidos e sua inclusão na coleta seletiva local. Sendo assim, espera-se que a pesquisa tenha reflexos para a catálise da adequação das municipalidades a uma Lei Federal que busca resolver complexos problemas econômicos, educacionais, sociais e ambientais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudar as organizações de catadores de materiais recicláveis a partir da perspectiva das ciências sociais e do planejamento urbano contribuiu para compreendermos as circunstâncias que levaram esses indivíduos se agruparem e terem uma atuação visando alcançar interesses sociais, econômicos e produtivos em comum. Permitiu-nos também, compreender as limitações na relação entre o Poder Público municipal e os catadores a partir de sua atuação coordenada. As interpretações dos dados coletados e fenômenos observados durante o trabalho de campo foram fundamentais para à compreensão dos interesses disputados pelos grupos estudados.

Para a realização desse estudo optou-se por uma metodologia qualitativa, já que seus métodos contribuem com à compreensão de elementos que respondem questões que vão além de dados numéricos, pois se baseiam em: significados, crenças, valores, motivações, entre outros (MINAYO, 1996). A bibliografia utilizada possibilitou comparar diversos panoramas para à averiguação da validade da hipótese deste trabalho – se existem limitações entre as organizações de catadores materiais recicláveis e o Poder Público municipal que interferem no processo de consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

A seleção dos trabalhos científicos foram a partir dos seguintes temas: modelos econômicos, relações de trabalho, economia informal, desenvolvimento sustentável, políticas públicas de resíduos sólidos, organizações de catadores de materiais recicláveis, economia solidaria e autogestão. Os artigos, jornais, revistas, dissertações e teses empregadas no estudo estavam dispostos em arquivos digitais, principalmente na plataforma de periódicos da CAPES, que possui vasto conteúdo acadêmico. Já os livros, foram localizados na biblioteca do programa de pós - graduação de Arquitetura e Urbanismo de Viçosa, como também na biblioteca central da Universidade. Optou-se por realizar uma revisão de literatura integrativa, que consiste numa análise ampla de bibliografias de diferentes áreas, somadas às experiências vivenciadas no trabalho de campo. Esta metodologia contribuiu para uma síntese de todo conhecimento

adquirido, além de ter possibilitado uma reflexão crítica acerca dos dados coletados no decorrer da pesquisa.

Foi feito também, um levantamento dos dados referentes à geração de resíduos e adequação dos municípios brasileiros frente à Política Nacional de Resíduos Sólidos, oriundos das fontes: IBGE¹, IPEA², ABRELPE³ e SINIR⁴, entre outros. Foi preciso realizar um panorama da situação do Brasil diante da problemática dos resíduos para analisarmos os dados do território da pesquisa.

Para tanto, em relação à delimitação espacial do estudo, nossa área compreendeu 5 municípios (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia), todos pertencentes a região da Zona da Mata de Minas Gerais. Foram selecionados 9 organizações de catadores de materiais recicláveis (associações e cooperativas) que atuam na dinâmica dos recicláveis desses municípios.

A região da Zona da Mata de Minas Gerais situa-se na porção sudeste do estado e reúne 2,17 milhões de habitantes (IBGE, 2010). Grande parte de sua população, vive em áreas urbanas, o equivalente a 81%, sendo Juiz de Fora o município mais populoso. De acordo com o IBGE, existe uma predominância de municípios de pequeno porte na região, cerca de 70% dos 142 municípios possui menos de 10 mil habitantes e apenas 8 municípios possui uma população superior a 50 mil (IBGE, 2010). Trata-se de uma região com grandes potencialidades, porém nos últimos anos tem apresentado baixo crescimento econômico, aproximando-se das áreas mais pobres de Minas Gerais. A falta de investimentos do Governo Federal contribuiu negativamente com o desempenho da região, mesmo que esta tenha uma localização privilegiada por ser próxima de grandes capitais, uma parcela mínima desse território tem conseguindo transformar essa vantagem em benefícios sociais e econômicos (Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata, 2011).

¹ Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) 2008.

² Relatório de pesquisa: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbano, 2012.

³ Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE). Pesquisa: Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2014.

⁴. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS), 2014 e 2015.

Quadro 1 - População Residente, Produto Interno Bruto per capita, Domicílios Particulares Permanentes e Renda per capita segundo municípios, Valores Absolutos, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, Urucânia, 2010.

Municípios	População residente⁵	PIB P/C	Nºde domicílios	Renda P/C
Juiz de Fora	516.247	R\$19.140,8	170.487	1259,26
Viçosa	72.220	R\$11.037,52	22.743	1078,86
Muriaé	100.765	R\$12.076,97	32.792	835,02
Manhumirim	21.382	R\$13.738,88	6.768	652,96
Urucânia	10.291	R\$9.611,02	2.872	397,46

Fonte: IBGE (2010). Elaboração da autora, 2017.

Os municípios foram selecionados segundo os parâmetros de classificação do IBGE no que se refere ao porte territorial: pequeno, médio e grande porte. Sendo assim, o que é levado em conta no estudo são aspectos quantitativos das municipalidades da Zona da Mata de MG. Porém, isso não quer dizer que as características econômicas, físicas e populacionais não sejam relevantes, elas refletem na quantidade, composição de resíduos e os gastos com seu tratamento. Essa triagem foi realizada para isolar fatores, tido como princípio que o tamanho do município influencia a organização dos catadores e o planejamento urbano de resíduos. Além, de interferir no emprego de recursos para o tratamento dos resíduos e dependência das organizações de catadores em relação ao Poder Público municipal.

⁵ Juiz de Fora e Viçosa são consideradas cidades universitárias, acolhendo um grande número de estudantes, o que aumenta suas populações flutuantes. Por mais que o censo do IBGE não contabilize essa população em sua pesquisa, não podemos ignorá-la já pois produzem resíduos no município.

Quadro 2 – Classificação territorial do IBGE em pequeno, médio e grande porte, 2010.

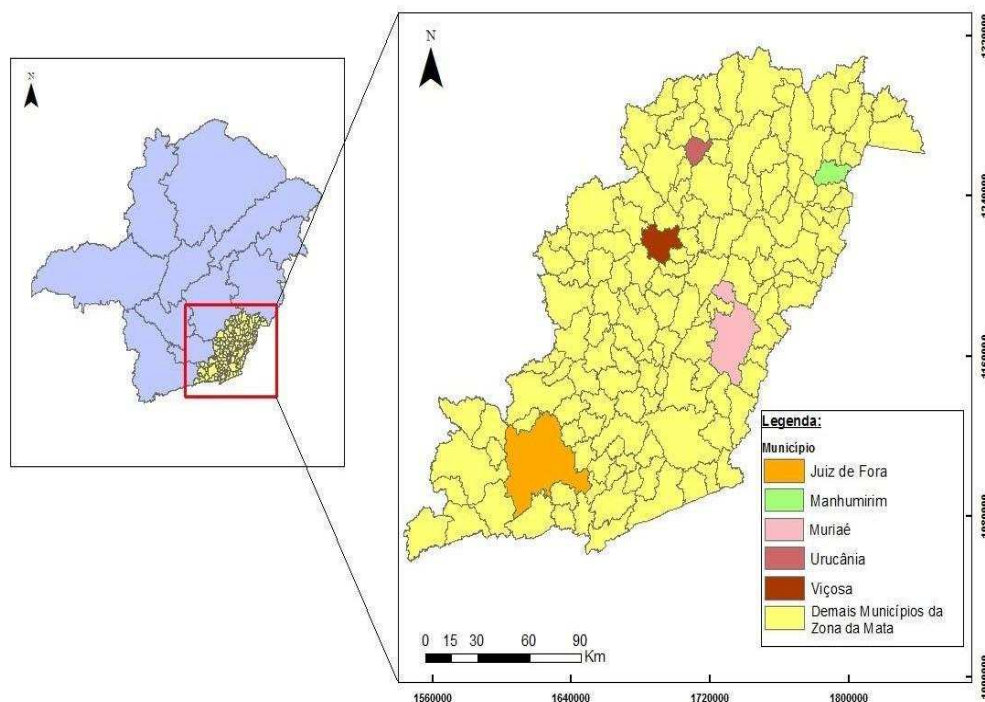
Porte dos municípios	Número de habitantes
Municípios de Pequeno Porte 1	Até 20.000 habitantes
Município de Pequeno Porte 2	De 20.001 até 50.000 habitantes
Município de Médio Porte	De 50.001 até 100.000 habitantes
Município de Grande Porte	De 100.001 até 900.000 habitantes

Fonte: IBGE (2010). Elaboração da autora, 2018.

Além do mais, todos os municípios do estudo (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia) fazem parte de um pequeno conjunto de cidades brasileiras que possuem grupos organizados de catadores operando legalmente. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 10% dos 400 mil trabalhadores da reciclagem estão inseridos em cooperativas ou associações (IPEA, 2010).

A escolha do período do estudo (2000 – 2017) se justifica por considerarmos um espaço de tempo satisfatório, já que as iniciativas de coleta seletiva e organização dos catadores dos municípios pesquisados se deram no início dos anos 2000. Foram também, quando as políticas públicas sociais e de meio ambiente se intensificaram, tendo um respaldo das Prefeituras. Em paralelo, em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi aprovada, e por fim, surgiram novos debates a cerca do alto descumprimento desse instrumento, já que seu prazo final era em 2014.

Figura 1 – Localização geográfica dos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, Urucânia.



Fonte: IBGE, 2005. Elaboração da autora, 2017.

Através dos sites das prefeituras foi possível identificar os órgãos e os representantes responsáveis pela limpeza pública de cada município para realização do contato (via telefone e e-mail) com os gestores dos resíduos e posteriormente agendamento das entrevistas. O levantamento das organizações de catadores foi obtido através do programa de extensão da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - “Projeto InterAção”⁶. Os integrantes do Programa cederam documentos (relatórios) que continham a relação dos nomes, quantidade de organizações de cada município e os respectivos contatos. Dessa forma foram contatados os catadores, que aceitaram abrir as portas dos empreendimentos para a realização das entrevistas e a observação participante.

⁶ O Projeto InterAção contribui com desenvolvimento da coleta seletiva no município de Viçosa e com o fortalecimento da associação ACAMARE.

Quadro 3: Organizações de catadores e órgãos gestores de resíduos, segundo municípios, Juiz de Fora, Muriaé, Viçosa, Manhumirim, Urucânia, 2017.

Organizações de catadores	Órgão Gestor
ASCAJUF	DEMLURB/ Juiz de Fora
APARES	
ALICER	
ASMAN	DEMSUR/ Muriaé
ASCAMARE	
ACAMARE	SAAE/ Viçosa
ACAT	
AGUAPÉ	Secretaria de Meio Ambiente/ Prefeitura de Manhumirim
ACAMARU	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente/ Prefeitura de Urucânia

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora, 2017.

Em relação aos entrevistados, foram levados em conta os preceitos da pesquisa qualitativa, buscando-se os indivíduos sociais que possuíam uma significativa vinculação com o problema da pesquisa, de forma que pudéssemos entender a relação estabelecida entre os grupos pesquisados (catadores e Poder Público municipal) e sua influência na gestão de resíduos. Minayo (2001) salienta que se deve balizar o número de entrevistados pela possibilidade de resposta que se pretende alcançar, abrangendo o problema em todas suas esferas.

Para tanto, foram escolhidos para compor o quadro de entrevistas da pesquisa: os representantes dos órgãos de limpeza urbana e os presidentes das organizações de catadores de materiais recicláveis dos municípios já mencionados. No total, foram entrevistadas 14 pessoas, levou-se em consideração o tempo em que elas vêm exercendo a função de representantes do órgão público e do empreendimento

coletivo, como também o conhecimento histórico do gerenciamento de resíduos, surgimento, demandas e dificuldades das organizações de catadores.

As entrevistas foram feitas em 2 formatos (anexos 1 e 2), pensando nos grupos pesquisados, permitindo uma captura detalhada do tema. Todos os registros foram feitos a partir de um gravador de voz levando em consideração toda a importância do relato oral, sendo transcritos sem o nome dos entrevistados. Através dos depoimentos dados nas entrevistas foi possível captar pontos de vista, reflexões, memórias e reformulações das ideias narradas (GUEDES e PINTO, 2002). Vale ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, diante do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 71261516.2.0000.5153. E as entrevistas foram realizadas a partir do consentimento dos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), submetidos a esse comitê. Todos estes documentos foram anexados na pesquisa.

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017. No primeiro mês foram colhidas informações das Prefeituras dos municípios sobre o funcionamento do sistema de limpeza urbana, realização de visitas técnicas nos espaços de trabalho das organizações de catadores e locais de disposição de resíduos. Sendo assim, nesse período já começamos a fazer as observações do que nos foi apresentado. Esse trabalho foi realizado cerca de 3 dias em cada local, todas as observações foram descritas em um diário de campo para que nenhum detalhe passasse despercebido.

A observação participante é uma técnica que atende a intensidade das atividades de campo e da inserção do pesquisador no universo pesquisado (BECKER, 1997).

Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 26).

As observações foram realizadas no local de beneficiamento dos resíduos recicláveis (galpões e/ou usinas), sendo analisada: a logística de trabalho dos catadores, representatividade do presidente na organização, diálogo entre os

membros do empreendimento, a organização do espaço físico, horizontalidade, entre outros. Outro ponto observado foi a interação dos catadores com os responsáveis pela limpeza urbana dos municípios. Nesse momento nosso olhar foi bastante criterioso, Já que normalmente essa relação é conflituosa e estabelecida de forma vertical, ou seja, os representantes públicos são percebidos como superiores na hierarquia existente no gerenciamento dos resíduos.

A ordem das visitas técnicas foi: Viçosa, Muriaé, Juiz de Fora, Urucânia e Manhumirim. Não houve um critério para esse procedimento, os agendamentos foram marcados de acordo com a disponibilidade dos catadores e gestores públicos, visto que os atores possuem compromissos diários e qualquer ação que possa interferir em seus trabalhos deve ser programada com antecedência.

Nessa primeira etapa foi possível também reunir documentos de fontes primárias e secundárias. A ideia inicial era coletar de todos os municípios documentos como: o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), convênios entre as organizações de catadores e as Prefeituras e os estatutos dos empreendimentos coletivos. Porém, cada município e organização tem uma realidade, nem todos tinham tais documentos ou estavam em processo de elaboração. Para tanto, a documentação de cada localidade foi analisada separadamente, a fim de compreender o planejamento urbano de resíduos de acordo com a questão territorial e se esses documentos estavam em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A título de enriquecimento e ausência de alguns documentos, foram feitas leituras das atas e relatórios de reuniões internas dos catadores e destes com os gestores públicos responsáveis pela gestão de resíduos.

Quadro 4: Documentos analisados por município, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia, 2018.

Juiz de Fora	Viçosa	Muriaé	Manhumirim	Urucânia
PMSB	PMSB	Estatutos Ascamare e Asman	PMSB	PMSB
Documento de regimento interno do Demlurb (Limpeza urbana)	Estatutos ACAMARE e ACAT	Ata de fundação da Ascamarem	PMIRS	Contrato entre a Prefeitura e a Acamaru
Estatutos Ascajuf, Apares e Alicer	Atas e relatórios de reuniões	Convênio entre o Densur e Asman	Contrato entre a Prefeitura e Cooperativa Aguapé	Estatuto da Associação Acamaru
Atas e relatórios de reuniões		Atas e relatórios de reuniões	Estatuto da Coop. Aguapé	Atas e relatórios de reuniões
Convênio entre o Demlurb e a Ascajuf			Atas e relatórios de reuniões	

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração da autora, 2018.

Foi também, no mês de janeiro que acompanhamos a coleta seletiva dos municípios, uma experiência que foi possível observar a diferença quando esse serviço é realizado pelos catadores e quando é feito pelos agentes públicos das Prefeituras ou autarquias municipais. Foi visto que existe uma maior adesão da população quando o trabalho é feito pelos catadores, esses atores aproveitam do momento para realizar a educação ambiental e explicarem aos moradores que os

materiais recicláveis são sua fonte de renda. Porém, o único município que tem essa prática consolidada é Manhumirim, logo, uma menor dependência do Poder Público municipal. Os catadores da ACAMARE (Viçosa) realizam a coleta em apenas um bairro do município (Fundão), sendo este o local que mais se arrecada materiais recicláveis.

Já as organizações que realizam a catação dos recicláveis em seus próprios carrinhos (ACAT, ASCAMAREM, APARES e ALICER) a dinâmica foi diferente. Tivemos uma conversa informal com os catadores das organizações e os mesmos nos explicaram que a rota é dividida entre eles, logo já é estabelecido o contato com os comerciantes e moradores da região próxima ao galpão, onde é realizada a triagem e prensagem dos materiais. Acompanhamos de perto o trabalho dos catadores que ficam no galpão, as tarefas são divididas de acordo com suas habilidades, gênero e idade dos catadores. Existem trabalhos que exige muita força física, esses normalmente ficam a cargo dos homens mais novos do empreendimento.

Ao fim dessa etapa, os dados e documentos foram analisados em reunião juntamente com o orientador da pesquisa. As observações e depoimentos proporcionaram uma coleta de informações bastante significativa. Ademais, foi planejada a etapa das entrevistas que se iniciou na primeira semana do mês de fevereiro. Todas as entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho dos sujeitos, além de ser uma escolha dos entrevistados por ser um espaço natural para eles, é uma forma do investigador não ter domínio sobre as situações que eventualmente poderiam acontecer, diferentemente do controle exercido nos laboratórios de pesquisa.

As primeiras entrevistas foram realizadas em Muriaé, iniciamos com a presidente da organização de catadores ASCAMAREM. No dia seguinte, fizemos a entrevista com o diretor de limpeza do DENSUR, que pediu que a nova engenheira ambiental do departamento participasse, com intuito da mesma conhecer melhor a dinâmica do serviço prestado. No terceiro dia, o diretor da autarquia nos levou até a Usina para entrevistar o presidente da ASMAN. No geral, as entrevistas foram produtivas, conseguimos captar informações importantes nas falas dos indivíduos.

Percebemos uma inibição dos catadores da ASMAN quando chegamos juntos do diretor do DENSUR, foi necessário a sua retirada e um empenho maior para conquistar a confiança do presidente, só assim iniciamos a entrevista.

O segundo município percorrido foi Juiz de Fora, neste foi necessário mais dias para finalizarmos o campo, por ter um maior número de organizações de catadores e estas estarem localizadas em regiões distantes uma da outra. Assim, como o DEMLURB que tem sua sede fora da região central. Ficamos 5 dias, com a seguinte sequência: ALICER (1º dia), APARES (2º dia), DEMLURB (3º dia) e ASCAJUF (5º dia). Além das entrevistas, eram feitas novas observações e conversas informais. Foi bem cansativa essa etapa, mas os resultados foram gratificantes, reunimos registros de qualidade. Além disso, os catadores e os funcionários da autarquia municipal foram bastante solícitos, responderam todas as dúvidas com boa vontade.

O município de Urucânia foi o terceiro a ser visitado, com apenas um dia conseguimos finalizar o trabalho de campo. De manhã fizemos a entrevista com o secretário de agricultura e meio ambiente e após o almoço um funcionário da Prefeitura nos levou até a Usina para fazermos a entrevista com a associação ACAMARU. De todas as entrevistas, avaliamos a do presidente da ACAMRU a mais conturbada, a todo o momento ele recorria ao funcionário da prefeitura, que é uma espécie de coordenador da organização para responder as perguntas. A análise que fizemos foi que o cargo de presidente era apenas para cumprir protocolo, como de todos os outros representantes da associação (vice- presidente e tesoureiro). Todas as questões burocráticas são solucionadas por esse funcionário da prefeitura, do pagamento dos associados ao direcionamento das atividades na Usina. Não percebemos uma situação de abuso por parte do funcionário, a questão problemática é o desconhecimento dos associados sobre o funcionamento de um empreendimento coletivo, seus direitos e deveres.

O município seguinte foi Manhumirim, ficamos 2 dias. No primeiro dia, na parte da manhã, entrevistamos o secretário de meio ambiente na Prefeitura. Após a entrevista, tivemos uma conversa informal extensa, o secretário nos mostrou todas as mudanças que viriam acontecer com a nova gestão política, como por exemplo:

mudanças de turno das rotas, novos uniformes para os agentes da coleta convencional, material educativo para conscientização da população sobre o horário e dia das coletas e nova proposta da cooperativa AGUAPÉ para expansão da coleta seletiva no município.

Na parte da tarde, no carro da prefeitura, fizemos o reconhecimento das áreas que ainda não são contempladas pela coleta seletiva, que corresponde a três bairros. No dia seguinte, fomos até a Usina para realizar a entrevista com a cooperativa Aguapé, aproveitamos para conhecer também o antigo galpão que é utilizado como escritório e ponto de apoio, pois se localiza no centro da cidade. Esses dias em Manhumirim foram bastante satisfatórios, foi visto uma autonomia maior dos catadores frente ao Poder Público municipal, além de um engajamento político da organização e uma forte atuação no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Por último, realizamos a entrevistas em Viçosa, primeiro com o diretor de limpeza do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE). Percebemos uma grande dificuldade do diretor em responder as perguntas, havia um desconhecimento sobre os planos municipais e obrigações da autarquia com as organizações de catadores, que foram justificadas pelo pouco tempo de cargo (2 anos). Algumas perguntas eram voltadas para nós investigadores, que cautelosamente desviávamos da situação. O diretor de limpeza demonstrou inexperiência para o cargo, ele nos disse que aos poucos estava aprendendo sobre a área de resíduos.

No dia seguinte, fomos até a Usina fazer a entrevista com a ACAMARE e na parte da tarde com a ACAT. A entrevista com a primeira organização foi um pouco demorada, teve que se interrompida duas vezes para a realização de venda dos materiais recicláveis e para pesar o caminhão da coleta seletiva. Essa situação não prejudicou o andamento da entrevista, a presidente estava motivada em responder as perguntas e não se sentiu acuada em manifestar suas queixas sobre a atuação do Poder Público municipal. Sobre a segunda associação, percebemos uma situação parecida com a associação ACAMARU (Urucânia). O presidente recorria a uma voluntária da associação, antiga funcionária da Prefeitura, para responder as

perguntas. Essa pessoa os ajuda com as questões burocráticas e sempre está presente nas reuniões internas e externas. O presidente é associado a ACAT há muitos anos, mas mesmo assim não se sentia seguro em responder o que era questionado, precisava sempre de uma segunda opinião. Foi um pedido dele que a voluntária da associação participasse da entrevista.

Sobre as entrevistas realizadas com os representantes das organizações de catadores foram importantes para traçar o perfil do empreendimento coletivo, como os catadores estão se articulando politicamente e se estão alcançando melhorias sociais e econômicas através da ação coletiva. Foram feitas perguntas relacionadas à formação dos grupos e a organização do trabalho. Foram questionados também sobre a existência de reuniões e relacionamento com o Poder Público local, com o intuito de analisar a participação dessas organizações na gestão e políticas locais de resíduos sólidos. A pergunta que os catadores tiveram mais dificuldades em responder foi a relacionada à visão deles sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), se ela está sendo aplicada no município, pois desconheciam suas diretrizes. Outro fato importante que aconteceu durante as entrevistas foi o espanto de alguns catadores quando foi falado que existe um movimento que os representa, o MNCR, alguns deles nunca tiveram contato ou até mesmo nunca ouviram falar deste movimento social.

Já as entrevistas feitas com os gestores públicos de resíduos tiveram por objetivo conhecer melhor a realidade de cada município em relação ao tratamento do “lixo” e suas adequações frente à PNRS. Houve questões que deram suporte à análise sobre o apoio e abertura do Poder Público às organizações de catadores e a interferência ou não deste último para alcançar melhorias estruturais na coleta seletiva municipal. Felizmente, não houve dificuldades para a realização das entrevistas, visto que a agenda dos gestores é cheia e muitas vezes incluem outras funções administrativas. Eles foram bastante solícitos ao responder os questionamentos e não hesitaram em opinar sobre o trabalho dos catadores. Eram cautelosos em suas falas e ressaltavam bastante os pontos positivos do trabalho realizado no município.

A principal vantagem de realização da pesquisa qualitativa é a oportunidade de interação entre o pesquisador e os indivíduos pesquisados, sendo possível angariar relatos, experiências singulares. A aproximação entre as partes está ligada à preparação do pesquisador, no que se refere à postura e condução da entrevista, proporcionando um ambiente favorável para a realização da mesma (QUARESMA, 2005).

Houve o mínimo de intervenções possíveis para que não ocorressem constrangimento e inibição do entrevistado, além de demonstrar neutralidade em relação à exposição das opiniões. Através dos discursos dos catadores e dos representantes da limpeza dos municípios foi possível extrair informações sensíveis à pesquisa, como: motivos da deficiência da gestão, precarização laboral, vulnerabilidade das organizações de catadores, entre outras. Essa experiência contribuir para dar voz aos atores do estudo e ter um bom entendimento da realidade do gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais

1. CAPÍTULO: TRABALHO INFORMAL E PRECARIZAÇÃO

1.1 Sistema produtivo Pós - Fordista e suas consequências

Para compreendermos o contexto de crescimento do trabalho informal e seus efeitos no Brasil, com um enfoque especial no caso dos catadores de materiais recicláveis, é essencial conhecer o processo de mudança da estrutura produtiva e de liberalização da economia realizados para romper a estagnação da acumulação de capital. Esse movimento ocorreu primeiramente nas nações mais ricas e posteriormente nos países subdesenvolvidos, gerando uma série de impactos sociais negativos.

O sistema econômico dá sinais de desaceleração na década de 1960 e piora seus índices nos anos 1970, caindo numa intensa recessão. O modelo de produção fordista se aproximou do limite, passou a ser cada vez mais difícil controlar a alta da inflação e as baixas taxas de lucro. A necessidade constante de acúmulo de capital do modo de produção industrial-capitalista vigente já não era mais suprida. O cenário demandava crescimento acelerado, maior concorrência mercadológica, desenvolvimento da produção e uma profunda divisão internacional do trabalho, no entanto a base produtiva não respondia à altura, determinando o fim de diversas políticas típicas desse modelo de Estado. A lógica do sistema capitalista representa ameaças e probabilidades constantes de crise, como a do petróleo, que catalisou ainda mais a situação financeira adversa dos países industrializados (BRAGA E MAZZUCHELLI, 1981).

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político (HARVEY, 1992, p. 135).

Diante dessa nova crise estrutural, o Estado passa a criar novas estratégias para se reorganizar economicamente e alcançar um equilíbrio político, para tanto foi necessário romper com o Estado de Bem-Estar Social ou “*Welfare State*”, cedendo

espaço à iniciativa privada. Foi preciso reduzir os gastos com ações sociais, controlando o oferecimento de serviços públicos básicos custeados pelo Estado. Esses cortes afetaram negativamente o padrão de vida da classe trabalhadora, além disso, com a não intervenção estatal o mercado passou a ter autonomia absoluta e caráter privativo (CLARKE, 1991). Gradativamente uma nova geração de rentistas e financistas passaram a influenciar todo o mundo com a filosofia neoliberal e seus mecanismos de financeirização, assim como ocorreu nos Estados Unidos e Reino Unido.

A enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do welfare state, deu-se um processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2015, p.40).

A rigidez do regime fordista contribuiu para sua própria deterioração, levando à ascensão de um novo regime, o “pós fordismo”, com bases econômicas, sociais e políticas mais flexíveis. Essas mudanças se relacionam à crise estatal provocada pela incompatibilidade entre os gastos públicos e a internacionalização produtiva e financeira, assim como à necessidade de controlar a classe trabalhadora e suas reivindicações. Esses gastos públicos, que naturalmente eram financiados pelos tributos pagos, ameaçaram a lucratividade do empresariado, que exerceu forte pressão política para dismantelar a estrutura social do Estado (VICENTE, 2009).

Esse novo sistema, chamado por Harvey de acumulação flexível, possui um confecção plural de mercadorias voltada para atender um mercado mais dinâmico. Sua produção é baseada na filosofia do *Just in time*, ou seja, a produção é realizada a partir da demanda, no tempo apropriado e na quantidade necessária, evitando ao máximo acúmulo de estoques. Por isso, esse sistema busca reformular a organização do trabalho, assim como dos mercados e produtos. Os padrões de consumo também são modificados e consequentemente privatizados com a liberalização da economia. Nesse momento as inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais surgem num ritmo nunca antes visto (HARVEY, 1992). Se agora a flexibilidade do mercado é

o fator que dita as regras do jogo econômico, manter vínculos empregatícios a longo prazo passa a ser uma desvantagem para as empresas.

O modo de produção passou a ser fundado na exploração mais intensa do trabalhador, retirando-lhe as garantias mínimas e constituindo uma nova configuração de trabalho e mercado, passou a existir uma maior demanda de circulação, de gerenciamento e de consumo. Um cenário de imensa desigualdade social e concentração de renda se estabeleceu no mundo após a flexibilização da economia (NORRIS et al, 2015).

Ocorreu também neste momento uma revolução científico-tecnológica na indústria, que está vinculada à produção de novas tecnologias e informação. As indústrias passaram a inserir produtos com inovações constantes e menos duráveis no mercado. Essa revolução foi o ponto crucial para desenvolvimento da globalização aliado às demandas do novo capitalismo, que tem o intuito de aumentar o fluxo de capitais e de produtos por meio da integração econômica de escala global.

Com o desenvolvimento do capitalismo, passa a ocorrer uma forte interdependência entre a indústria e o comércio. O comércio deixa de ser uma etapa meramente distributiva dos produtos, pois o processo de produção captura o consumo e passa a determiná-lo, e o comércio passa a atender a novas e consecutivas demandas. A satisfação das necessidades, que era a principal característica da produção, muda de sentido, ou seja, vai ocorrendo a expansão do valor de troca, que se sobressai ao valor de uso (ORTIGOZA, 2010, p. 38).

O sistema laboral também passou por uma reestruturação através de contratos mais flexíveis, aumento da terceirização de serviços, precarização do trabalho formal, aumento do contingente de trabalhadores informais, arrocho salarial, diminuição dos benefícios sociais, contratação pontual, redução de salários, cortes dos gastos públicos, principalmente de cunho social, entre outros. Todas essas mudanças são frutos de uma tentativa de superar a crise estrutural capitalista ao adotar estratégias para reestabelecer os níveis de acumulação de capital por meio da mais-valia relativa (inovação tecnológica) e absoluta (aumento do ritmo de produção), levando em consideração o esgotamento do antigo modelo socialdemocrata.

O ataque ao Estado de bem-estar social e ao conteúdo normativo dos direitos sociais de cidadania, desfechado pelo neoliberalismo desde meados da

década de 1970 retomou essa compreensão liberal do processo de modernização, contra a socialdemocracia (DANNER, 2014).

Na visão de Harvey, contratos temporários constituem uma espécie de falso emprego, pois se valem de mão de obra instável, ou seja, ao mesmo tempo em que criam vínculos com o trabalhador, as empresas desfazem-se dos mesmos rapidamente (Harvey, 1992). As adequações realizadas nas políticas sociais frente ao novo cenário foram estudadas por Laranjeira (2000), que observa que a flexibilidade do trabalho diminui o compromisso das empresas com seus empregados, sua inserção temporária no mercado de trabalho envolve aumento de horas trabalhadas e precarização de seus direitos, ao mesmo tempo contribui com a elevação do lucro dos donos dos meios produtivos.

Passou a existir nesse novo modelo uma divisão ainda maior entre os trabalhadores, em menor escala os chamados trabalhadores dinâmicos e multifuncionais, proveniente da “especialização flexível”, e, de outro lado, em sua maioria, estão os trabalhadores considerados desqualificados que não conseguiram se inserir na nova lógica capitalista. Essa separação contribui com o enfraquecimento da organização trabalhista, como também cria barreiras classistas mesmo entre trabalhadores (LIMA, 2015).

Castells (1999, p.180) afirma que, "de fato, a verdadeira natureza distintiva do toyotismo em relação ao fordismo não diz respeito às relações entre as empresas, mas entre os gerentes e os trabalhadores". Basicamente, podemos entender que esse sistema dinâmico exige que as pessoas tenham qualificação e que obtenham uma formação profissional. No entanto, isso não quer dizer que esses requisitos vão garantir melhor remuneração ou melhores cargos, ao contrário, são contratados aqueles que aceitam trabalhar em situação precária, pois não têm opções de escolha frente à desocupação estrutural.

O predomínio da economia liderada pelos serviços especializados, ainda que esse tipo de trabalho represente só uma fração da economia de uma cidade, contribui para a desvalorização da manufatura e dos serviços com pouco valor agregado, na medida em que esses não podem produzir os benefícios próprios das atividades financeiras (SASSEN, 1999, p. 39).

Além disso, neste cenário de mudança da estrutura capitalista keynesiana para o modelo de acumulação flexível há um movimento de desregulação dos mercados, principalmente do financeiro. Isso afeta diretamente o cenário econômico mundial,

pois este passa a ser norteado pelo rentismo e pela especulação financeira, ficando a produção propriamente dita em segundo plano.

Ao mesmo tempo a própria produção é alterada, aumentando seu ritmo de inserção de produtos no mercado e fomentando o consumo, sobretudo o supérfluo. Essas variáveis combinadas à diminuição da incidência estatal na economia minou o Estado de Bem-Estar Social e corroeu a estrutura burocrático-legal que primava pela questão social, desprotegendo o trabalhador e deixando boa parte desse segmento a viver do trabalho informal ou das tarefas excluídas da nova dinâmica econômica. Isso ocorre, pois passou a existir uma oferta de mão de obra muito maior que a demanda do mercado, configurando uma situação de desemprego estrutural e formando uma massa de desempregados.

Com as flexibilizações do mercado de trabalho a força de trabalho se torna mais barata, pois utilizam-se trabalhadores contratados temporariamente e precariamente os quais num período de crescimento da economia são exauridos em longas jornadas para atender a níveis altíssimos de produtividade, para num momento de recessão, voltarem a condições de desempregados. E com o desemprego estrutural, fica mais difícil de tais trabalhadores voltarem a ter empregos estáveis. (SANTOS, 2009).

Esse efeito deixa um segmento da população sob constante ameaça de desocupação, negando a estabilidade comum durante o período do *Welfare State*. Essa prática instaurou uma cultura de descarte dos trabalhadores, que perdem importância dentro do sistema produtivo e passam a ocupar um lugar periférico no mecanismo da acumulação de capital.

1.1.1 Os efeitos da produção flexível numa economia capitalista periférica: o caso brasileiro

A passagem do fordismo para o que estamos chamando de produção flexível se deu de diferentes formas, os modelos divergem principalmente entre as nações economicamente desenvolvidas e países pobres ou em desenvolvimento.

Com o pós-fordismo e a mundialização econômico- produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade. (VASAPOLLO, 2005).

Os efeitos desse modelo começaram a serem sentidos no Brasil na metade dos anos de 1980, tornando mais significativa em 1990, dando-se início à chamada “Era Liberal” (FILGUEIRAS, 2000). A adesão foi tardia, pois durante os anos 1964 e 1985 o país vivia sob o forte controle de o governo militar, que adotava uma política nacional desenvolvimentista. O período da ditadura no Brasil fora um empecilho para adoção imediata dos ideais neoliberais, já que os militares previa a abertura da economia nacional para promover condições de desenvolvimento (BRUM, 2002).

Até a década de 1980 o Brasil se manteve equilibrado economicamente. Desde então as taxas de investimento diminuíram consideravelmente devido à crise da dívida externa e a alta inflação. Essa situação facilitou que as políticas neoliberais⁷ fossem instauradas país, seguindo uma tendência global. Por aqui, os grandes empresários começaram a se beneficiar da mão de obra barata e da menor interferência estatal que esta configuração política proporciona.

Esse movimento de diminuição das competências do Estado foi especialmente cruel em países de capitalismo periférico, como o Brasil. Pois, diferentemente de países centrais, não há herança benéfica alguma do Estado de Bem-Estar Social, já que este modelo não chegou a vigorar plenamente nestas economias, interrompido muitas vezes pelos interesses das elites locais que impediam o estabelecimento de uma democracia social (POCHMANN, 2004).

⁷ Doutrina econômica que defende a autonomia absoluta do comércio, rejeitando a intervenção estatal na economia em detrimento do crescimento econômico competitivo e de caráter privativo.

Comentando a inserção do Estado brasileiro na dinâmica neoliberal, Romão (2003) afirma:

Abre sua economia comercial e financeiramente, provocando a desnacionalização e nos faz retornar economicamente aos anos 30. Passamos a exportar bens intensivos em mão de obra e recursos naturais e importar bens intensivos em tecnologia e capital. Esse modelo tem reflexos sobre as políticas sociais que ficam relegadas novamente ao segundo plano. (ROMÃO, 2003, p.03).

Após ter êxito no controle inflacionário via Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu as eleições de 1994, atingindo, enfim, a estabilidade econômica no governo Itamar Franco, que havia sucedido Collor. Essa vitória reafirmou a agenda política neoliberal no país. Negrão (2004) salienta que:

O grande eleitor de FHC foi o Plano Real, que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizando a economia. E se isso, sem dúvida, é muito importante, parece claro que não é suficiente: mesmo que tenha havido uma pequena melhora na renda da população mais pobre, por conta do fim do imposto inflacionário, o desemprego aberto e o emprego na economia informal crescem a olhos vistos. A última pesquisa Dieese/Seade aponta para o índice de 16% de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA) da Grande São Paulo, algo próximo a 1,5 milhão de pessoas (NEGRÃO, 2004, p.11).

Porém, apesar de resolver a questão inflacionária, o Plano Real não promoveu avanços na infraestrutura econômica do país. A estabilidade da inflação e a base popular de apoio a FHC não resultaram em melhoras nos indicadores sociais (NOGUEIRA, 1998).

Com a privatização de empresas estatais e abertura ao capital financeiro internacional, FHC fez com que as diferenças sociais chegassem a níveis altíssimos. A grande massa da população sofreu com a precarização do trabalho, com sua informalização, com os baixos salários, a extensa jornada de trabalho, a insalubridade, como também com o alto índice de desemprego.

Para Singer (1999), a precarização do trabalho envolve tanto a exclusão da classe trabalhadora de desfrutar de seus direitos legais como a consolidação de um exército de reserva.

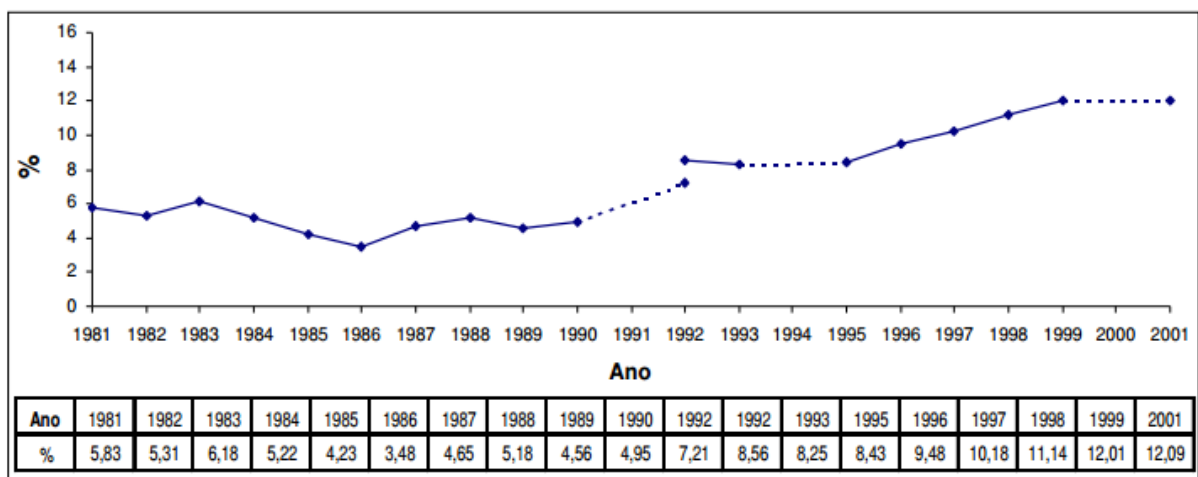
Entre março de 1990 e março de 1993, o número de assalariados do setor privado caiu 9,37%, uma contração brutal do emprego, enquanto o número de autônomos sobe 28,79%. No mesmo período, o número de desempregados na Região Metropolitana de São Paulo quase dobra, passando de 650 mil em março de 1990 para 1.243 mil em março de 1993. Estes dados mostram a

intensidade da recessão e do processo de desassalariamento, que são distintos, mas age no mesmo sentido, isto é, eliminam emprego (SINGER, 1999).

Vassapollo (2005) afirma, que a essa nova configuração de trabalho envolve a perda ainda maior de direitos e garantias sociais. “O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais [...]”. Pode-se afirmar, então, que o desemprego (ou a desocupação) representa um risco individual e coletivo, com graves impactos sobre a manutenção do bem-estar social e do processo de sustentação da cidadania.

Observando a figura abaixo é possível verificar que durante os anos de 1980 e 1990, ainda que não se possa traçar uma comparação direta destas décadas em razão de mudanças metodológicas das pesquisas do IBGE, que a porcentagem de pessoas sem emprego cresce abruptamente a partir de 1986 (QUADROS, 2003). Isso demonstra quão grave foi o problema do desemprego desde o fim do regime militar até os anos 2000, quando as políticas neoliberais já haviam contribuído para a formação de um quadro de reserva de trabalhadores e para a elevação das taxas de ocupação informal.

Figura 2: Porcentagem de desocupados na População Economicamente Ativa (PEA), 1981 á 2001.



Fonte: QUADROS, Waldir; “Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990”, Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

Segundo Mattoso (1998, apud COSTA, 2005, p. 128) “a década de 1990 eliminou cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia brasileira, sendo boa parte deles (1,8 milhões) contabilizada depois de 1995, como decorrência das políticas neoliberais do governo FHC”. Essas consequências trazidas pela reestruturação produtiva impactaram fortemente as cidades brasileiras, em especial as regiões metropolitanas. De acordo com Castriota (2003), a adoção desse novo modelo capitalista junto às suas ações modernizadoras sem desenvolvimento ocasionaram a formação de um segmento de excluídos pelo país, que teve imposta à ela a flexibilização do trabalho sem esboçar maiores ações de resistência. Esse processo possivelmente ocorreu de forma menos conflituosa devido ao processo de construção da identidade cidadã dos brasileiros, que acabaria por consolidar uma percepção de cidadania concedida pelo Estado, somente no fim da década de 1980, através da Constituição Cidadã de 1988. Essa circunstância histórica prejudicou a concepção da cidadania pela população, que se vê enquanto produto alheio à dinâmica política, facilitando a implantação de diretrizes excludentes na gestão da máquina pública (LUCA, 2005).

Podemos dizer que temos no Brasil uma cidadania fragmentada, fruto de um processo político em que os direitos sociais sempre foram regulados pelo Estado, criando uma condição de dependência. O país não possui um histórico de horizontalidade na concessão de direitos à sociedade, demonstrando um desnível entre os segmentos sociais, compostos por cidadãos que vivem em condições desiguais. Portanto, podemos dizer que a massa de excluídos pelo Poder é formada por sub-cidadãos, que acabam se contentando com a implementação de políticas públicas para consubstanciar seus direitos políticos, civis e sociais.

A negação de direitos a uma parcela da sociedade conduziu, conseqüentemente, um grande contingente de indivíduos e grupos à marginalização e a viverem e/ou se sustentarem nas ruas. O objetivo era garantir os meios mínimos necessários à sobrevivência. O processo de diminuição de postos de trabalho formais levou a população a buscar novas formas de trabalho para garantir sua fonte de renda. Diversos modos de ocupação laboral passaram a aumentar, como por exemplo: catadores de materiais recicláveis, autônomos, ambulantes, guardadores de carro, carregadores de feira, trabalhadores domésticos temporários, “outdoors” humanos

ambulantes, etc. Essa heterogeneidade de trabalhos informais que passaram a compor o espaço urbano é caracterizada por condições precárias. São atividades que não garantem condições mínimas de cidadania, como também reproduzem ainda mais a pobreza e as desigualdades sociais.

O outro lado da moeda do debate e das práticas de flexibilização é que se tornaram cada vez mais unânimes as análises que apontam para uma redução significativa do emprego formal e sua expansão na esfera da informalidade. A participação dos empregados formais cai de 53%, em 1991, para 45%, em 2000. Em contrapartida, o grau de informalidade que era de 36,6% em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e para 50,8%, em 2000 (Sabadini e Nakatani, 2002; Cacciamali, 2000, apud Costa, 2005, p. 121).

As pessoas que passam a compor o segmento de trabalhadores informais geralmente apresentam baixa escolaridade, condição social e até mesmo idade avançada. Magera (2003) e Miura (2004) apontam essas causas como barreiras à inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho formal, reforçando sua condição de exclusão e direcionando-os para o trabalho informal.

A situação laboral do Brasil (desemprego e informalidade) só começou a se modificar a partir de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-líder sindical, que tinha como base de seu mandato a diminuição da desigualdade social através de políticas públicas redistributivas, alimentadas pelo crescimento econômico brasileiro (BRAGA, 2014). O país sofreu diversas transformações em função deste novo modelo de desenvolvimento. Novos postos de trabalho formal surgiram e contribuíram para o início de um bom momento da economia nacional.

[...] a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos tais como: retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo (FRIGOTTO, 2011, p.240).

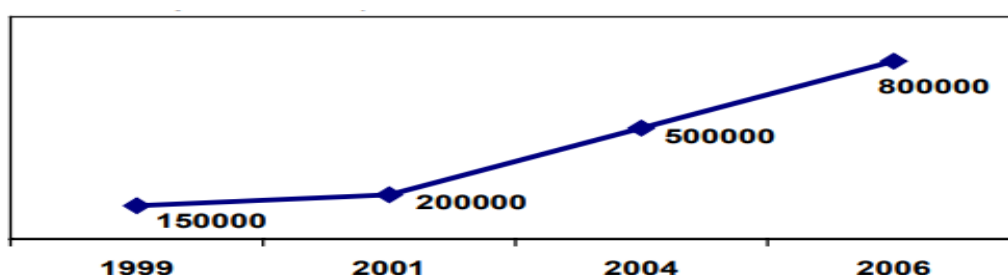
Entre os anos de 2003 e 2010 houve avanços no mercado de trabalho, surgiram cerca de 2,1 milhões de empregos formais por ano. E em 2010, foi registrada uma porcentagem de 54,7% de trabalhadores resguardados por leis trabalhistas através

de contratos formais (BRAGA, 2014). No entanto, as estatísticas de melhora do quadro social brasileiro não chegaram a representar uma alteração da estrutura social do Brasil. Por mais que parte expressiva da população abandonada sistematicamente pelo poder público tenha tido pela primeira vez acesso às condições mínimas de cidadania e dignidade, ocupando postos formais de trabalho, por exemplo, ainda mantivemos um cenário de pouca valorização da maior parte dos trabalhadores brasileiros. Apesar do fato de que uma gama de direitos tenha sido efetivada pelo acesso ao mercado de trabalho, ainda há uma forte divisão entre os tipos de trabalho existentes. A maioria destes trabalhadores somou-se a massa mais vulnerável às oscilações econômicas e que possuem remuneração substancialmente mais baixa.

1.2 Os catadores de materiais recicláveis: surgimento e institucionalização

A catação de resíduos no Brasil não é um fenômeno recente, já que existem registros de seu exercício em 1930, sobretudo em Belo Horizonte; mas foi somente nas décadas de 1980 e 1990 (contexto neoliberal) que essa atividade passou a ser percebida como trabalho, devido ao aumento de desempregados que passaram a ocupar os espaços públicos realizando a cata dos recicláveis (BOSI, 2008).

Figura 3: Número de catadores de materiais recicláveis 1989 -1999.



Fonte: Site do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE, 2008, p. 2)⁸.

Bosi (2008) afirma que os primeiros catadores que surgiram possuíam a precariedade historicamente associada às ocupações assumidas por eles. Muitos são

⁸http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/_arquivos/cepre2008_coleta_seletiva.pdf.

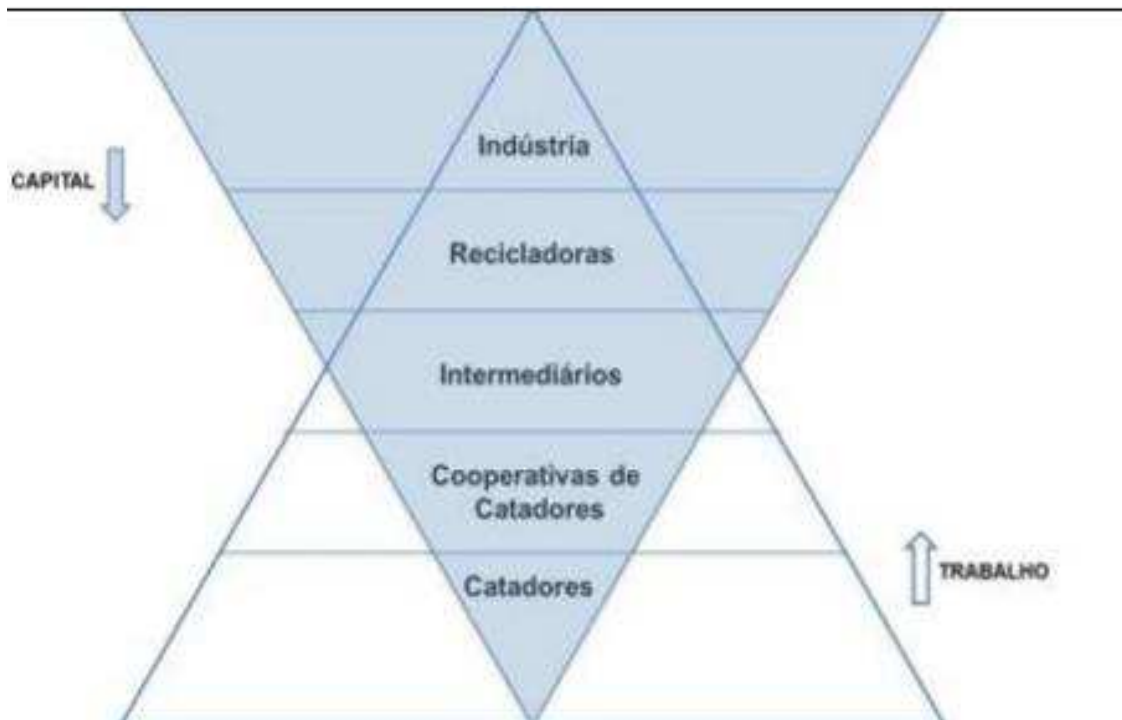
provenientes de áreas rurais, tendo desenvolvido seu trabalho ligado aos afazeres da agricultura, suinocultura e pecuária, e ao se mudarem para a cidade acabaram ocupando funções subvalorizadas. Essa situação vivenciada pelos catadores é recorrente e a geração atual desses trabalhadores também sofrem a marginalização produzida por uma cultura de descarte de mão de obra barata que se firmou em meio à ofensiva neoliberal brasileira. Porém, mesmo surgindo como subproduto de um sistema econômico excludente, esta atividade passou a ser a principal fonte de renda de um numeroso contingente de pessoas que só aumentava.

Desde o fim da década de 1980 esses trabalhadores vêm buscando se articular coletivamente em diferentes formatos, como em associações e cooperativas e, posteriormente, em movimentos sociais. Essas ações têm por objetivo alcançar uma melhor posição de negociação no mercado, além de atingir maior notoriedade na arena política para ressignificar a função social desse trabalho.

As associações e cooperativas surgiram para fortalecer a base da pirâmide da cadeia da reciclagem, que é formada pelos catadores, seu segmento mais frágil social e economicamente. Os catadores que atuam individualmente são mais vulneráveis aos “atravessadores”, que são compradores intermediários atuantes entre os catadores e indústrias recicladoras que geralmente impõe o valor a ser pago pelos materiais recicláveis (IPEA, 2013). De acordo com Burgos (2008) o setor intermediário e o topo da pirâmide da reciclagem empregam poucos trabalhadores e ficam com a maior parte do lucro⁹.

⁹ É preciso ressaltar que a rentabilidade dos catadores depende da cotação dos preços, da qualidade e quantidade dos materiais, como também do período do ano em que a venda ocorre.

Figura 4: Pirâmide da cadeia da reciclagem.



Fonte: MNRC (2009), adaptado por Gonçalves Dias (2009).

Desde os primeiros empreendimentos oficializados, a união grupos de catadores tem sido utilizada como estratégia econômica e também de reivindicação de direitos, dando desde já um aspecto de movimento social a estes coletivos.

O primeiro grupo de catadores registrado oficialmente foi a Cooperativa dos Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare), em São Paulo, no ano de 1989 (IPEA, 2013). Suas manifestações contribuíram para o fortalecimento e o aparecimento de novas organizações em diversas cidades brasileiras, principalmente a marcha por melhores condições de trabalho, realizada na capital paulista. A Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE) é outro bom exemplo. Formalizada em Belo Horizonte, no ano de 1990, com o apoio das irmãs beneditinas da Organização de Auxílio Fraternal (OAF), essa organização é considerada atualmente uma das maiores do Brasil, possuindo até mesmo uma usina própria de reciclagem autogestionária (PEREIRA, 2011).

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), 400 mil trabalhadores se declararam como catadores de resíduos recicláveis em 2013. Desses milhares de catadores apenas cerca de 10% estão inseridos em

cooperativas ou associações. A pesquisa mostra também que existem cerca de 700 mil crianças sendo sustentadas pela renda da cata de resíduos recicláveis. O Instituto declara que esse número de trabalhadores pode ser ainda maior, pois são contabilizadas apenas as pessoas que se declaram pertencentes à categoria. Muitos não se assumem enquanto catadores devido à estigmatização e desvalorização sofrida por esses profissionais. Outro fator importante é que o censo do IBGE contabiliza apenas pessoas com moradias, deixando de fora muitos catadores que vivem em situação de rua ou em áreas irregulares (MNCR, 2014)¹⁰.

No entanto, mesmo sem se saber ao certo o número de trabalhadores que compõe esse segmento no Brasil, sabe-se que os catadores organizados cresceram e começaram a protagonizar inúmeros eventos para expor suas demandas e dificuldades. Esses eventos¹¹ foram gradativamente ganhando importância, contando com a participação da sociedade civil, setor privado e poder público (Santos et al., 2011). Em 1998, foi realizado o primeiro “Fórum Nacional de Lixo e Cidadania” coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O evento tinha por objetivo capacitar os catadores para realização da gestão dos resíduos recicláveis e lançar a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais”, já que uma pesquisa realizada pelo UNICEF naquele mesmo ano verificou que 45 mil crianças catavam recicláveis nos lixões e nas ruas do Brasil (OLIVEIRA, 2011). Posteriormente o fórum passou a ser realizado em nível nacional, estadual e municipal; influenciando outras iniciativas, como a do “Encontro Nacional de Catadores de Papel e Materiais Reaproveitáveis”, ocorrido em 1999. Nesse evento foi fundado o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que se formalizou em 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília - DF, onde mais de 1.700 catadores estiveram presentes e para redigir a “Carta de Brasília”, documento que

¹⁰ Site do MNCR: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>.

¹¹Outros bons exemplos são o “Festival Lixo e Cidadania”, de 2001, que passou a ser realizado anualmente em muitos estados, e o “Encontro Internacional de Catadores de Materiais Recicláveis - ExpoCatadores”, que em sua primeira edição, em 2009, reuniu cerca de 3.000 pessoas e contou com representantes de países da América Latina e Índia.

expressava as necessidades¹² dos catadores e instituía as diretrizes mais relevantes do MNCR.

O MNCR é a principal organização política representante dos catadores brasileiros e embora tenha certa capilaridade¹³, é mais presente nas áreas metropolitanas. Desde o início de sua atuação, mesmo com inúmeras dificuldades, o movimento vem conquistando algumas vitórias para os catadores, como o reconhecimento da profissão pelo Código Brasileiro de Ocupações (CBO). Também tem sido porta-voz da categoria nas negociações com o poder público para atendimento de suas demandas através da implementação de políticas públicas e leis (IPEA, 2013).

De acordo com seu site o objetivo do MNCR é garantir o protagonismo e a independência popular de sua classe, orientados por princípios como: a autogestão, ação direta, independência de classe, solidariedade, democracia direta e apoio mútuo (MNCR, 2015).

Esses valores e princípios estão intrinsicamente ligados à compreensão do MNCR sobre o que é atuar enquanto movimento social¹⁴ e organização da economia solidária¹⁵. Essa perspectiva não dissocia o trabalho e os avanços da classe das reivindicações por uma sociedade menos desigual, pois a democracia e a justiça são elementos centrais dentro e fora do ambiente laboral.

¹² As principais exigências reivindicadas foram: o acesso a subsídios do Poder Executivo; a criação de um aparato burocrático que garantisse a participação das organizações de catadores no processo da reciclagem e o reconhecimento da população em situação de rua no censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹³ Em sua organização o MNCR possui os níveis de atuação: comissão nacional, coordenação estadual, comitê regional e bases orgânicas.

¹⁴ Os movimentos sociais são formados por grupos de pessoas com ideologias afins que desencadeiam lutas políticas. As organizações e discursos dos líderes e seguidores se formam com a finalidade de reivindicar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais

¹⁵ A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER: 2002a, p. 10)

1.3 Economia Solidária e a ação coletiva dos catadores de materiais recicláveis

A Economia Solidária ganhou mais visibilidade a partir de debates sobre seu potencial transformador frente às mazelas sociais que se agravaram no fim do século XX, juntamente aos primeiros movimentos de organização da categoria dos catadores. Portanto, é nesse mesmo contexto, marcado pelo desemprego, desigualdade e exclusão social causados pela adoção de políticas neoliberais que esta economia se expandiu (SCHIOCHET, 2009). As iniciativas de Economia Solidária atingem aqueles que estão excluídos ou em vias de exclusão do mercado formal de trabalho e também pessoas historicamente afastadas desse meio que buscam alternativas de geração de renda. Diante desta diversidade, no Brasil, o que diferencia os empreendimentos solidários das demais iniciativas que surgem pelas mesmas razões estruturais seria o fato de que elas estariam organizadas sob a forma da autogestão (AZAMBUJA, 2009, p. 283).

É nesse sentido que o trabalho das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis se insere na Economia Solidária. Outra importante característica dessas organizações é seu perfil não empresarial. Todos os associados/cooperados têm fundamental papel na gerência dos processos que afetam o coletivo de trabalhadores (SINGER, 2002), sem a centralização decisória comum às empresas capitalistas. A organização autogestionária é caracterizada também pela posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos exercem seu trabalho.

O processo produtivo da economia solidária se estabelece na divisão laboral, mas diferentemente das ações econômicas empreendidas dentro da lógica empresarial ou do setor informal, não almejam lucro e competitividade. Como todos do grupo são responsáveis pela gestão, as decisões são tomadas coletivamente e todos participam plenamente dos resultados angariados, sejam sobras ou prejuízos. Cada indivíduo possui uma realidade e um saber diferente sendo compartilhado e respeitar essa diversidade permite definições de ações mais sábias (BAREMBLITT, 1999).

Estudiosos como Paul Singer e Euclides André Mance, entendem que a economia solidária possui valores ideológicos diferentes da organização capitalista, constituindo uma alternativa a esse sistema essencialmente concentrador e excludente. Para Mance (1999) este formato econômico possibilita geração de renda e trabalho, além de contribuir com o fortalecimento da economia (MANCE, 1999). Este formato organizativo possui uma dimensão que vai além da econômica, ou seja, traz consigo um potencial educativo.

[...] através das práticas da autogestão, é possível educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passem a ser embasadas por valores ideológicos diferentes daqueles encontrados nas relações sociais capitalistas (AZAMBUJA, 2009, p. 66).

Porém remodelar a educação de um coletivo é uma tarefa árdua, já que é necessário modificar a noção de cada indivíduo que o compõe acerca da dinâmica econômica do mercado e das relações cooperativas nas quais estão envolvidos (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Deste modo, Paul Singer considera que o estabelecimento de empreendimentos autogeridos não seria apenas uma forma de combate ao cenário de ampla pobreza e desemprego, situação vivenciada pelos catadores, senão uma junção de práticas que têm o potencial de alterar a consciência e as ações desses atores, contribuindo para que estes incorporem valores ideológicos (participação, igualdade, solidariedade, etc.) contrários aos baseados na lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas. Refletir sobre mecanismos de autogestão nos remete a pensar na ação coletiva e em seus estímulos, ponderando os possíveis conflitos e fragilidades dessas organizações coletivas que se deparam a todo o tempo com o desafio de manter os princípios solidários em meio à sociedade moldada pela lógica do capital.

A organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas e associações e sua atuação na lógica econômico-solidária está intrinsecamente ligada ao empoderamento desses trabalhadores, que consiste em “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais” (PERKINS; ZIMMERMAN, 1995, p. 01). Geralmente o empoderamento, ou seja, a autopercepção do sujeito se converte em ação coletiva através de um conjunto de relações sociais estabelecidas para alcançar

fins partilhados. No caso dos catadores, a busca e defesa de interesses passam a ser ampliados, do nível individual para o coletivo, à medida que ocorre também a assimilação pelos mesmos de que o trabalho que realizam é ferramenta fundamental de gestão ambiental e de garantia de direitos para milhares de outros catadores atuantes no país.

A partir daí, essas ações coletivas iniciam um movimento com maior potencial de promover mudanças na estrutura social. Não é um acontecimento desorganizado, pois apresenta interfaces com movimentos sociais e formas institucionalizadas tradicionais de reivindicações postas nas relações de trabalho, por exemplo, na ação dos sindicatos ou nas manifestações dos trabalhadores em seu ambiente, sem mediações (ARAÚJO, 2008, p. 02).

Os atores sociais podem se organizar por uma infinidade de interesses, sejam eles econômicos, sociais, culturais, etc. “Na medida em que os recursos coercitivos e de maximização dos interesses individuais são eliminados dos arranjos organizacionais, a atividade coletiva necessita que os agentes se apoiem em outras formas de interação” (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p.117). Esse formato de organização é de suma importância para viabilizar o compartilhamento de experiências e fomentar a união de esforços entre os catadores, para assim fortalecer seus empreendimentos como elos fortes da cadeia da reciclagem. Soto (2011), em sua análise sobre a formação de redes de cooperativas de catadores, nos traz que:

“Para o cumprimento dos seus objetivos, os empreendimentos econômicos solidários reconheceram a necessidade de sair do isolamento e de construir possibilidades de cooperação e intercâmbio com outras unidades produtivas, além de parcerias com distintos setores da sociedade”. (SOTO, 2011, p. 41)

Por isso, com o apoio do Movimento Nacional de Catadores Recicláveis - MNCR, as organizações de catadores buscam coletivamente estratégias para alcançarem renda, combate à invisibilidade e à desvalorização de seu trabalho, como também a garantia de direitos através de políticas públicas redistributivas.

“A ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão está orientada, fundamentalmente, pela reciprocidade entre os vínculos sociais, sobretudo os de confiança, estabelecidos no processo de trabalho” (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008, p. 121).

Sem essa organização os catadores têm mais dificuldade de conquistar a inclusão social. Dessa forma, as decisões do grupo são realizadas com prudência e reflexão, trazendo às suas ações um maior grau de autonomia (OLIVEIRA, 2010). A ação coletiva é permeada por uma dialética de obtenção de benefícios econômicos e materiais tendo em vista o sistema de opressão que se opõe à autorrealização dos atores, que buscam autonomia e mudanças nesse jogo de dominação social entre grupos (AUYERO, 1999). É recorrente na trajetória dos catadores de materiais recicláveis mobilizações frente às ações de violência e repressão por parte do poder público, pois muitas vezes esses trabalhadores não são percebidos como parte do gerenciamento dos resíduos urbanos, mesmo que contribuam substancialmente com a manutenção e limpeza das ruas das cidades.

A atividade dos catadores possui sua origem ligada à economia informal, dificultando o reconhecimento da mesma pelos órgãos da administração pública. Porém, mesmo com um histórico de embates, acredita-se que a organização e articulação política dos catadores podem minimizar as limitações entre os catadores e o Poder Público municipal, abrindo possibilidades de implementação de medidas de inclusão social e garantia de melhores condições de vida e trabalho, através, por exemplo, da contratação dos mesmos para a realização da coleta seletiva dos municípios. “A ação coletiva dispõe de natureza agregacional contestatária; cria um espaço político propriamente dito, dada à conjunção de forças, geralmente em conflito” (ARAÚJO, 2006, p. 2).

Segundo Berttley (1949), na ação coletiva grupos e interesses são indissociáveis. Trata-se da formação de organizações em que os indivíduos têm o poder de ação e participam democraticamente do dia-a-dia de diversas esferas decisórias a partir de sua vivência e visão crítica da sociedade. A coletividade ultrapassa o patamar da satisfação de interesses comuns, buscando alcançar algo maior, como o bem-estar social de todos e para todos, o que contrapõe toda a lógica utilitarista dominante. Este tipo de coletividade pode ser permeada por várias lógicas de ação (políticas, econômicas, materiais e simbólicas), assim como de múltiplos modos de se relacionar com o Estado, objetivando alcançar uma meta maior que está

acima das metas individuais dos sujeitos que a compõe (QUIRÓ, 2005). As ações coletivas de caráter sociopolítico:

[...] são construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2006, p. 16).

O consenso não é determinante para que haja ação do grupo, mesmo porque é inevitável que indivíduos com realidades diversas tenham pensamentos e posicionamentos igualmente distintos. Mas as pressões vividas cotidianamente e os incentivos sociais impulsionam ações. Assim, é visto que a ação coletiva não está baseada exclusivamente na racionalidade dos indivíduos de um grupo, neste caso o grupo formado pelos catadores de material reciclável. Na maioria das vezes a ação coletiva é produto de uma série de fatos históricos ou de algum movimento de coerção social, que transpassa a esfera individual (SADER, 1988). No entanto os resultados sociais almejados não são alcançados de forma instantânea e podem não ser tão evidentes, e muito menos estão restritos à sensibilização abrangente realizada pela mídia. Essa ação promovida pela união de indivíduos pode ser influenciada pela divisão do segmento dos trabalhadores e aparente dispersão de objetivos e interesses do contexto contemporâneo. Ela permeia também as relações entre sociedade civil e mecanismos de poder, diferindo da relação entre indivíduos e política (ARAÚJO, 2008). O tema é complexo e ambíguo, por fazer convergirem questões em que agir e liberdade de ação são prerrogativas do indivíduo na sociedade, mas se expressam no plano institucional e elevam as reivindicações ao grau coletivo, adquirindo força social (ARAÚJO, 2008, p. 7).

Sendo assim, essa prática coletiva organizacional contribui com o empoderamento dos atores, consistindo na capacidade de um ator, individual ou coletivo, usar seus recursos, sejam quais forem, para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações do Estado na distribuição dos serviços e recursos públicos (ROMANO e ANTUNES, 2002, p. 06).

A diferenciação social produz comunidades distintas com valores próprios do grupo, valores estes profundamente ligados aos códigos moral, linguístico, cognitivo, e que fazem parte do equipamento conceitual com o qual o indivíduo “enfrenta” o mundo (HARVEY, 1975, p. 362). Para tanto, acredita-se que as reivindicações dos catadores tenham uma maior visibilidade se estes atuarem coletivamente, podendo ter mais possibilidades de melhorias para a classe trabalhadora. O quadro de precariedade vivenciado por esses trabalhadores pode ser minimizado com a implantação de políticas públicas e valorização de seu trabalho, além de combater diretamente os danos ambientais provocados pelo consumo desmedido de nossa sociedade.

1.4 Consumo predatório e suas consequências ambientais e sociais

As ações do sistema capitalista de acumulação flexível e a cultura do consumo contribuem de forma significativa para a degradação do meio ambiente. Além de promover um intenso descarte descontrolado de rejeitos gerando uma série de problemas sociais e ambientais. “A sociedade atual vive cada vez mais enquadrada e modelada pelos interesses do capital e da globalização, promovendo um conflito entre o “ser” cidadão e o “ser” capitalista, dentro de cada um, modificando a vida da sociedade (JUNIOR, 2010, p. 2)”.

Pode-se dizer que fazemos parte de uma sociedade do consumo, fruto do domínio exercido pelas forças produtivas. Em uma visão sociológica, analisa-se como o ato de consumir acontece; o insustentável prazer em comprar e descartar mercadorias, o envolvimento no mundo da moda, o mercado e o indivíduo como principal componente de todo esse processo (BARBOSA, 2010). Para melhor explicar as razões dessa dominação exercida sob os indivíduos do mundo moderno, Ortigoza e Cortez (2009) complementam:

O processo de produção toma o urbano, provocando, por meio da normatização da vida cotidiana, a generalização da mercadoria. Nesse movimento as relações sociais passam a ser mediadas por mercadorias, pois o consumo é capturado e subjuga a vida em todos os seus momentos. O domínio social está colocado como o maior precedente do novo modelo econômico global (ORTIGOZA e CORTEZ, 2009, p.21).

De acordo com a autora Fátima Portilho (2005), 25% da população mundial demanda 75% da matéria-prima explorada no planeta, essa questão é fundamental para a análise de como o consumo em excesso está estruturado em nossa sociedade e como tem promovido a intensificação da crise ambiental do planeta. A preocupação com a sustentabilidade passou a ser inevitável diante da irracionalidade ecológica dos novos modos de produção. O consumo pode ser pensando como o “combustível” da economia pós-fordista, e é através desse ato que se gera mais demanda, mercado, competição e concorrência em escala global. As indústrias passam a produzir mais diversificadamente para atender aos interesses da população, considerando a pluralidade identitária contemporânea. O modo de produção absorve e normatiza o

cotidiano dos indivíduos, interferindo diretamente nas relações sociais, que passam a ser baseadas na generalização das mercadorias (ORTIGOZA, 2010). Grande parte das pessoas consome em ritmo acelerado e descartam com rapidez os restos de suas compras por não enxergarem mais utilidade neles. A obsolescência das mercadorias é cada vez mais imediata, assim como o consumo de itens básicos, como a alimentação, por exemplo. “O espetáculo, o efêmero, a moda e a obsolescência impõem novas e consecutivas necessidades. Vivemos um tempo em que a produção de mercadorias não visa só atender à demanda, mas também criar a necessidade” (ORTIGOZA, 2010, p.22).

A diversidade de produtos no mercado, as inovações tecnológicas e a mídia incentivam o consumo acelerado. A publicidade da sociedade capitalista utiliza estratégias de convencimento incentivando a venda dos produtos que entram constantemente no mercado. Há uma glamourização do ato de consumir e as mercadorias são objetos de adoração do público, muitas vezes sendo vistas como indispensáveis e únicas, dando uma falsa ideia de realização (PADILHA, 2006).

Legitimando essa ideia, Santos (1998), coloca que por trás da prática de consumir cria-se um status, levando com que o indivíduo alcance uma felicidade momentânea e efêmera, suas satisfações passam a ser baseadas em compras, estimulando sua individualidade e moldando seus desejos em função de um mercado financeiro, que não está preocupado em contribuir para que seus consumidores desenvolvam consciência ambiental e social.

Além da extração de recursos do meio ambiente, o consumo exacerbado gera uma grande quantidade de resíduos, ou como é conhecido popularmente, “lixo”. A abundância de resíduos passou a afetar todos os países, por exigir um tipo complexo de tratamento, composto pelos seguintes passos: controle, produção, acondicionamento, coleta, transporte, processamento, tratamento e a destinação final. “O lixo geralmente é constituído de sobras de alimentos, embalagens, papéis, papelões, plásticos, vidros, trapos, etc.” (HOUCH, 2008, p.23).

Dessa composição, 60% são considerados materiais orgânicos, ou seja, de fácil degradação, os outros 40% (materiais inorgânicos e/ou recicláveis) podem

demorar até milhares de anos para completarem sua decomposição, o que vai depender do tipo de material (GODOY, 2013). O vidro, as fraldas descartáveis, a borracha e as garrafas plásticas são exemplos de resíduos que demoram a desaparecer do meio ambiente. A nova configuração de produção modificou a composição do “lixo”, o que representa um grande risco à conservação da natureza.

De acordo com o site¹⁶ do Ministério do Meio Ambiente (MMA), um terço do resíduo doméstico é composto por embalagens e cerca de 80% delas são utilizadas apenas uma única vez, sendo descartadas frequentemente de forma inadequada. O reaproveitamento dos resíduos se torna de extrema relevância, visto que já não são considerados inutilizáveis e é possível transformá-los a partir do processo da reciclagem, diminuindo os problemas trazidos pela extração de matéria prima, contribuindo com a limpeza das cidades e com o desenvolvimento sustentável. Outros pontos positivos da reutilização dos recicláveis, especialmente no Brasil, é a geração de renda e inclusão social dos trabalhadores que não conseguiram se inserir na dinâmica do mercado formal nos anos de 1990.

A intensa produção de resíduos no meio urbano nessa nova configuração levou uma parcela de excluídos socialmente a se inserir na catação dos recicláveis pelas ruas da cidade. A venda dos resíduos rejeitados por uma pequena parcela da população se tornou um meio de sobrevivência para muitos que não possuem a qualificação exigida usualmente neste cenário. Sendo assim, observa-se que a produção de resíduos não gera apenas rejeito material, mas também social, como é o caso dessa nova classe trabalhadora, os catadores de materiais recicláveis, que vivem à margem do sistema (ZANETI, 2016).

No caso do sistema de gestão de resíduos, observam-se níveis de realidade diferentes: de um lado a riqueza, o consumo, o desperdício, o descarte e, de outro, a miséria, a inclusão perversa de um grupo de atores sociais (catadores de lixo de rua). (ORTIGOZA; CORTEZ 2009, p. 52).

O estabelecimento de um modelo econômico fortemente excludente em uma sociedade com problemas recorrentes em sua ordem democrática, como a brasileira, possibilitou que o consumo predatório se expandisse de maneira incomumente

¹⁶ Site Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br>.

intensa. É por isso que é fundamental uma inserção cidadã dos catadores diante desse processo de radicalização da desigualdade social do Pós-Fordismo. Dessa forma, é possível vislumbrar o surgimento de uma nova cultura da gestão de resíduos, que considere os impactos sociais e ambientais provenientes dos reajustes produtivos, realizados em nome da manutenção dos níveis de crescimento e de acumulação do capital.

Essa questão do lixo passou a ser considerada uma das maiores barreiras à sustentabilidade no planeta e todos os países vêm traçando possíveis soluções (econômicas, políticas, sociais e tecnológicas) para solucionar essa demanda (OLIVEIRA, 2010). Um recurso que vem sendo debatido é o gerenciamento integrado de resíduos, envolvendo: a redução do consumo e da geração de resíduos através da conscientização ambiental, a realização da coleta seletiva pelos catadores, a reciclagem dos materiais, a compostagem dos resíduos orgânicos e a deposição dos rejeitos em locais apropriados; considerando as restrições ambientais. Para um bom funcionamento dessas etapas é importante o envolvimento de todas as esferas da sociedade: sistemas políticos, sociedade civil, setor empresarial e etc. Visto que todos são responsáveis pelos resíduos sólidos que produzem e pela superação dos problemas trazidos pelos mesmos (TEXEIRA, 2013).

2. CAPÍTULO: RESÍDUOS SÓLIDOS E OS DESAFIOS DE SUA GESTÃO

Nesse capítulo serão examinados alguns dados sobre o expressivo aumento dos resíduos sólidos no Brasil após a crescente urbanização e industrialização do país. Além disso, serão debatidas as medidas de governo para solucionar essa problemática, principalmente as recentes políticas públicas que envolvem a gestão de resíduos sólidos.

Estudar essa temática tem sendo um desafio, pois os resíduos sólidos se tornaram um problema complexo que envolve impactos tanto ambientais quanto sociais. Há dificuldade em ter acesso a dados atuais sobre o manejo e tratamento de resíduos. Um exemplo é a última pesquisa realizada pelo IBGE, ocorrida em 2008. Esse panorama é anterior à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que institui as obrigações dos municípios brasileiros no que tange à logística reversa, disposição final, coleta seletiva e inclusão social dos catadores e materiais recicláveis no gerenciamento dos resíduos sólidos. Outra plataforma consultada foi o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR), um dos instrumentos da PNRS que analisa, sistematiza e divulga dados quantitativos e qualitativos sobre a gestão de resíduos do Brasil. Nesta pesquisa também foram examinados dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), Compromisso Empresarial de Reciclagem (CEMPRE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Pode-se adiantar que houve avanços no tratamento dos resíduos sólidos, como a aprovação da própria Lei 12.305/10 (PNRS), que foi um marco importante nesse cenário. Entretanto, existem muitos municípios que não tem cumprido suas diretrizes, tanto na questão estrutural como social. Para tanto, propõem-se uma análise conjuntural para entendermos quais são os entraves e limitações da gestão de resíduos sólidos e como o trabalho dos catadores vem sendo incorporado nessa dinâmica.

2.1 As recentes políticas públicas sobre resíduos e sua articulação com os movimentos sociais

A produção de resíduos sólidos no Brasil é bem expressiva e vem crescendo de forma rápida com algumas mudanças de hábitos da população, especialmente em relação ao consumo. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada em 2008, a quantidade diária de resíduos recolhidos no Brasil neste ano foi de 259.547 toneladas. O que implica numa geração per capita de 1.361 gramas/dia (IBGE, 2008)¹⁷. Anualmente, a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), faz uma análise da situação dos resíduos sólidos do país, e em sua última pesquisa, em 2016, foi diagnosticada uma produção anual de 78,3 milhões de toneladas, cerca de 1,040 Kg/habitante/dia (ABRELPE, 2016).

O serviço de limpeza urbana compreende coleta, varrição pública e destinação final é de responsabilidade do poder público local. Este serviço requer um alto custo, podendo chegar a 20% dos gastos totais do município (IBGE, 2008). Em 2008, 100% dos municípios declararam realizar o manejo de resíduos sólidos, sendo que em 61,2% dos casos o recolhimento dos resíduos é prestado pelas prefeituras, em 34,5% por instituições privadas (terceirização ou concessão pública) e 4,3% por uma ação conjunta de setores público e privado como: autarquias, consórcios e empresas públicas (IBGE, 2008).

Boa parte dos resíduos sólidos é constituída por materiais recicláveis, ou seja, passíveis de serem reutilizados ou serem transformados a partir da reciclagem. O capital poupado, a grande quantidade de resíduos com potencial de ser transformada em novos objetos, a redução da extração de matérias-primas e de energia são fatores que contribuíram para que indústrias recicladoras ganhassem espaço no mercado. A reciclagem significa:

[...] transformar os restos descartados pelas residências, fábricas, lojas e escritórios em matéria-prima para a fabricação de outros produtos. Não importa se o papel está rasgado, a lata amassada ou a garrafa quebrada. Ao

¹⁷A última pesquisa realizada no Brasil sobre saneamento básico foi no ano de 2008, pelo IBGE. Ou seja, dois anos antes da aprovação da PNRS.

final, tudo vai ser dissolvido e preparado para compor novos objetos e embalagens. A matéria orgânica também pode ser reciclada, mas é através do processo de compostagem que ela virará adubo orgânico (RODRIGUES; CAVINATO, 1997, p. 58).

Com isso, o significado de “lixo” modificou-se, pois não é mais considerado algo sem valor ou utilidade. Através de debates econômicos e ambientais o “lixo” passou por uma mudança semântica positiva (CARMO, 2008). Mesmo assim, o cenário atual do Brasil frente ao tratamento adequado dos resíduos sólidos, ainda é muito precário, envolvendo diversos problemas, como por exemplo: a contaminação da água, do solo, emissão de gases efeito estufa, alto gasto de energia, riscos à saúde humana e subemprego.

O lixo recolhido em nossas casas toma diversos caminhos, geralmente inadequados, sem nenhum tipo de tratamento. Em 2016, 3.331 municípios brasileiros enviaram seus resíduos a locais inadequados, totalizando 29,7 milhões de toneladas de resíduos (ABRELPE, 2016). Os locais mais comuns de deposição de resíduos sólidos são: lixão (terrenos baldios, fundos de vales, valas, voçorocas, encostas, etc.), aterro controlado (cobertura do lixo com terra) e aterro sanitário (revestimento de manta plástica que detém fluxo de líquidos). Dentre os locais citados, o aterro sanitário é a opção menos agressiva ao meio ambiente, porém do ponto de vista da reciclagem, a destinação dos resíduos a esse local é considerada imprópria. Os materiais recicláveis, não passando por uma triagem, serão enterrados com resíduos orgânicos, impossibilitando sua reciclagem (LIMA, 1999). Além desses problemas ambientais, a presença dos catadores nesses locais os expõe a acidentes, doenças (leptospirose, dermatites, infecções gástricas e verminoses) e exploração laboral.

De acordo a ABRELPE, 2.239 municípios brasileiros declararam enviar seus resíduos para aterros sanitários, 1,772 para aterros controlados e por último, 1.559 para lixões a céu aberto. Os depósitos considerados inadequados (aterros controlados e lixões) receberam cerca de 80 mil toneladas diárias, ou seja, poucos materiais recicláveis foram recuperados (ABRELPE, 2016).

A coleta seletiva consiste na remoção dos resíduos recicláveis previamente pelo gerador, tais como latas, plásticos, papel, vidros e outros. Aliada ao consumo

responsável, tem se mostrado a opção mais viável e econômica para o gerenciamento de resíduos sólidos. Além de diminuir o volume de materiais destinados aos lixões a céu aberto e aterros, contribui com a vida útil dos mesmos, minimiza a extração de recursos naturais e contribui também com a geração de renda e de melhorias na qualidade de vida dos catadores (CALDERONI, 1998).

Além das vantagens ambientais, a coleta seletiva impacta positivamente sobre questões sociais. Essa alternativa melhora a qualidade dos recicláveis e poupa trabalho na captação e na triagem realizada preferencialmente pelos catadores. A separação dos materiais torna a reciclagem mais fácil, pois eleva o potencial de reaproveitamento e comercialização dos materiais, assim como o valor dos mesmos (IBGE, 2010). Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2013, calculou que se o Brasil reciclasse todo o seu resíduo reaproveitável movimentaria em sua economia cerca de R\$ 8 bilhões por ano. No entanto, a coleta de resíduos recicláveis domiciliares e a posterior reciclagem ainda recebe pouca atenção, principalmente do poder público, que a trata de forma superficial.

No Brasil e em países onde existe um segmento da população que vive e sobrevive da catação de lixo, nos lixões e/ou catação de papel e latinhas nas ruas, é absolutamente indispensável, quando da definição (escolha) do modelo de gestão de resíduos urbanos, analisar e considerar este universo de excluídos – os catadores. O problema chave está na articulação da política municipal com as atividades dos catadores. Em particular, a implantação e o desenvolvimento da coleta seletiva municipal e dos Centros de Triagem não podem considerar as atividades tradicionais de catação (a retirada antecipada) como uma forma de concorrência à ação municipal (NUNESMAIA, 2002, p. 15).

A primeira experiência de implantação de coleta seletiva no Brasil foi em 1985, em Niterói- RJ. Em 1990, foram realizadas as primeiras iniciativas de programas de coleta de gestões municipais, em parcerias com organizações de catadores de materiais recicláveis (SANTOS, 2011). Nesse período, um significativo número de pessoas ao redor do mundo que passou a se envolver em debates sobre alternativas sustentáveis, visando um desenvolvimento econômico colaborativo e menos agressivo ao meio ambiente. Essas pressões da sociedade civil em conjunto os movimentos sociais contribuíram para que o Governo brasileiro criasse políticas públicas e leis que asseguraram o manejo adequado dos resíduos aliado à inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

Essas medidas e preocupações com o meio ambiente se intensificaram a partir do ano 2000, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que adotou estratégias de diminuição da desigualdade social. Em seu programa de governo, no capítulo “Crescimento, Emprego e Inclusão Social”, é abordada a inclusão social aliada à justiça ambiental, prevendo a valorização de empreendimentos organizados da sociedade civil que dessem suporte a esta meta de seu governo, como os dos catadores de materiais recicláveis (Casa Civil da Presidência da República, 2003¹⁸). Conforme dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) realizada em 2008, 994 municípios brasileiros declararam ter programas de coleta seletiva, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste (IBGE, 2008).

Em 2006 foi aprovado o Decreto nº. 5.940 de 2006 (BRASIL, 2006), que assegura a realização da coleta seletiva em todos os órgãos e instituições públicas federais e a doação dos resíduos recicláveis para os catadores organizados legalmente. No ano posterior, foi aprovada a Lei Federal 11.445/07 (BRASIL, 2007), que passou a estabelecer diretrizes nacionais de saneamento básico. Essa Lei permite que as repartições públicas contratem o serviço de coleta das organizações de catadores, com dispensa de licitação, já que essa classe de trabalhadores é geralmente composta por pessoas físicas de baixa renda.

Diversos estados e municípios brasileiros criaram e aprovaram legislações ambientais envolvendo a gestão dos resíduos sólidos. Os primeiros estados a criarem suas políticas foram Rio Grande do Sul e Paraná. O estado de Minas Gerais foi o 13º a tomar essa iniciativa, aprovando a Política Estadual de Resíduos Sólidos em 2009, proibindo a utilização da tecnologia de incineração em determinados casos (IPEA, 2013).

Em 2010, foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305, que estabelecia diretrizes e metas de melhoramento para o tratamento dos resíduos. Um dos objetivos dessa política era a promoção de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos em todas as cidades brasileiras. E em um prazo de

¹⁸Casa Civil da Presidência da República – Subchefia para assuntos jurídicos: Decreto de 11 de setembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975impressao.htm. Acesso em: 28/08/2017.

quatro anos, ou seja, até 2014, a extinção dos lixões e a implantação de um sistema de coleta seletiva com a inclusão dos catadores. Somente os rejeitos deveriam ser destinados ao aterro sanitário, já os materiais recicláveis seriam encaminhados para um galpão ou usina de triagem para que os catadores pudessem tratá-los corretamente.

Esses trabalhadores são fundamentais para que a PNRS seja implementada, principalmente para a gestão integrada dos resíduos sólidos, já que esta Lei tem como princípio o “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010). A PNRS segue as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), indicando seu aprofundamento nos planos diretores municipais, já que os mesmos são os executores constitucionais da política para tratar de temas locais.

A PNRS foi pensada e construída no âmbito de uma política ambiental com inclusão social junto ao contexto da gestão dos serviços urbanos de limpeza pública, pautados sob o desafio socioeconômico e ambiental de novos padrões de desenvolvimento local (BAPTISTA, 2013, p. 11).

Baseada na PNRS, em 2013, foi promovida a 1ª edição do prêmio “Cidade Pró Catador”, como forma de incentivar e valorizar o trabalho realizado pelos municípios em conjunto com os catadores na promoção da coleta seletiva. Na 2ª edição do prêmio, em 2014, a cidade de Manhumirim – MG, que está inserida neste trabalho, foi contemplada com o prêmio.

A coleta seletiva e a separação organizada pelo município deverão constituir uma oportunidade para melhorar a condição das atividades tradicionalmente desempenhadas pelos catadores. O “atual” exercício de catadores tem o mérito do destaque no mercado dos recicláveis [...]. A inclusão desse universo nas políticas sociais municipais é fundamental e necessário para estabelecer-se uma relação de proximidade entre os programas de coleta seletiva e os catadores (NUNESMAIA, 2002, p. 15).

Surgindo dentro do mesmo escopo do Programa Pró-Catador, o “Projeto Cataforte” foi criado com intuito de estruturar e fortalecer empreendimentos solidários de catadores. O Ministério do Meio Ambiente – MMA é responsável por determinar as diretrizes do programa, acompanhar as ações, avaliar as redes de catadores a serem apoiadas e aprovar o planejamento de ações das redes inseridas no projeto. O Cataforte teve como foco da primeira fase a realização de eventos e formação da rede

de catadores, contribuindo com seu fortalecimento. Já na segunda etapa apoiou o desenvolvimento de melhorias na infraestrutura das cooperativas e associações, trabalhando toda parte de logística e organização dos empreendimentos. Por último, a terceira fase, vem atualmente tentando avançar na inserção das organizações de catadores no mercado sustentável (MMA [2013 – 2015])¹⁹. Desde 2014, ano que foi lançado o edital do Cataforte III, foram habilitados 33 organizações coletivas de catadores (cooperativas e associações). O projeto ainda está em andamento, sendo previsto o investimento de 200 milhões de reais por meio de convênios para sua execução (BANCO DO BRASIL, 2017²⁰).

Outro marco recente no histórico dos resíduos sólidos no Brasil foi a criação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - CIISC, instituído pelo Decreto nº 7.405/ 2010. Os principais objetivos do comitê são: a extinção dos lixões a céu aberto; garantia de melhores condições de vida e trabalho aos catadores de materiais recicláveis; apoio à gestão e destinação correta dos resíduos sólidos nos municípios; fomento a articulações políticas voltadas aos catadores e definição de organismos de monitoramento e avaliação das atuações desenvolvidas (Casa Civil da Presidência da República, 2010²¹).

O CIISC envolve representantes de diversas secretarias e órgãos federais, como: Casa Civil da Presidência da República; Ministérios da Educação; Saúde; Trabalho e Emprego; Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros. Além desses, o comitê conta com a participação de representantes de diversas outras esferas, como: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, bancos nacionais, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, etc. Esse mesmo decreto aprovou o Programa Pró-Catador, que tem por meta realizar ações voltadas aos trabalhadores

¹⁹Site Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>

²⁰Site Banco do Brasil: <https://www.fbb.org.br/pt-br/component/k2/conteudo/projeto-cataforte-fortalece-organizacao-em-rede-de-catadores>.

²¹ Casa Civil da Presidência da República – Subchefia para assuntos jurídicos: Decreto Nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm.

da catação, fomentando sua organização e inclusão social e econômica, através da inserção destes na coleta seletiva dos municípios, prevista na PNRS (Casa Civil da Presidência da República, 2010).

Percebe-se que houve um considerável crescimento de políticas públicas e leis sobre resíduos sólidos e catadores de materiais recicláveis, porém os avanços planejados não têm sido tão evidentes, principalmente no que tange ao cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/10. Essa Lei tem tido seu cumprimento comprometido por uma série de fatores, como o alto índice de terceirização do gerenciamento dos resíduos, o crescimento acelerado da produção, as altas taxas de destinação inadequada, sem falar na baixa adesão dos municípios, que mesmo ameaçados por cortes de repasses federais não têm colaborado para sua efetivação. Sendo assim, acreditamos que esclarecer estes impedimentos pode contribuir para a ampliação da cobertura e, logo, solucionar problemas de saneamento e inserção laboral dos catadores.

2.2 Um olhar analítico sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei 12.305/10) define diretrizes para melhoramento do tratamento dos resíduos sólidos e seus princípios básicos englobam a racionalização de resíduos, tratamento e destinação final, adotando essa ordem respectivamente. A lei trouxe para conhecimento do Poder Público e da população as dificuldades relacionadas ao trato dos resíduos, além de traçar metas a serem alcançadas para solucionar esses problemas de forma sustentável (BROLLO; SILVA, 2001).

Desde 1989, os representantes dos Governos Brasileiros (União, Estados e Municípios) e diversos segmentos da sociedade (indústria, agricultura e pecuária, saúde, construção civil, catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis...) vêm debatendo e realizando propostas à PNRS. A primeira tentativa foi o Projeto de Lei nº

354/89²², do ex-senador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Francisco Rollemberg, relacionado à coleta, transporte, acondicionamento, beneficiamento e disposição dos resíduos de serviços de saúde. Durante dois anos essa proposta tramitou na Câmara dos Deputados, sendo apresentando uma nova versão em 1991, com o projeto de Lei nº 203/91 (LOPES, 2006).

Figura 5: Princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).



Fonte: Adaptado de BROLLO; SILVA, 2001.

Em 1998, foi formado um grupo de trabalho vinculado ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para debater novas soluções para o problema dos resíduos, culminando na proposição nº 259/99²³, denominada “Diretrizes Técnicas para a Gestão de Resíduos Sólidos”. Inúmeros setores da sociedade também vinham contribuindo na formulação da PNRS para que seu conteúdo fosse razoável. Através dessa Lei, almejava-se uma atuação mais propositiva dos representantes políticos em nível federal, estadual e municipal que resultasse em transformações duradouras no cenário brasileiro (GRIMBERG, 2014).

²² Tal projeto foi considerado a primeira tentativa de elaboração da Política de Resíduos Sólidos em âmbito nacional.

²³ Essa proposição (nº 259/99) foi aprovada em plenário, porém não foi publicada.

Na tentativa de aprimorar as diretrizes da Lei 203/91, em 2001, foi criada a “Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos”. Mas, com o fim da legislatura dos deputados a Comissão foi extinta, não promovendo nenhum encaminhamento referente aos problemas gerados pelos resíduos. Já em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizou-se o “I Congresso Latino-Americano de Catadores”, onde foram discutidas as seguintes propostas: fim dos lixões, formação profissional dos catadores e a responsabilidade da população perante os resíduos gerados. Nesse mesmo evento, foi criado o “Grupo de Trabalho Interministerial de Saneamento Ambiental”, com o intuito de promover debates e unificar ações relacionadas ao saneamento em esfera federal. As ações desse grupo permitiram a reestruturação de toda a parte de saneamento, assim como a criação do “Programa Resíduos Sólidos Urbanos”.

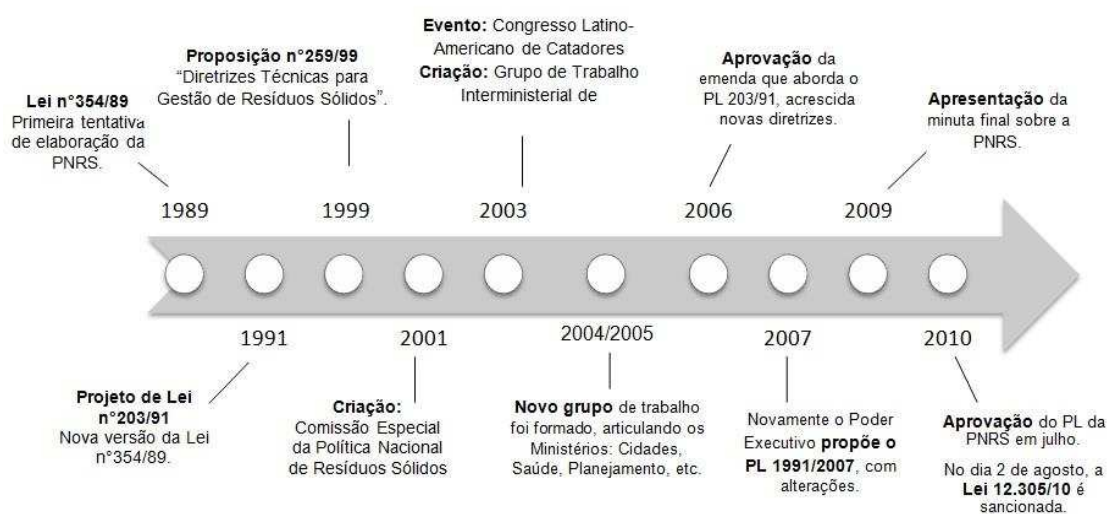
Entre 2004 e 2005, outro grupo de trabalho foi formado por ações de articulação interministeriais elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente. Diversos ministérios como o das Cidades, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e da Fazenda participaram de seminários de elaboração de propostas de regulamentação dos resíduos (COSTA, [s.d]).

Os anos de 2006 e 2007 foram fundamentais para elaboração do plano. No primeiro ano aprovou-se uma emenda que aborda o PL 203/91, acrescida de diretrizes relacionadas à importação de pneus usados no Brasil. No ano seguinte, o poder Executivo propõe o PL 1991/2007. Esse projeto faz relações com outros instrumentos legais, como por exemplo: a Lei nº 11.445/2007 (Saneamento Básico), Lei nº 11.107/1995 e sua regulamentação através do Decreto nº. 6.017/2007 (Consórcios Públicos); também interagindo com a Política de Meio Ambiente, de Educação Ambiental, Urbana, Inclusão Social, entre outras. Todo texto do projeto de Lei foi analisado pelo comitê de resíduos sólidos e levado à apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados (LOPES, 2006).

Somente em 2009 foi apresentada ao Congresso uma minuta final sobre a PNRS, a partir da concordância entre os catadores de materiais recicláveis e dos

setores industriais. Durante todo o processo de formulação e reformulação da Lei passaram pelo congresso cerca de 100 projetos, que foram discutidos e tramitados em conjunto (BESEN, 2006). O projeto com o texto revisado foi enviado ao Senado e analisado por quatro comissões, sendo aprovado em plenário no início do mês de julho de 2010. No mês seguinte, no dia 2 de agosto, a Lei nº 12.305 é sancionada e publicada no Diário Oficial da União instituindo a PNRS.

Figura 6 – Linha do tempo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).



Fonte: site Ministério do Meio Ambiente²⁴. Elaboração própria, 2017.

Essa Lei tramitou no Congresso Nacional durante 20 anos e representa um grande avanço no que se refere à problemática da gestão dos resíduos sólidos urbanos, pois trabalha três vieses: ambiental, social e econômico. Constitui-se em um instrumento político que possui todas as ferramentas necessárias para o adequado gerenciamento dos resíduos sólidos, porém existem desafios que se impõem à sua execução que serão debatidos ao longo do texto.

A PNRS envolve a participação de todas as esferas, desde os fabricantes/produtores até os consumidores, todos segundo esta Lei têm

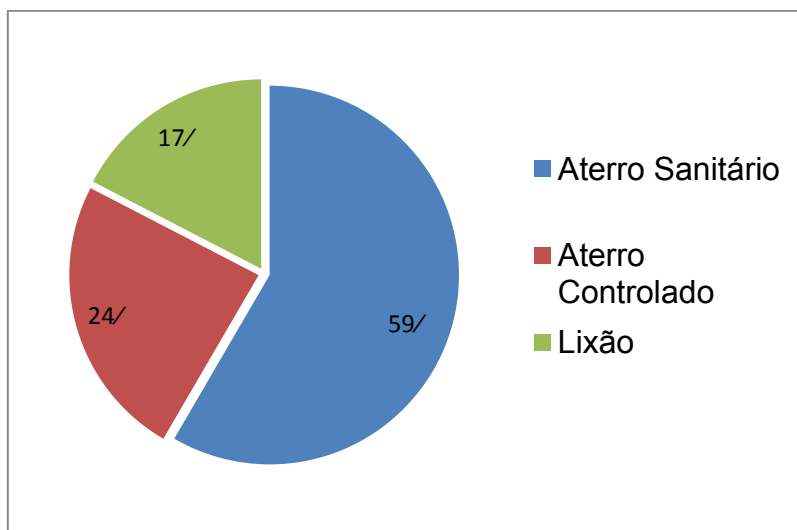
²⁴ Site MMA: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/linha-do-tempo>>.

responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos resíduos. Assim como na redução da produção de resíduos e em seu retorno através da logística reversa.

Vale lembrar também que a PNRS determina a extinção dos lixões e a implantação da coleta seletiva, permitindo que somente 10% dos resíduos produzidos por cada habitação sejam destinados ao aterro sanitário. Entretanto, os resultados desejados não foram alcançados e não houve um grande impacto na dinâmica de tratamento e gestão dos resíduos no Brasil. Isso pode estar relacionado ao baixo recurso destinado à área ambiental, que em 2014 recebeu apenas 0,20% dos gastos totais do Governo Federal (MOURA e SANTANA, 2016).

A situação da destinação dos resíduos em 2014, após o vencimento do prazo da PNRS, ainda era de irregularidade em mais da metade dos municípios brasileiros: 59,7% utilizavam lixões ou aterros controlados, 45% e 14,6% respectivamente (IPEA, 2014). Esse quadro melhorou pouco ao longo dos anos. Verificou-se uma queda de somente 18,1% de destinação de resíduos em locais impróprios.

Figura 7: Gráfico por tipo de destinação final no Brasil, 2016.



Fonte: Panorama de Resíduos Sólidos do Brasil – ABRELPE (2016). Elaboração própria, 2017.

Quadro 5: Disposição final de resíduos por quantidade de municípios, 2016.

Regiões	Norte		Nordeste		Centro - Oeste		Sudeste		Sul		Brasil	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Aterro Sanitário	92	20%	458	26%	161	34%	822	49%	706	59%	2.239	40%
Aterro Controlado	112	25%	500	28%	148	32%	644	39%	368	31%	1.772	32%
Lixão	246	55%	836	46%	158	34%	202	12%	117	10%	1.559	28%

Fonte: Pesquisa ABRELPE e IBGE. Elaboração própria, 2017.

Os aterros sanitários são considerados obras difíceis, exigem controle constante. Sua manutenção tem um alto custo, tornando um problema relevante para os prefeitos e vereadores. A dimensão da cidade e a produção de resíduos impactam diretamente no custo do trato dos resíduos. Quanto menor for sua estrutura, mais cara sua manutenção. Em entrevista para a revista “Em Discussão” o Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente Ney Maranhão, empossado em 2013, afirmou que o aterro sanitário [...] “é relativamente fácil implantar. Difícil é sustentar a operação em bases criteriosas e dentro dos parâmetros exigidos. Um descuido pode levar à perda de todo esforço de anos” (ARAÚJO et al., 2014).

Outras dificuldades relacionadas à instalação dessa estrutura são: a falta de espaço nas cidades de grande porte e a ausência de gestões comprometidas, principalmente das cidades de pequeno e médio porte. Espaços que poderiam ser destinados ao aterro sanitário estão sendo utilizados para outras finalidades consideradas mais relevantes para os administradores públicos, como: turismo, lazer, agricultura, etc. (GRIMBERG, 2014). Estas atividades muitas vezes dão mais

visibilidade política, portanto angariariam mais votos em futuras eleições do que a resolução dos problemas de destinação de resíduos.

A baixa capacidade técnica dos pequenos municípios brasileiros é outra dificuldade encontrada pelos especialistas que participaram das audiências públicas do Senado. O problema é generalizado, já que 90% dos municípios possuem menos de 50 mil habitantes e apenas 35 cidades têm mais de 1 milhão de habitantes (ARAÚJO et al.,2014, p. 18).

Sobre a implantação da coleta seletiva, o Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil de 2016, anunciou que dos 5.570 municípios brasileiros, 3.878 ou 69,6% dizem ter algum tipo de iniciativa de coleta seletiva (ABRELPE, 2016). As regiões brasileiras com maior concentração de programas de coleta seletiva são: Sudeste e Sul. Juntas elas totalizam 2.524 ou 88,2% de municípios com esse tipo de serviço. O Nordeste, Centro-Oeste e o Norte possuem números bem inferiores, 1354 ou 49,9% municípios no total

Figura 8: Quantidade de municípios por região com iniciativas de coleta seletiva, 2016.



Fonte: Pesquisa ABRELPE e IBGE. Elaboração própria, 2017.

O Brasil tem uma grande população que poucos têm acesso aos programas de coleta seletiva. Dentre esses municípios, nem todos realizam a coleta de resíduos recicláveis de forma integral, apenas parte da área urbana é contemplada. Muitas vezes, os programas de coleta seletiva se resumem à instalação de pontos de entrega voluntária (PEV'S) ou algum tipo de parceria com as organizações de catadores (ARAÚJO et al.,2014).

Na presente pesquisa, os municípios pesquisados se enquadram na situação de atendimento parcial da PNRS. A ausência de coleta seletiva e a raridade das iniciativas das prefeituras trazem consideráveis danos ao Brasil, pois esse sistema atual não possui eficiência econômica, pois desperdiça fontes materiais e energéticas dos resíduos recicláveis (ABRELPE, 2016).

De acordo com Paulo da Pieve, especialista em economia circular e sustentabilidade, o Brasil gera cerca de 80 milhões de toneladas de resíduos anuais e recicla apenas 3%. O que é baixo, levando em consideração que 30% dos resíduos do país possuem potencial para serem reciclados (Revista “O Tempo²⁵”, 2017). Para transformar os resíduos recicláveis em um novo objeto existem diversas etapas: triagem, prensagem, enfardamento, comercialização e reciclagem. Envolve o trabalho de inúmeros trabalhadores, passando pelos catadores, os atravessadores e os funcionários das indústrias recicladoras. Porém, os investimentos nessa área são muito baixos e as empresas que trabalham nessa perspectiva ambiental não recebem incentivos, muito pelo contrário, existe uma tributação em cima da matéria prima reciclada, encarecendo a produção e os objetos que vão para o mercado.

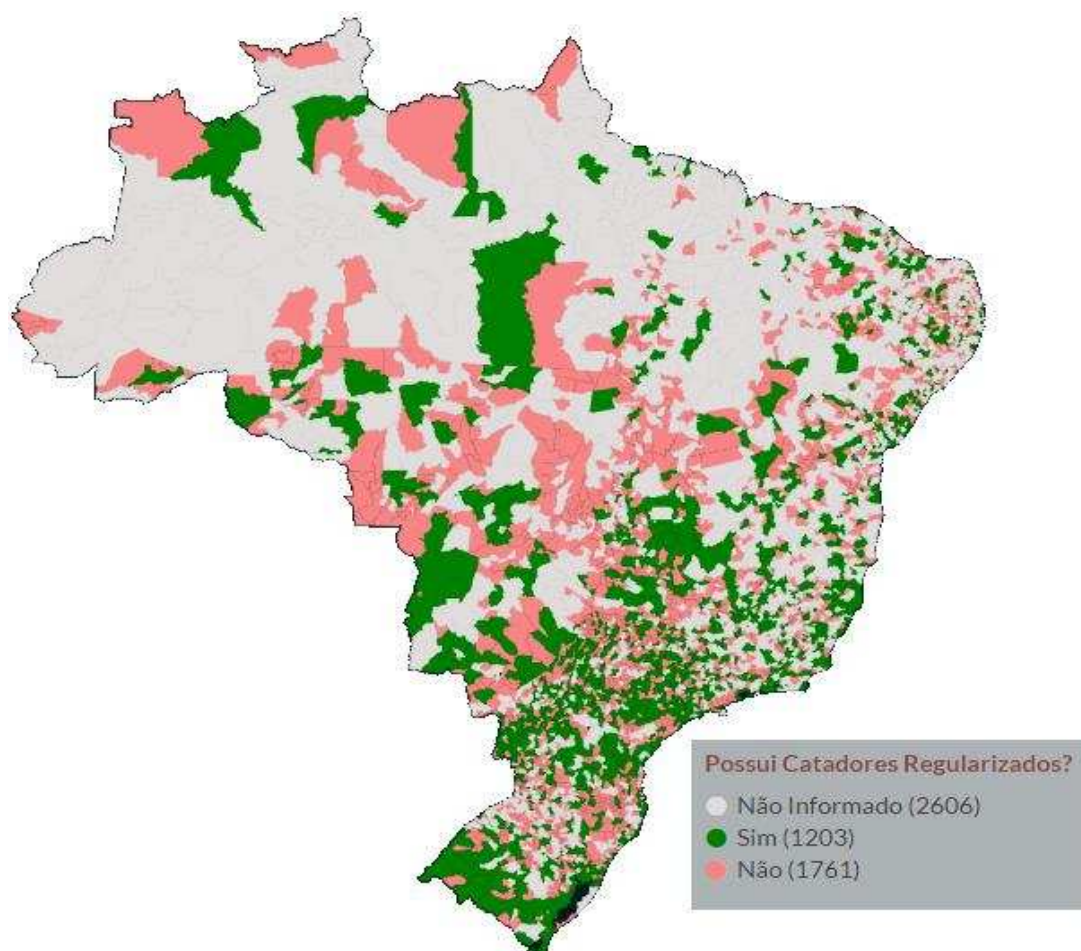
Os sistemas públicos municipais também aplicam pouco recurso para execução do serviço de limpeza urbana, cerca de R\$ 9,92 por pessoa por mês (ABRELPE, 2016). Se os representantes públicos trabalhassem com responsabilidade social e ambiental, poderiam repensar os gastos com o processamento dos resíduos, assim como poderiam gerar trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis.

²⁵ Site da revista “O Tempo”: <http://www.otempo.com.br/capa/economia/brasil-perde-r-120-bilh/C3/B5es-por-ano-ao-n/C3/A3o-reciclar-lixo-1.1423628>.

A PNRS aponta a inclusão dos catadores no gerenciamento dos resíduos sólidos como sua parte mais importante. Esse trabalhador é citado doze vezes no texto da Lei, estando presente nos objetivos, instrumentos, princípios e obrigações de todas as esferas: União, estados, e municípios (IPEA, 2016).

Diferente da Lei de Saneamento Básico (n° 11.445/07), que coloca a participação dos catadores na coleta seletiva como possibilidade, a Lei nacional de resíduos destaca que a contratação desses indivíduos deve ser priorizada. Existe um capítulo da Lei específico para tratar da inclusão dessa classe trabalhadora no gerenciamento de recicláveis, já que os catadores precisam estar organizados em cooperativas ou associações para serem parte do serviço de limpeza urbana, realidade ainda distante no Brasil.

Figura 9: Mapa da quantidade de catadores inseridos em associações ou cooperativas, 2017.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

De acordo com livro “Catadores de Materiais Recicláveis: Um Encontro Nacional” (IPEA, 2016), a ação mais eficaz da PNRS tem sido a contratação formal das organizações de catadores para a realização da coleta seletiva. A parceria das cooperativas com o Poder Público contribui com o aumento da renda e visibilidades desses trabalhadores. Além do mais, minimiza os gastos com o tratamento dos resíduos, contribui com ações de educação ambiental e por fim promove o desenvolvimento local.

A inclusão dos catadores promove grandes avanços para o município: econômicos, sociais e ambientais. Os valores dos contratos com as organizações geralmente são baixos em relação ao orçamento das prefeituras, ou seja, são contratos pequenos que geram um alto impacto social. Mesmo evidenciando esses pontos positivos, grande parte dos serviços de limpeza urbana é realizada por empresas privadas e em seguida pelas próprias prefeituras. Sendo assim, os catadores em sua maioria, continuam realizando a destinação dos resíduos sólidos recicláveis gratuitamente ao Poder Público e à sociedade e sendo marginalizados por ambos (BAPTISTA, 2013).

Outra ação prevista na PNRS e detalhada no Decreto 7.404/2010 é a criação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR). Os dados, coletados desde 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), referem-se à gestão de resíduos de órgãos públicos e privados e são disponibilizados via internet (WAGNER, 2015). Porém, essa ferramenta ainda precisa ser aperfeiçoada, principalmente em relação à fiscalização dos dados fornecidos pelas prefeituras. De acordo com a diretora de Ambiente Urbano do MMA, Zilda Maria Faria Veloso, que atuava no ano de 2014 a plataforma funciona precariamente. Todos os municípios devem alimentar o site com informações sobre a gestão de resíduos, mas nem todos cumprem com essa obrigação. (ARAÚJO et al.,2014).

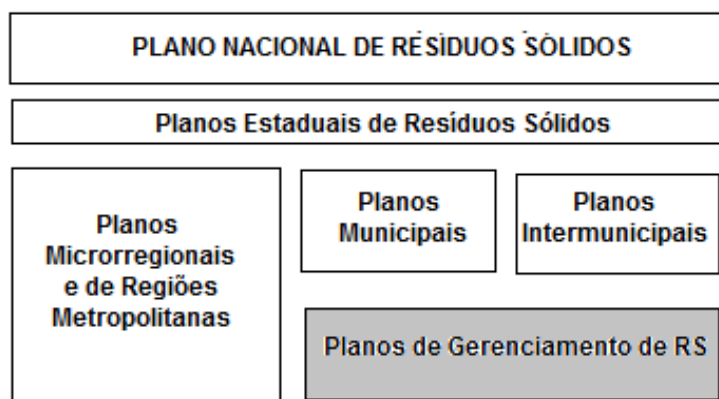
Para apoiar a estruturação e a execução da legislação nacional juntamente com os aparelhos e entidades governamentais foi instituído o Comitê Interministerial-CI. Este é composto por 12 ministérios e sua coordenação é do Ministério do Meio Ambiente. Sua primeira reunião foi realizada em 17 de março de 2011, a partir desta foram criados 5 grupos técnicos de estudo e implantação da política. As atividades

dos grupos já se encerraram, exceto a do GT-01 que foi reativado em função da revisão da Lei nacional de resíduos (Lei 12.305/10). O grupo em questão (GT- 01) é coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU; e cabe a ele a implementação e o acompanhamento dos Planos de Resíduos e o desenvolvimento do SINIR (MMA).

As ações previstas na PNRS (Lei nº12.305/10) deveriam ser projetadas sem tempo determinado, mas dimensionando um período de 20 anos. A cada 4 anos o documento deve ser revisto e atualizado se necessário. Esse instrumento é de extrema relevância para o alcance das metas nacionais. Além de constituir uma base para a elaboração e desenvolvimento dos outros planos exigidos no art. 14 da Lei (PINTO, et al.,2011).

Os planos exigidos para a efetivação da PNRS devem estabelecer metas e prazos para suas ações, podendo ser elaborado em âmbito nacional, estadual, microrregional, metropolitano, intermunicipal e municipal. Além disso também devem elaborá-los as empresas que: tenham resíduos em grande volume, gerem resíduos perigosos; que prestem atividades de construção civil; de transporte e agrossilvopastoris. Seu planejamento deve incorporar variados tipos de resíduos, não só domiciliares e de limpeza urbana (MMA). Esses planos constituem um progresso na reforma sanitária brasileira e objetivam direcionar as ações dos gestores públicos no gerenciamento dos resíduos, como também auxiliar os cidadãos sobre o descarte correto dos mesmos. Pretendem também reduzir os impactos socioambientais e na área da saúde pública (WAGNER, 2015).

Figura 10: Planejamento dos Planos de Resíduos Sólidos.



Fonte: Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos (MMA, 2011).

Em relação ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), a gestão correta dos resíduos é seu principal objetivo, correlacionando com atividades de educação ambiental, coleta seletiva, inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, compostagem, incentivo ao comércio de recicláveis e a destinação adequada dos rejeitos (MMA). O art.17 da PNRS delibera um conteúdo mínimo para esse Plano, substanciado por: um panorama geral dos resíduos sólidos do Estado e seus possíveis impactos socioambientais; futuras projeções em relação à geração de resíduos; metas de gerenciamento envolvendo minimização da produção de resíduos, reutilização e transformação; disposição final, entre outros. Além disso, o Plano Estadual deve estar conexo a outras legislações, como: Planos Plurianuais (Decreto nº 2.829/98), Planos de Saneamento Básico (Lei n.º 11.445/2007), Lei de educação ambiental (Lei nº 9,795/99), Lei de saúde pública (Lei nº8.080/90), dentre outras (MMA).

De acordo com PNRS a elaboração dos Planos pelos estados deveria ser feita até dois anos após a data de publicação da PNRS, ou seja, até agosto de 2012. Essa era a condição necessária para a obtenção de recursos financeiros da União ou por ela controlados relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos. Se os estados elaborassem seus planos dividindo-os em microrregiões teriam prioridade em receber os recursos supracitados. Dessa forma, os municípios que pertencem a uma determinada microrregião, agrupamento urbano ou região metropolitana deveriam ter

sua participação em todo o processo do Plano assegurado pelo Estado, conforme o art. 49 do Decreto 7.404/2010 (COSTA, [s.d]).

Em 2013, um levantamento do Ministério do Meio Ambiente foi feito e constatou que naquele ano apenas três estados tinham concluído seu Plano Estadual de Resíduos Sólidos - PERS: Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro (ARAÚJO et al.,2014). Já em 2015, o Diagnóstico Estadual de Resíduos Sólidos revelou que a conclusão de Planos estaduais evoluiu pouco, apenas seis estados apresentaram seus respectivos Planos. A maior parte dos estados (17), informou que o PERS estava em fase de construção e três confirmaram que não tinham dado início a este processo.

O estudo realizado para a elaboração dos planos estaduais é de extrema relevância, pois serve de referência para os planos municipais, ou seja, o conteúdo dos planos (nacional, estadual e municipal) deve estar interligado, dando suporte um ao outro.

Como evidenciado anteriormente, as administrações municipais têm boa parte das responsabilidades na PNRS, sendo a principal delas a elaboração de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS. Assim como os Planos Estaduais, o prazo para que os municípios tivessem acesso aos recursos da União seria até 2012. O objetivo do Plano integrado é direcionar o planejamento de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos dos municípios (PINTO, et al.,2011). De acordo com o site do “Observatório dos Lixões²⁶”, até 2012 nenhum município teve acesso a recursos do Governo Federal com a finalidade de elaboração desse Plano local.

Os Planos municipais de resíduos têm particularidades de acordo com suas características locais. Os municípios que possuem população abaixo de 20 mil habitantes podem elaborar planos com teor simplificado, ajustado ao conteúdo mínimo estabelecido na Lei²⁷. O Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Departamento

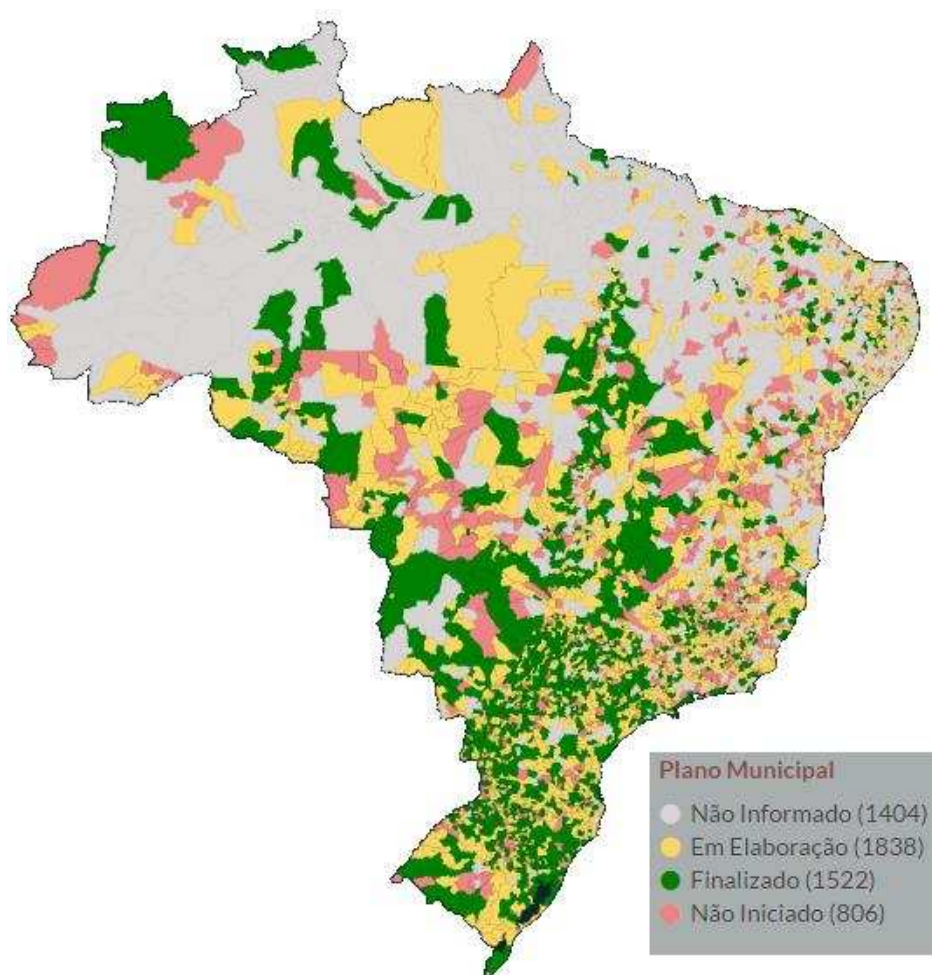
²⁶ O site “Observatório dos Lixões” é uma iniciativa da Confederação Nacional de Municípios (CNM), objetivando disponibilizar informações sobre a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

²⁷ Sobre o art. 51 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>.

de Ambiente Urbano da Secretária de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, vêm oferecendo um curso de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para esses pequenos municípios, entendendo que estes são carentes de equipe técnica capacitada e de recursos financeiros. O curso tem por objetivo oferecer técnicas aos gestores ou técnicos municipais para elaboração de seus Planos (MMA, [s.d]) e é ministrado gratuitamente à distância.

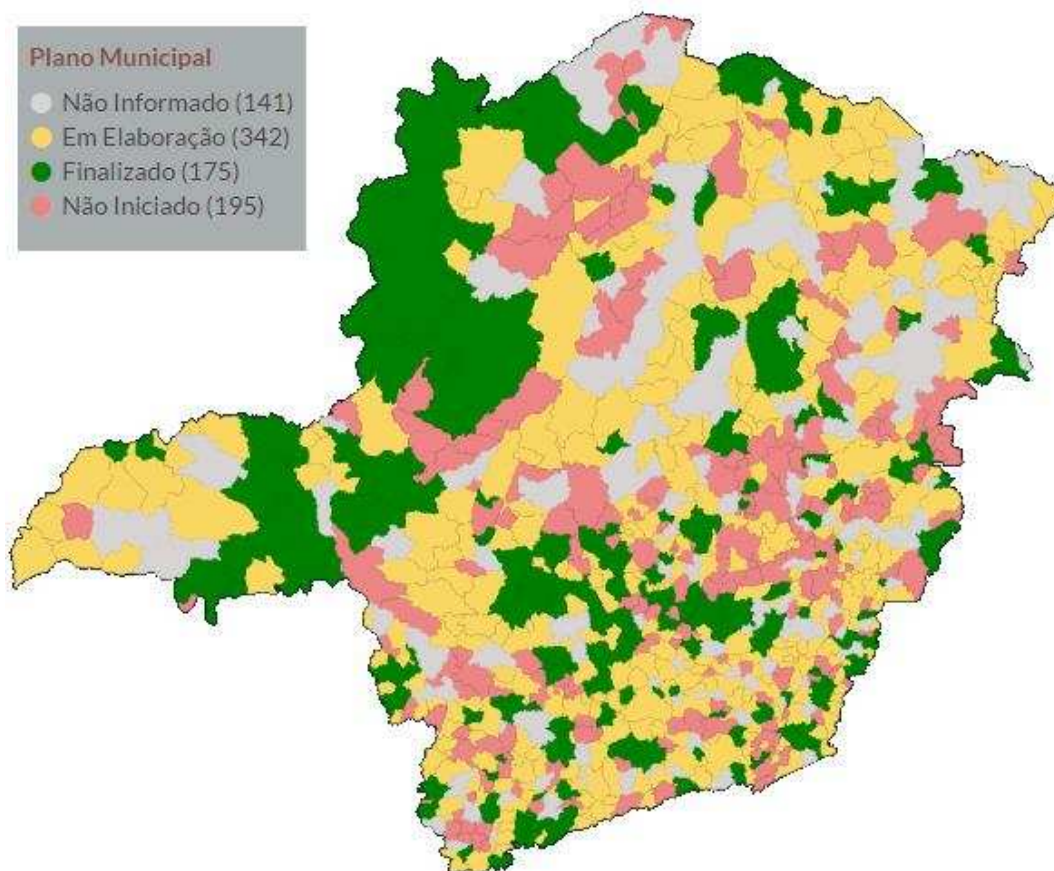
De acordo com os dados da pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e disponibilizados no site do “Observatório dos Lixões”, somente cerca de um quarto dos municípios brasileiros declararam ter finalizado o Plano Municipal de Resíduos, correspondendo a 1.522 (27%).

Figura 11: Mapa de distribuição da quantidade de municípios, segundo a existência de PGIRS.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017

Figura 12: Mapa de Minas Gerais, municípios segundo a existência de PGIRS.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

Existe também a possibilidade da realização de um Plano Intermunicipal para a gestão integrada de resíduos, desde que seja realizado um consórcio entre municípios de uma mesma região. A PNRS incentiva o compartilhamento de funções, pois contribui para a economia no tratamento dos resíduos e possibilita a resolução das dificuldades comuns, devido à maximização de recursos humanos e físicos (PINTO, et al.,2011).

É muito claro, não só na Política Nacional, mas no conjunto de leis que configuram o arcabouço legal atual para a gestão dos resíduos, este incentivo à agregação de municípios. Esta agregação é condição essencial para que aconteça o necessário salto na gestão dos resíduos e sejam viabilizados os avanços necessários a todas as regiões brasileiras (PINTO, et al.,2011,p.35).

Os municípios podem até mesmo incluir o PMGIRS no Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei nº 11. 445/07), que aborda diversos temas, como: água, drenagem, esgoto e resíduos sólidos. (PINTO, et al.,2011).

Diante do quadro de descumprimento da PNRS é visível que a atuação individual, modelo adotado por grande parte dos municípios, não consegue alcançar os objetivos previstos na Lei nacional. Mesmo que existam alguns caminhos para sua aplicação, ainda há muitos entraves que dificultam sua aplicabilidade. Para que os municípios tenham acesso aos recursos federais é preciso estar em dia com o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, Cadastro Único de Convênios (CAUC) e com a Lei de Responsabilidade Fiscal²⁸. Porém, essa não é a realidade brasileira, já que somente neste último quesito existem 3 mil municípios inadimplentes (ARAÚJO et al.,2014). O coordenador de Estudos Técnicos da Confederação Nacional dos Municípios - CNM, Eduardo Stranz, falou sobre as limitações fiscais dos municípios:

"Os consórcios não conseguem ser efetivados, apesar de haver várias propostas, porque sempre um dos municípios do consórcio, no mínimo um, está negativado no CAUAC, e isso impede a assinatura do contrato" (Entrevista realizada pela revista "Em Discussão", 2014).

O alcance das metas propostas pela PNRS varia de acordo a região do país. Os Estados que se mostraram mais avançados diante da Lei nacional foram os do Sul e Sudeste do Brasil, ou seja, os estados que mais concentram riquezas no país. Eduardo Rocha (MMA) corrobora essa ideia acrescentando que os obstáculos em relação a profissionais despreparados inviabiliza o desenvolvimento administrativo, que envolve a elaboração de planos de gestão de resíduos, condução de convênios, contratos, entre outros.

Outra barreira de implantação da Lei é a descontinuidade observada nas gestões municipais. O abandono de políticas de tratamento de resíduos iniciadas em administrações de opositores políticos e/ou remanejamento de recursos dessa área com objetivos políticos faz com que não ocorram avanços duradouros na administração pública de resíduos.

²⁸ Lei Complementar nº 101/2000.

O descumprimento dessa Lei resultou numa proposição de extensão de seu prazo por mais cinco anos, totalizando nove, ao invés dos quatro anos propostos inicialmente. Tal debate ainda se prolonga no Congresso, quase quatro anos após o vencimento da data limite para adequação dos municípios. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2014), o governo federal não estenderá o prazo, pois esse adiamento envolve uma série de questões que perpassa particularidades regionais dos estados e municípios. Sendo assim, grande parte das cidades brasileiras está inadimplente com a Lei 12.305/10, sujeita a multas por danos ao meio ambiente e a saúde humana (ARAÚJO et al.,2014).

Quadro 6: Metas e prazos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

METAS	PRAZOS
Eliminação total dos lixões	2014
Instalação de aterros sanitários para os a destinação dos resíduos não recicláveis	2014
Redução de resíduos orgânicos nos aterros (compostagem)	2014
Implantação da coleta seletiva em todos os municípios brasileiros	2014
Logística reversa	2014
Inclusão e fortalecimentos das organizações de catadores de materiais recicláveis	2014
Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS)	2012
Elaboração dos Planos intermunicipais, microrregionais ou municipais.	2012

Fonte: dados da Lei 12.305/10. Elaboração própria, 2017.

É necessário repensar os prazos previstos na PNRS e as responsabilidades entre os entes federativos, assim como garantir as verbas para que sejam cumpridas as exigências da Lei. A continuidade desse cenário de inadequações da gestão dos

resíduos sólidos representa um anacronismo na administração pública brasileira. Além de gerar consequências negativas para grande parte da sociedade, relacionadas ao aumento da poluição e ao comprometimento da saúde, perpetua a desvalorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis e dificulta o estabelecimento de um sistema de recuperação dos resíduos passíveis de transformação.

3. CAPÍTULO: A ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA POR MUNICÍPIO

Para que o estudo demonstre claramente ao leitor as situações vividas durante a coleta de informações que dá base a essa dissertação, na próxima seção será descrito todo o trabalho desenvolvido em campo, revelando a dinâmica de tratamento de resíduos sólidos urbanos dos 5 municípios pesquisados (Manhumirim, Urucânia, Viçosa, Muriaé e Juiz de Fora) e sua situação frente à legislação nacional, a PNRS. Será explorada também a criação/formalização dessas organizações de catadores, o trabalho desenvolvido por esses empreendimentos solidários e a participação ou não dos mesmos no gerenciamento dos resíduos recicláveis em suas cidades.

Posteriormente será realizada uma nova seção de discussão e análise das entrevistas, visto que o foco principal da pesquisa é entender a influência da ação coletiva das associações e cooperativas de catadores no atendimento municipal à lei de resíduos. Uma etapa fundamental para analisar a relação laboral entre catadores e o poder público municipal foi a definição do que deveria ser explorado nas entrevistas, no intuito de realizar um levantamento de dados e informações cruciais para atender aos objetivos da pesquisa. As perguntas foram elaboradas em função dos dois grupos que compõem o estudo, agregando questões de dimensões: política, ambiental, mobilização social, econômica, infraestrutural e educacional.

Outra fase não menos importante foram os registros realizados nas visitas a coleta seletiva. As percepções descritas no diário de campo superaram as expectativas, contribuindo além do que se previa. Cada grupo de catadores e gestão municipal tem suas particularidades, por isso foi necessário fazer observações com bastante cautela. Percebe-se que as atuações dos colaboradores desta pesquisa e suas decisões frente às políticas públicas de resíduos intervêm na qualidade da gestão e no planejamento para solucionar os problemas urbanos (DYE, 1984).

3.1.1 Juiz de Fora

O município de Juiz de Fora possui uma população de 516.247 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010). Sendo considerado o 4º mais populoso do estado de Minas Gerais. Esses números não incluem a população flutuante que circula diariamente nos espaços públicos do município, que é formada por cerca de 55 mil pessoas²⁹ (Tribuna de Minas, 2011). De acordo com o Departamento Municipal de limpeza Urbana de Juiz de Fora - DEMLURB, a população produz em torno de 17.735,28 toneladas de resíduos por mês (DEMLURB, 2017). Esse resultado é uma estimativa do departamento a partir do estudo da caracterização gravimétrica dos resíduos do município realizada em 2015.

Até o ano de 2005, Juiz de Fora disponibilizava seus resíduos em um “lixão” a céu aberto. Mas diante de regulamentações ambientais foi necessário fechar este depósito, dando lugar ao aterro sanitário. O aterro funcionou por 5 anos, a produção significativa de resíduos na cidade, principalmente nos anos de 2008 e 2009, contribuiu significativamente com o curto período de seu funcionamento. Foi necessário instalar um novo aterro, mais moderno, inaugurado em 12 de abril de 2010. A atual área de disposição final de resíduos pertence à prefeitura de Juiz de Fora e é administrada pelo departamento municipal de limpeza urbana, o DEMLURB³⁰.

Com o aumento da produção de “lixo” do município, passou a ser mais frequente a presença de catadores de materiais recicláveis em Juiz de Fora. Muitos indivíduos em situação de rua e desemprego afetados ainda pela crise econômica de 1990 se valeram da atividade de catação para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Realizavam a cata de papéis e papelões da cidade, principalmente nas áreas comerciais e no lixão após a disposição dos resíduos. Na tentativa de aumentar o volume de material coletado e a renda conseguida, parte desses catadores começou a trabalhar coletivamente, através de associações ou cooperativas. A Associação

²⁹ O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora (2000), estimou uma população flutuante de 31 mil pessoas/dia. Em 2011, foi estimado um valor de 10% a 12% além dos 517 mil habitantes apurados pelo censo do IBGE em 2010 (Tribuna de Minas, 2011).

³⁰ Site da autarquia DEMLURB: <http://www.demlurb.pjf.mg.gov.br/>

Municipal dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Juiz de Fora (ASCAJUF), é um bom exemplo de criação de empreendimento econômico coletivo. Sua formalização aconteceu em 2008, juntamente com o início da coleta seletiva de Juiz de Fora³¹, através de uma parceria com o Poder Público municipal.

“A ASCAJUF existe desde 2008. Não era ASCAJUF, era Mão Verde, hoje que transformou em ASCAJUF, passou a ter esse nome em 2008. A Mão Verde existe há mais de 20 anos atrás, trabalhava catando na rua. Na época da Mão Verde não recebia apoio da prefeitura. Depois que formou a ASCAJUF, a prefeitura buscou as pessoas que trabalhava no lixão e formou essa associação, começou a implantar a coleta seletiva, aí o poder público começou a apoiar. Hoje que o poder público apoia, antigamente a prefeitura não apoiava nada. E mesmo assim a prefeitura apoia desapoando, eles dão com uma mão e tiram com a outra”. (Entrevista ASCAJUF, 2017).

Foi estabelecido em um contrato que o DEMLURB seria responsável pela coleta seletiva, conta de água e energia do espaço onde os catadores iriam trabalhar. Além de manter em funcionamento os equipamentos (prensa e balança) durante 180 dias, para que o grupo pudesse se estabilizar. Em contrapartida os associados ofereceriam sua força de trabalho, organizados sob a forma de associação. Em entrevista, o responsável pelo departamento de resíduos do DEMLURB, ressaltou:

“A responsabilidade hoje é deles, os equipamentos eles têm que manter e têm que comprar. Mas como eles estão dentro do espaço do Demlurb, a gente é muito cobrado por isso. Aí todo mundo que chega lá fala: eles não têm luva, não tem máscara, uniforme. O Demlurb já chegou a doar uniforme para eles, mas não consegue manter isso” (Entrevista DEMLURB, 2017).

O gerenciamento de resíduos sólidos de Juiz de Fora é guiado por um documento de regimento interno do DEMLURB que abarca a coleta domiciliar, coleta seletiva e educação ambiental. É regido também pelo Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB. O município não possui um plano específico para resíduos, mas a representante do DEMLURB ressaltou que a verba para a realização do mesmo já foi solicitada.

Todos os materiais recicláveis, de 51%³² dos bairros do município são coletados pelo DEMLURB e encaminhados para os dois núcleos dos catadores

³¹ De acordo com o *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento* - SNIS, Juiz de Fora atende por volta de 260.030 habitantes (SNIS, 2015).

³² Em entrevista com o representante do DEMLURB, foi declarado que apenas 3% da população de Juiz de Fora é atendida pela coleta seletiva.

das ASCAJUF, que atualmente conta com um quadro de 28 associados. Um grupo realiza o beneficiamento dos recicláveis na usina de triagem³³ no bairro Benfica num espaço cedido pela prefeitura e o outro grupo realiza suas atividades no galpão localizado no bairro Santa Tereza, inaugurado recentemente, 23 de setembro de 2016, com o financiamento do programa “Geração Trabalho e Renda”, do Banco do Brasil.

“A coleta seletiva é realizada de porta em porta, tem o caminhão apropriado, ele é gradeado atrás e como falei atinge 51% dos bairros. No caminhão, é um motorista e dois coletores. É manual. Toda vez que vai implantar a coleta seletiva em algum lugar a gente faz todo o trabalho de panfletagem de porta em porta, sempre avisando o dia que vai ser, a partir de que dia e o horário. Ela funciona uma vez por semana em cada bairro. O material coletado é levado para a Usina, para a associação que trabalha lá, eles fazem a separação manual. Os equipamentos que tem lá são emprestados para eles ficarem trabalhando. O custo da coleta seletiva é muito alto, 5 vezes maior que o comum, mas esse não é o maior problema para expandir a coleta, a ASCAJUF não tem pessoal para triar” (Entrevista DEMLURB, 2017).

Figura 13: Usina de Triagem e Reciclagem de Juiz de Fora, local de trabalho da ASCAJUF.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

O DEMLURB possui 3 rotas de coleta seletiva. Diariamente são coletadas cerca de 3 toneladas, sendo que 2 delas vão para Usina e 1 para o Galpão. Este último recebe uma menor quantidade de materiais recicláveis porque a equipe é reduzida,

³³ Desde 05 de outubro de 2008, a ASCAJUF passou a utilizar o espaço e os equipamentos instalados na Usina de Triagem, através do Decreto nº 9.598/08).

além de coletarem na rua com seus carrinhos para aumentarem a renda. A coleta realizada na rua é feita separadamente, cada catador ganha a partir da sua produção. Grande parte dos associados trabalha na Usina, que existe há 9 anos. Os catadores da Usina se dividem em 2 equipes e cada indivíduo possui uma atividade de acordo com as funções: triagem, prensagem e limpeza. O caminhão do DEMLURB descarrega os materiais recicláveis duas vezes ao dia no local em razão das rotas estabelecidas pela autarquia.

“Uma equipe trabalha com material de um caminhão e a outra equipe com o outro. Em um mês aqui nós vendemos 170 fardos. O que vender é dividido em partes iguais. Desde quando fundou a Ascajuf aqui é dividido em partes iguais. A única pessoa aqui que ganha mais é o prensista, porque é um serviço mais pesado. A gente tira em torno de R\$1.000 reais e o prensista tira 1.500 reais por mês” (Entrevista ASCAJUF, 2017).

Na opinião da representante do DEMLURB essa divisão de equipes é problemática, porque não se encaixa nos padrões de trabalho coletivo. Além do mais, a qualidade da coleta seletiva se diferencia entre os bairros, conseqüentemente uma turma recebe uma quantidade melhor de recicláveis e melhor separada. “Então na verdade a ASCAJUF hoje se dividiu em três; pela notinha dá para a gente ver que eles venderam os materiais separados. Eles que decidiram separar, então eles não querem vender em grupo” (Entrevista DEMLURB, 2017).

Ainda é coletado muito resíduo misturado no município, sendo necessário um coletor no Galpão e na Usina para a retirada dos resíduos não recicláveis. A representante do DEMLURB nos relatou que a educação ambiental não tem programação fixa e é realizada de acordo com a necessidade. Se a autarquia percebe o enfraquecimento da coleta seletiva em algum local, eles retornam e fazem um trabalho de reeducação.

“Os moradores estão deixando a desejar. Porque na coleta que eu acompanhei, às vezes você passava e coletava em uma casa, depois passava umas 10 e não tinha nada. Então a adesão da população ainda está muito pouca. Alguns que a gente chegou a perguntar, falava que separa para o catador, porque tem catador individual também. Às vezes eles preferem separar para eles do que deixar para o caminhão. Mas acaba que faz isso em bairro que já tem coleta seletiva, então nem o catador tem material suficiente e também atrapalha a coleta seletiva, porque desvia o material” (Entrevista DEMLURB, 2017).

Ao perguntar à representante da ASCAJUF sobre a qualidade dos resíduos que chegam à Usina e/ou Galpão, nos foi dito que esta é uma das queixas feitas ao DEMLURB. Mas, segundo a mesma, essa demanda está sendo sanada aos poucos. Em sua opinião, a mistura de materiais já foi pior, apesar da quantidade de recicláveis ainda ser baixa.

“Hoje ainda vem muito lixo, vem muita coisa ruim! Já veio cachorro morto, muita coisa inadequada. Seringa, sonda, etc. Já reclamamos várias vezes por DEMLURB, mas eles alegam que não tem como ficar vendo o que tem dentro do saco. Ainda falei, como que eles pegam um cachorro morto? Será que eles não têm faro para sentir o cheiro de um cachorro morto? E o peso do saco? Falta treinamento e também falta colocar os próprios catadores para fazer a coleta seletiva, é o sonho da gente de conseguir isso” (Entrevista ASCAJUF, 2017).

Além da ASCAJUF, Juiz de Fora possui mais duas organizações de catadores de materiais recicláveis, a Associação dos Catadores de Papéis e Resíduos Sólidos (APARES) e a Associação Lixo Certo (ALICER). A dinâmica de trabalho destas duas organizações é semelhante. Os catadores coletam nas ruas com os carrinhos que pertencem aos empreendimentos coletivos, definindo o local de cata de cada associado coletivamente. Essas organizações não possuem relação de trabalho com departamento de limpeza urbana do município, sendo apenas a ASCAJUF a recebedora da coleta seletiva.

A APARES é a associação mais antiga de Juiz de Fora e foi formalizada no ano 2000. Atualmente o grupo possui 16 associados e todos vivem exclusivamente da catação. Geralmente não conseguem arrecadar nem um salário mínimo por mês. A representante da associação nos disse que a renda caiu muito depois que eles pararam de receber a coleta seletiva. A instalação do galpão é precária, o que impossibilita de receber os recicláveis advindos da coleta municipal.

“A Apares tem 17 anos. O projeto da Apares era da prefeitura, então o que aconteceu, começou em 29 de julho de 2000. A prefeitura tomava conta de tudo no início, quando nós começamos a ficar por dentro do assunto, nós mesmos começamos a tomar conta do nosso próprio negócio, foi aí que a prefeitura foi se afastando. Porque eles queriam que a gente ficasse nas mãos deles. Como nós começamos a tomar conta do nosso próprio negócio, eles nos abandonou. Aí tirou nosso mantimento, que nós fazia pra comer. Tirou nosso gás, foi cortando nos gastos aqui, diminuiu a taxa de telefone. Tentou tirar nosso contador, tirou o prensista que tinha, tirou o faxineiro e os vigias. Então eles foram cortando tudo aos poucos. Com isso nós ficamos

abandonados. Para não perder a verba que eles ganham, com esse projeto eles criaram a ASCAJUF”. (Entrevista APARES, 2017).

Figura 14: Galpão da Associação APARES de Juiz de Fora- MG.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

Ao realizar a catação, os trabalhadores da APARES levam todo o material para o galpão no centro de Juiz de Fora, que se localiza num espaço cedido pela prefeitura. Após a cata individual, os materiais são pesados, prensados, enfardados e nomeados. Dessa forma, cada catador recebe de acordo com sua produção, ou seja, dias trabalhados e quantidade de resíduos recolhida.

“A gente não divide igual não, porque tem gente que não vem todo dia trabalhar. Eu cato meu material e vou pesar. O outro cata o dele. Então é de acordo com a produção. A prefeitura dá para gente uns lixos eletrônicos, uns papéis que costuma mandar para nós. Mas isso aí eles não fazem mais que obrigação, pelo trabalho que a gente faz pela cidade. É a única coisa! E mesmo assim, se a gente busca um carrinho desses de material reciclável, vem dois de lixo que a gente tem que tirar para eles ainda. A gente busca em todos os órgãos da prefeitura, nós recolhemos material no centro e em todos os lugares aqui” (Entrevista APARES, 2017).

A ALICER é associação mais nova do município e possui uma menor quantidade de pessoas associadas. Ela foi formalizada em 2011 com 11 catadores e hoje possui somente 6 associados. O grupo trabalha em dois espaços que ficam localizados no Jôquei Clube, bairro mais afastado da região central de Juiz de Fora. Sendo assim, a cata é realizada nas ruas e redes de ensino nas proximidades do bairro.

“Hoje nós estamos inovando. Nós estamos coletando no ensino estadual e municipal com a ajuda dos apoiadores. A gente faz gincana nas escolas. Inclusive semana passada fizemos uma e dia 13 tem outra. A gente faz a educação ambiental com os alunos e coleta os recicláveis. O apoiador é o IFET e o Colégio Clorindo Burnier. E também coletamos na rua, levamos para o galpão e fazemos a triagem. A nossa dificuldade é porque a gente tria num local e enfarda em outro, porque no lugar onde a gente tria não tem energia, nós estamos dependendo do papel que está lá nos patrimônio da prefeitura para liberar a sessão de uso lá do terreno. O lugar que a gente enfarda tem energia, lá é nosso. O espaço lá é de uma senhora, que entendeu nossa situação e falou que a gente podia ficar trabalhando, a única coisa que ela cobra da gente é pagar a energia e ficar com os impostos tudo em dia” (Entrevista ALICER, 2017).

Figura 15: Galpão 1 da Associação ALICER de Juiz de Fora- MG.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

Figura 16: Galpão 2 da Associação ALICER de Juiz de Fora- MG.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

A ALICER não trabalha por produção. Todo o material coletado pelos associados é dividido em partes iguais. A venda não é fixa, pode ser feita semanalmente ou mensalmente, depende da necessidade da associação. Muitas vezes os catadores fazem além do trabalho de triagem a venda de ferro velho ou consertam algum material para gerar uma renda maior. O representante da associação falou que eles não chegam a tirar nem um salário mínimo por mês. Mas, mesmo diante dessa situação é realizada uma retirada de 30% para a associação e a cada 3 meses é feita uma soma dessa arrecadação para um novo rateio entre os catadores.

“A gente soma, tira 30% e divide para os associados novamente. Quer dizer, a gente faz o rateio de 3 em 3 meses, durante 1 ano dá 4 rateios. Toda vez que vende o material a gente vai à diretoria, soma tudo e depois dividimos, dividimos em partes iguais. Vamos supor, cada associado arrumou 300 reais, deles a gente tira os 30% para associação. Depois, desses 30% durante três meses, a gente soma eles e o que deu a gente divide novamente para os associados” (Entrevista ALICER, 2017).

Ao questionar as organizações de catadores como foi a formação do grupo e porque os trabalhadores geralmente se inserem no trabalho da catação, recebemos respostas semelhantes. São pessoas que vivem em condições de vida precárias e não possuem escolaridade. Como não conseguiram se inserir no mercado formal, foram praticamente obrigados a se inserirem na catação, pois é uma ocupação que não exige qualificação. Os critérios para admitir um novo trabalhador são poucos, geralmente as organizações dão oportunidade para quem está passando necessidades financeiras. A ASCAJUF foi a única organização que relatou que deixa o trabalhador em 15 dias de experiência para avaliar a adaptação do mesmo no serviço.

“Quando a pessoa vem aqui pedir serviço, a gente deixa em experiência 15 dias para ver se vai adaptar ao serviço. Nessa adaptação a gente explica também como é o serviço, o modo de trabalho, as condições de trabalho, o que o serviço tem para dar e o que não tem para dar. E as pessoas acabam ficando, mas devido ao tempo não aguentam e vão embora. Aqui tem muita rotatividade, todo mês tem um diferente aqui, entra e sai. Tem pessoas que não aguentam trabalhar igual nós. Tem 10 anos que já estou na ASCAJUF, a mais velha hoje daqui sou eu (ASCAJUF, 2017).

Muitos catadores já trabalhavam de forma individual na catação, mas diante do fechamento do lixão e de alguns incentivos públicos esses catadores se

formalizaram com ajuda das prefeituras, instituições educadoras, religiosas e etc. A escolha da diretoria das organizações também é semelhante, sendo feita uma votação em assembleia. Foi exposto que geralmente ninguém quer se candidatar para os cargos, não havendo muita rotatividade. Geralmente o presidente é a pessoa com maior tempo de serviço na associação.

“A escolha dos membros é feita através de reuniões, tem votação nas reuniões. É a segunda vez que eu sou presidente. Meu relacionamento com o pessoal é tranquilo. E também porque não tem muita pessoa preparada para ser presidente, porque ninguém quer pegar responsabilidade. E ser presidente você não ganha nada, você não é remunerado. Pelo contrário, é muita dor de cabeça” (Entrevista APARES, 2017).

Sobre as reuniões internas, foi visto que as organizações têm certa frequência em realizá-las. Na APARES e na ALICER, foi falado que diariamente é debatido algum assunto. Eles contaram que passam por muitas dificuldades, então sempre há algum problema para ser resolvido de forma imediata.

“As coisas estão tão feias, que nós estamos reunindo é quase todos os dias. Todo dia surge uma novidade, então tem que ter reunião. Mas o certo é de quinzena e de 2 em 2 meses ter assembleia geral” (Entrevista ALICER, 2017).

“A gente sempre faz, quase todo dia a gente senta e conversa. Sempre a gente precisa estar conversando, discutindo o que está certo e o que está errado. Se eu tiver algum problema com uma pessoa, eu tenho que chegar e conversar com a pessoa. A gente faz quando precisa” (Entrevista APARES, 2017).

Já a ASCAJUF realiza as reuniões mensalmente, o grupo é maior e os núcleos de trabalho são distantes um do outro. As reuniões são utilizadas também para prestações de conta. É comum que os empreendimentos coletivos se reúnam para fazerem este tipo de serviço, esclarecer para todos os componentes do grupo sobre os gastos, sobras, melhorias e dificuldades da associação/cooperativa.

“A gente faz reunião lá no Galpão para demonstrar o que foi gasto. Aqui não tem desconfiança, porque tudo aqui na Usina é às claras. A gente pode chegar e fazer uma reunião e perguntar você tem dúvida disso? Do dinheiro? É tudo explicadinho, tudo transparente” (Entrevista ASCAJUF, 2017).

Por outro lado, as reuniões com o Poder Público municipal não são tão frequentes e normalmente só são realizadas quando solicitadas. Sendo mais comum entre o DEMLURB e a ASCAJUF, por trabalharem diretamente. Fica evidente na entrevista do DEMLURB que as respostas dadas são direcionadas a esta associação,

principalmente sobre a participação dos catadores no planejamento da coleta seletiva e a relação de trabalho entre o departamento e as organizações. Quando é dada alguma sugestão sobre o gerenciamento de resíduos, a mesma é feita pela ASCAJUF. Todo o trabalho realizado pelo departamento é direcionado à esta organização.

“O Galpão foi feito de acordo com o que eles queriam. A gente acha que lá têm que ter uma mesa separadora, eles não, eles são resistentes a isso. Todo nosso resíduo de coleta seletiva vai para eles. A nossa funcionária passou a ir no caminhão, porque chegou uma época que eles estavam muito desconfiados, estávamos tendo muito desvio de material. A gente teve que monitorar o motorista e a equipe até que conseguiu pegar eles em um galpão vendendo os materiais. Aí essa equipe foi trocada. Fomos acompanhando a nova equipe até amenizar essa reclamação deles. A gente entende, enquanto segmento da área, que devemos passar essa coleta para eles, ir no caminhão, fazer a coleta, mas a gente não conseguiu. E eles querem fazer isso, mas isso exige um arcabouço jurídico complicado (Entrevista DEMLURB, 2017).

Na APARES nos foi dito que quando a associação necessita de algo recorrem ao departamento de limpeza urbana, que os atende desde que seja solicitado de forma prévia. Durante a entrevista na associação ALICER, surgiu uma reflexão acerca da gestão municipal de resíduos. Os catadores percebem a existência dos problemas, mas acreditam que as responsabilidades devem ser compartilhadas e que ambas as partes devem dialogar para melhorar a qualidade do serviço. O trabalho em conjunto pode abrir grandes possibilidades, como por exemplo, a conquista por direitos trabalhistas através da contribuição do INSS. Realidade distante das organizações de catadores. Todas relataram sobre a importância em ter esse benefício e da dificuldade em retirar o valor necessário para pagá-lo, já que eles recebem baixos salários.

“A prefeitura apoia os catadores de Juiz de Fora só 30%. Nossa associação reivindicou a coleta seletiva, mas o que está no papel lá é que só pode levar para o núcleo da ASCAJUF. Então para nós, não está sendo atendido 60%. Tem a questão do documento, esse documento está sendo arrastado desde 2009, documento de permissão de uso do terreno do galpão que a gente trabalha. Eles ficaram de regularizar até janeiro. O poder público devia ter mais consciência do problema. A gente escuta muita reclamação da comunidade de separar e eles não coletarem. O certo é aumentar mais a seletiva, que tem três associações, então tem que aumentar a seletiva e distribuir para todos. A prefeitura poderia fazer mais, mas nós temos que fazer muito mais ainda também. Nós temos que organizar mais, fazer mais parceria, para cobrar mais direito. O principal é as associações se juntarem, se fortalecerem” (Entrevista ALICER, 2017).

Notou-se durante as entrevistas que as organizações se confundem sobre os papéis do Poder Público municipal e os catadores separam as funções da prefeitura e do DEMLURB. Esse fato fica evidente quando é questionado sobre as reuniões e se as organizações recebem algum apoio da gestão pública.

“Os carrinhos todos foram a Demlurb que doaram para nós, a prensa foi o Demlurb, a balança foi o Demlurb. Então quer dizer, o projeto era da prefeitura, mas quem mais deu apoio para nós aqui foi o Demlurb. A prefeitura e o Demlurb não são as mesmas coisas, são dois órgãos diferentes, eu não sei te explicar muito bem. O Demlurb está com a gente desde 2000, desde a fundação. O Demlurb continua com a mesma ajuda, se eu preciso de óleo para prensa e eu vou lá no Demlurb, aí eles vêm. Se eu tiver que buscar um material em algum lugar, assim é meio difícil porque eles têm com problema de caminhão, mas se eu pedir com antecedência, eu preciso do caminhão, de pegar um material em grande quantidade, tem como vocês buscarem? Marca o dia e busca. A Demlurb continua com o mesmo apoio aqui, mas a prefeitura deixou nós de lado aqui” (Entrevista Apares, 2017).

Outra questão problemática é o entendimento superficial por parte dos catadores acerca das responsabilidades do Poder Público diante da PNRS, comprometendo a participação das organizações no planejamento municipal de resíduos recicláveis. Além de dificultar a conquista da contratação para realizarem o serviço de coleta de materiais reutilizáveis.

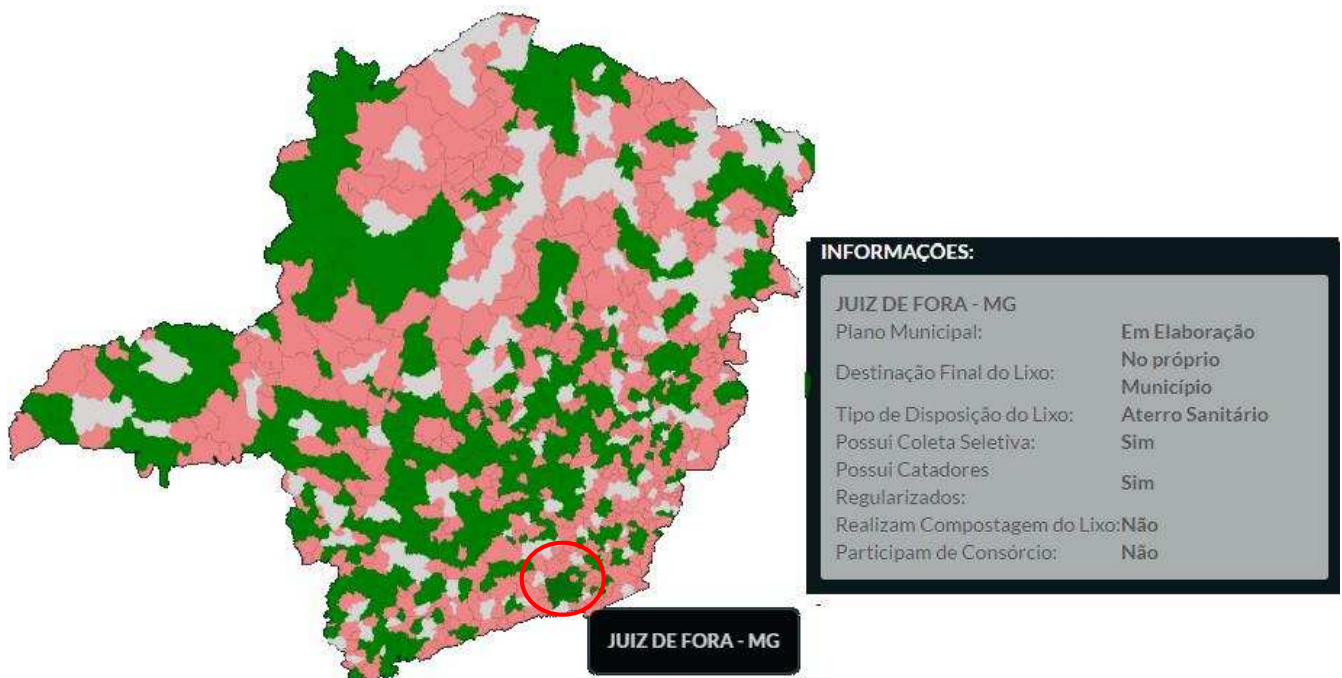
Na maioria dos casos o acesso aos benefícios públicos é burocrático, e como muito catadores necessitam de apoio técnico, os recursos não chegam até eles. Das 3 organizações, apenas a APARES recebe a bolsa reciclagem, benefício alcançado através do suporte do MNCR. Grande parte dos catadores percebe a importância do MNCR para o fortalecimento da classe trabalhadora, porém muitos ainda não estão inseridos no movimento, até mesmo pela ausência de informações e entraves diários que os impedem de realizar melhores planejamentos para as organizações. A única organização de Juiz de Fora associada ao movimento social é a ASCAJUF, mas todos declararam conhecer o movimento e de já terem participado de reuniões e eventos promovidos por eles. Durante a entrevista com a associação ALICER foi relatado que já estão providenciando os documentos para se inserirem no MNCR.

A situação de vulnerabilidade social em que os catadores se encontram muitas vezes inviabiliza o acesso à formação ou à assistência técnica necessária

para o gerenciamento de uma cooperativa/associação, necessitando sempre de algum tipo de apoio externo. Todas as organizações falaram que já receberam ou recebem algum tipo de apoio/capacitação, principalmente de instituições educacionais e do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA). A APARES já participou de cursos oferecidos pelo DEMLURB, treinamentos do corpo de bombeiro e do departamento de trânsito. Porém, não está satisfeita com o suporte dado pelo Poder Público municipal, assim como as demais organizações. “Era para ter mais apoio dos órgãos públicos, eles tinham que enxergar mais o nosso serviço. Porque se não fosse nós catadores, como estaria Juiz de Fora hoje? Eles poderiam ajudar mais, ter mais conscientização” (Entrevista ASCAJUF, 2017).

O apoio do Poder Público é fundamental para o funcionamento das organizações de catadores, da mesma forma para o funcionamento do sistema de coleta seletiva. Para tanto, o governo municipal não deve encarar essa parceria como uma medida assistencialista, e sim tratá-la como uma responsabilidade pública que gera benefícios sociais e ambientais.

Figura 17: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Juiz de Fora.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

3.1.2 Viçosa

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Viçosa possui uma população de 72.220 habitantes (IBGE, 2010). Em uma publicação realizada pelo Instituto no Diário Oficial da União, em 29 de agosto de 2013, a população flutuante do município foi estimada em aproximadamente 15 mil pessoas, composta em sua maioria por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

A autarquia responsável pela gestão dos resíduos sólidos de Viçosa, o Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) ³⁴, estima que a população viçosense produz em média 55 toneladas por dia, que são direcionadas ao aterro sanitário da cidade, existente desde 2014. Até 2002 o município disponibilizava seus resíduos no “lixão” a céu aberto, sendo fechado para dar lugar ao aterro controlado. Já os materiais recicláveis coletados das localidades atendidas pela coleta seletiva são direcionados à Usina de Triagem e Reciclagem e são estimados em 1000 quilos por dia (Entrevista SAAE, 2017).

A coleta seletiva iniciou-se em 2008, a partir de um convênio (nº015/2008) da prefeitura de Viçosa com o programa de extensão da UFV, o Projeto InterAção³⁵. A concepção do trabalho da coleta dos recicláveis se deu em 6 localidades: complexo Acamari, condomínios Burle Marx, Amorelo e Alameda Fábio Ribeiro Gomes. E os edifícios Ana Catarina e João XXIII. Porém, mesmo com a existência da coleta seletiva os catadores que trabalhavam na Usina separavam os recicláveis dos rejeitos. Somente em 2011, o SAAE passou a levar somente os resíduos da coleta seletiva para o local, que atualmente ocorre 45 localidades, entre elas 4 bairros (Fátima, Santo Antônio, São José do Triunfo e Cachoeirinha). A coleta é feita porta a porta em dias e horários estabelecidos pelo SAAE. A autarquia possui um caminhão, 3 agentes de limpeza e 1 motorista para a

³⁴ Em 2010, a prefeitura de Viçosa transferiu ao SAAE a responsabilidade pela limpeza pública municipal, através da Lei Nº 2.002/2009 aprovada na Câmara Municipal.

³⁵ O projeto trabalha com intervenções de educação ambiental junto à comunidade. Além de promover ações com os catadores da ACAMARE, visando o fortalecimento dos mesmos.

realização deste serviço, o que é insuficiente para atender todo o município. O representante do SAAE declarou que esses trabalhadores não recebem capacitação sobre a importância dos recicláveis e esse pode ser um dos motivos de desvio dos materiais, problema que vem sendo manifestado pelos catadores que trabalham na Usina.

De acordo com os dados disponibilizados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 26.964 viçosenses são atendidos pela coleta seletiva (SNIS, 2014). Divergindo desse dado, na entrevista realizada com o SAAE foi estimado o total de 3% da população beneficiada. Sobre os instrumentos de planejamento relacionados aos resíduos sólidos, o município possui: Plano Participativo de Gerenciamento de Resíduos Sólidos³⁶ e o Plano Municipal de Saneamento Básico. Foram eleitos delegados para a comissão desses instrumentos, entre eles os catadores de Viçosa. Mas observando as diretrizes desses documentos, poucas foram efetivadas, principalmente no que se refere à coleta seletiva. Já o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com conteúdo mínimo previsto na PNRS, foi iniciado em 2015. Houve algumas reuniões na câmara municipal, porém estas não foram adiante, não concluindo o documento.

Atualmente, em 2017, está ocorrendo o “Fórum Municipal de Lixo e Cidadania de Viçosa”, que conta com a participação dos gestores municipais, catadores, projetos de extensão da UFV (Projeto InterAção e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP) e a população viçosense. Este Fórum vem sendo realizado no intuito de pensar coletivamente os problemas relacionados aos resíduos sólidos do município. Como também objetiva dialogar sobre as ações de melhorias que o Poder Público deve realizar em detrimento do protagonismo dos catadores no processo da reciclagem.

Existem duas associações de catadores de materiais recicláveis em Viçosa, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAMARE) e a

³⁶ Esse documento não foi votado pela Câmara Municipal de Viçosa, conseqüentemente não foi transformado em Lei.

Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAT). A primeira trabalha na Usina, espaço cedido sem nenhum custo ao município pela UFV, através do contrato de nº 092/01³⁷. Essa associação recebe os materiais recicláveis coletados pelo SAAE e faz todo o processo de beneficiamento dos mesmos. Já a segunda trabalha coletando os recicláveis nas ruas de Viçosa e depois os leva para seu galpão, espaço cedido pelo SAAE para realização do trabalho de triagem e venda. Além de ser um ponto de entrega voluntária da população, estratégia que não vem funcionando bem, pois o local é distante e pouco divulgado.

Figura 18: Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa, local de trabalho da Associação ACAMARE de Viçosa- MG.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

³⁷ Contrato referente à “Cessão de Uso da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa pelo município”, que venceu em 2015. Sendo alegado pelo SAAE que a falta de investimentos e que a falta de investimentos e melhorias na infraestrutura do espaço se deve à falta de um novo documento emitido pela UFV.

Figura 19: Galpão da Associação ACAT de Viçosa- MG.



Foto: Mariana Oliveira, 2017.

Essas organizações prestam serviço gratuitamente à prefeitura de Viçosa, dando a destinação adequada aos resíduos recicláveis. Já o SAAE é responsável pela logística dos resíduos sólidos e pela manutenção dos espaços onde as associações trabalham. No entanto vem enfrentando grandes dificuldades para oferecer um serviço de qualidade à população no que tange ao oferecimento da coleta dos recicláveis e infraestrutura necessária para beneficiamento desses resíduos. Os catadores da ACAMARE trabalhavam no “lixão” do município, muitos residiam nas proximidades ou se alojavam no próprio local para garantirem a cata dos recicláveis. Com o fechamento do depósito em 2002, os catadores foram levados pelo Poder Público municipal para a Usina. Outras pessoas, também em situação de vulnerabilidade social, aproveitaram a oportunidade e se inseriram no trabalho da reciclagem. Mas somente em 2008, com o apoio do projeto de extensão ITCP/UFV que a associação foi formalizada. Além da ajuda para a realização do estatuto interno e o cadastro da mesma como pessoa jurídica (CNPJ). Atualmente a ACAMARE conta com um quadro de 18 associados (16 mulheres e 2 homens) que vivem quase que exclusivamente da coleta seletiva da cidade e da UFV³⁸. Alguns membros realizam

³⁸ A UFV passou a destinar seus resíduos recicláveis para a ACAMARE em 2011, a partir de uma determinação do Ministério Público (Decreto de nº5.940/06), que obriga todos os órgãos públicos

trabalhos temporários³⁹ para complementar a renda, já que a arrecadação da associação não passa de um salário mínimo (Entrevista ACAMARE, 2017).

“Hoje é praticamente mamão com açúcar. Porque tá recebendo em um mês, um mês e quinze dias, mas antigamente era 45, 90 dias. Nós estamos conseguindo fechar a carga todo mês. Antes a gente vendia um pouco mais, tinha mais coleta também. Porque antes a gente mexia com o lixo e a coleta, a gente trabalhava com os dois. Desde que parou de vir o lixo, o material diminuiu. A maioria que trabalha aqui hoje estava desempregado” (Entrevista ACAMARE, 2017).

A dinâmica de trabalho da ACAMARE é dividida entre: recepção dos materiais recicláveis, esteira, prensa e empilhadeira. Diariamente o caminhão do SAAE disponibiliza o resíduo da coleta seletiva na Usina para que os catadores possam fazer o beneficiamento e destiná-los para atravessadores ou empresas recicladoras. Todo o dinheiro da venda é dividido entre os catadores, levando em conta os dias trabalhados de cada um (Entrevista ACAMARE, 2017).

“Aqui na verdade ninguém tem serviço certo, você pode tá na esteira, pode estar lá em cima. Se chega um caminhão tem que parar a esteira, descer duas ou três pessoas para ajudar a encher. Aqui não tem serviço certo, a gente decide no dia” (Entrevista ACAMARE, 2017).

Na ACAMARE é comum o grupo reunir para fazer reuniões, mas nos foi relatado que elas não têm muito resultado. Poucos catadores expõem a opinião, além de existir divergências entre os mesmos refletindo nas dificuldades de gerenciamento do empreendimento. A assembleia para a escolha da diretoria da associação é realizada a cada 2 anos. Geralmente os membros se candidatam aos cargos ou os catadores votam em quem eles acreditam que possam desempenhar melhor as funções. Na ACAMARE, os cargos representativos acabam sendo ocupados pelas mulheres, já que elas são a maioria como em grande parte das organizações de catadores no Brasil.

federais a realizar a separação dos materiais recicláveis e destiná-los a uma cooperativa /ou associação.

³⁹ Foi declarado em entrevista que alguns membros da associação fazem “bicos” de garçoneiro e/ou faxineira.

Sobre reuniões com o Poder Público municipal nos foi relatado que elas não são frequentes. E que, nenhuma mudança aconteceu a partir delas, pois as queixas eram apenas ouvidas.

“Com o diretor de limpeza do SAAE até que ligo para ele, converso com ele, mas sentar para resolver as coisas, não. Vamos supor esses dias todos que nós estamos sem luz, o dia todo eu tô ligando, ele fala que vai resolver, mas até agora ele nem apareceu aqui. Nós ia ganhar uns materiais de uma empresa, uns vidros. Nós conversamos com o antigo diretor de limpeza do SAAE sobre buscar esse vidro, porque o vidro ajuda nós com o dinheiro da bolsa reciclagem, mas nada foi feito. O vidro é o que mais conta na bolsa reciclagem. Nós conversamos desde o ano passado com o SAAE se eles podiam pegar, porque a empresa queria doar, mas não tem como entregar. Lá na cadeia é fornecido marmitex, eles juntavam. Tinham que mandar para alguma ONG ou alguma associação, aí eles faziam os fardinhos e doava para gente. Aí vieram aqui, conversaram com a gente. Eles trouxeram a primeira remessa, mas a gente tinha que fazer um ofício para mandar para cadeia para que toda vez que eles juntassem esse material, o SAAE fosse lá recolher. Nós falamos com o SAAE e mais uma vez nada foi feito”(Entrevista ACAMARE,2017)

A ACAMARE geralmente recorre ao Projeto InterAção e à ITCP. Desde a formação da associação esses dois projetos vêm contribuindo para que o empreendimento se fortaleça e tenha mais autonomia através de formações técnicas e capacitações. Um bom exemplo de conquista da ACAMARE com esses apoios foi a concessão do auxílio “Bolsa Reciclagem”, do Governo de Minas Gerais.

“Quem ajuda o SAAE com a educação ambiental é o pessoal da universidade, o Projeto InterAção. Mas deu uma diminuída agora, porque estão com poucos estagiários e as bolsas foram cortadas. Então tá diminuindo o pessoal que ajudava a orientadora do projeto. E a gente depende deles, precisa da ajuda deles. Mas nós não estamos fazendo a nossa parte, nós não estamos fazendo nossa parte da política, de conscientização, de aumentar a coleta. Nós não estamos fazendo não, nós estamos devendo essa parte”. Nós do SAAE temos que melhorar, nós estamos com aterro aqui já no limite, se durar 2, 3 anos é muito. Então nós vamos ter que fazer outro aterro, um novo projeto para atender a política. Quanto mais a gente aumentar a reciclagem, maior a vida útil do aterro. Então nós temos que aumentar e rápido. Hoje nós devemos estar reciclando uns 3% só do lixo total de Viçosa. Então, em média a gente tem 55 toneladas, tá dando 2.000 quilos por dia de reciclável, que é muito pouco” (Entrevista SAAE, 2017).

Muitos catadores da ACAT também catavam no lixão e chegaram até mesmo a trabalhar na Usina por um tempo, saindo por não se adaptarem à dinâmica dos catadores desse local. Os outros catadores já coletavam os resíduos recicláveis nas ruas e comércios de Viçosa, como falado anteriormente. A formalização da associação aconteceu em 2005, através da aprovação do projeto CNPQ escrito por

uma colaboradora que trabalhava na Secretaria de Assistência Social do município e uma professora do departamento de Nutrição da UFV. De acordo com a ACAT foi preciso registrar a associação para que eles pudessem ter visibilidade frente ao município e solicitar algum tipo de apoio. Após a legalização da associação, a prefeitura alugou um galpão no centro da cidade para servir de ponto de apoio para os mesmos.

Outro apoio que a ACAT recebeu foi de uma professora do departamento de Arquitetura da UFV. Através da sua intermediação a associação angariou bicicletas que estavam apreendidas na delegacia do município. Estas foram desmontadas e utilizadas para fazer carrinhos para os catadores. Com o desgaste dos mesmos ao longo do tempo, novos carrinhos foram doados por comerciantes da cidade. A ACAT já passou por muitas dificuldades, principalmente quando eles tiveram que desocupar o galpão do centro; já que o imóvel estava condenada devido ao risco de desabamento. Como o SAAE já era responsável pela limpeza urbana de Viçosa, foi a própria autarquia que cedeu o novo galpão. Porém o acesso do novo local é difícil para que os catadores levem os materiais. Diante dessa situação os catadores da ACAT se dispersaram, muitos saíram da associação e começaram a vender os recicláveis individualmente para os atravessadores. Estes se aproveitavam da desarticulação do grupo para explorá-los, comprando os recicláveis por preços muito baixos.

Desde 2015, a ACAT vem tentando se erguer novamente, alguns catadores retornaram a associação, houve também a inserção de novos trabalhadores que se encontravam desempregados. Nesse mesmo ano, o SAAE ampliou o espaço do galpão melhorando a logística de trabalho dos catadores. Atualmente, a ACAT possui 28 associados (20 mulheres e 8 homens) que vivem exclusivamente da coleta seletiva.

“Todos trabalham só aqui, não tem tempo de fazer outro serviço. Eles vivem do que fazem aqui. Pode as vezes depois do trabalho, alguém falar ajuda a carregar esse móvel, aí pega um bico. Mas mesmo assim se ficar pegando bico lá fora não tem como trabalhar aqui” (Entrevista ACAT, 2107).

Porém, nem todos os catadores levam os recicláveis para o galpão fazendo a venda dos materiais na rua, dificultando a articulação do grupo. A associação trabalha por produção, portanto a arrecadação não é fixa variando de acordo com o tempo trabalhado, a quantidade de materiais recicláveis coletados, o mês, entre outros fatores. Não dá para saber exatamente quantas toneladas a associação vende, porque o presidente da ACAT não consegue controlar as vendas feitas fora do galpão. Mas que ele estima que os associados que trabalham dentro do espaço da associação, 13 catadores, vendem em torno de 1000 quilos por mês, não conseguindo arrecadar nem um salário mínimo.

“A gente vem tentando se organizar até hoje, tem pessoas que não tem saúde e nem força para ir a rua ficar andando e catando. Então o que acontece, elas ficam mais no galpão triando, separando. Então da preferência para aquelas pessoas que estão dispostas ir à rua, sabem andar com carrinho, porque tem umas que não sabem nem dirigir o carrinho direito. Os que não vão à rua catam do carro do SAAE, que de vez em quando vem aqui. Mas vem muito pouco, não pode contar só com o carro do SAAE, que ele também levam para a Usina. A gente combinou com o SAAE assim, vagou o galpão, tá vazio ali, eles trazem. Porque se a pessoa não trabalhar lá fora, ela tem que trabalhar aqui dentro, se ela não trabalhar aqui dentro, ela tem que trabalhar lá fora. Eu acredito que quando a gente tiver bem organizados, trabalhar juntos, fazer os fardos juntos, vai render um carro cheio do SAAE para jogar aqui” (Entrevista ACAT, 2017).

As reuniões do grupo são realizadas mensalmente e são debatidos os problemas diários e as possíveis soluções da associação. A votação para presidente e demais membros da diretoria também acontecem a cada 2 anos. As reuniões com o Poder Público municipal não são frequentes, assim como na ACAMARE. Ocorrem quando são o poder público as julga necessárias e são agendadas previamente. Os catadores falaram que já fizeram algumas solicitações ao SAAE, como: recebimento da coleta seletiva, cobertura de parte do galpão, conserto da cerca, etc. Porém, nenhuma dessas demandas foi atendida.

“Na ACAT, eles são mais próximos de mim. Na ACAMARE eles são mais longe, eles ficam mais, ah não sei. Demanda o que eles pedem se for do nosso alcance, conseguimos resolver. O que eu tô na pendência lá na ACAMARE é com a balança, eu não consigo resolver a situação da balança. Não tem contrato, aí tem que mandar consertar, mas aí eu não consigo pagar. Tô tentando resolver, mas tudo que eles pedem lá, problema na balança, problema na esteira, na luz, prensa, as demandas a gente tenta resolver pontualmente. Tem 9 meses que estou aqui no SAAE e eu não sei muito a realidade dos catadores, eu sei mais da ACAT do que da ACAMARE. Eles ficam preocupados se eu tenho interesse, eu não tenho interesse, eu quero saber se eles estão bem, se eles têm renda. A ACAT eu fiquei sabendo que

não estava tirando nem 400 reais, olha só! Ganhar 400 reais no mês é muito pouco. Tem coisas que a gente não fica sabendo, a gente não participa lá. Eles têm, sei lá, um medo, um receio” (Entrevista SAAE, 2017).

A ACAT tem como colaboradora uma antiga funcionária da prefeitura, que dá assistência à associação desde sua formação. Desde então, ela vem escrevendo projetos em conjunto com os professores da UFV. Como também os ajuda com a organização financeira, controle de frequência dos associados, inscrição dos catadores em capacitações, formação de parcerias e nas reuniões para tratarem de assuntos cotidianos e votações para admissão de mais membros.

“Aqui muda de gente o tempo todo. Sempre tem um que pede para entrar na associação, acho que é porque não tem condições de conseguir um serviço melhor, um emprego. E outros vê que aqui na associação que a coisa pode ser melhor do que ficar sozinho trabalhando. Mas existe critérios para trabalhar aqui. Porque numa organização com muitas pessoas tem que ter critérios, tem que ter as horas de trabalho, de 7 às 5h. Faltar só se for com atestado médico, porque se não vira confusão. É feito uma reunião, todos tem que admitirem e concordar. A pessoa não pode beber e fumar aqui dentro. Tem as regrinhas internas e o estatuto” (Entrevista ACAT, 2017).

A rotatividade de trabalhadores nas associações é uma prática comum e muitos catadores percebem o trabalho com materiais recicláveis como uma ocupação temporária, pois geralmente têm baixa remuneração, sofrem discriminação e não tem garantia quaisquer direitos trabalhistas. Grande parte dos catadores da ACAT e ACAMARE não pagam o INSS; quando contribuem é de forma autônoma e nem sempre há dinheiro para fazer o pagamento mensal.

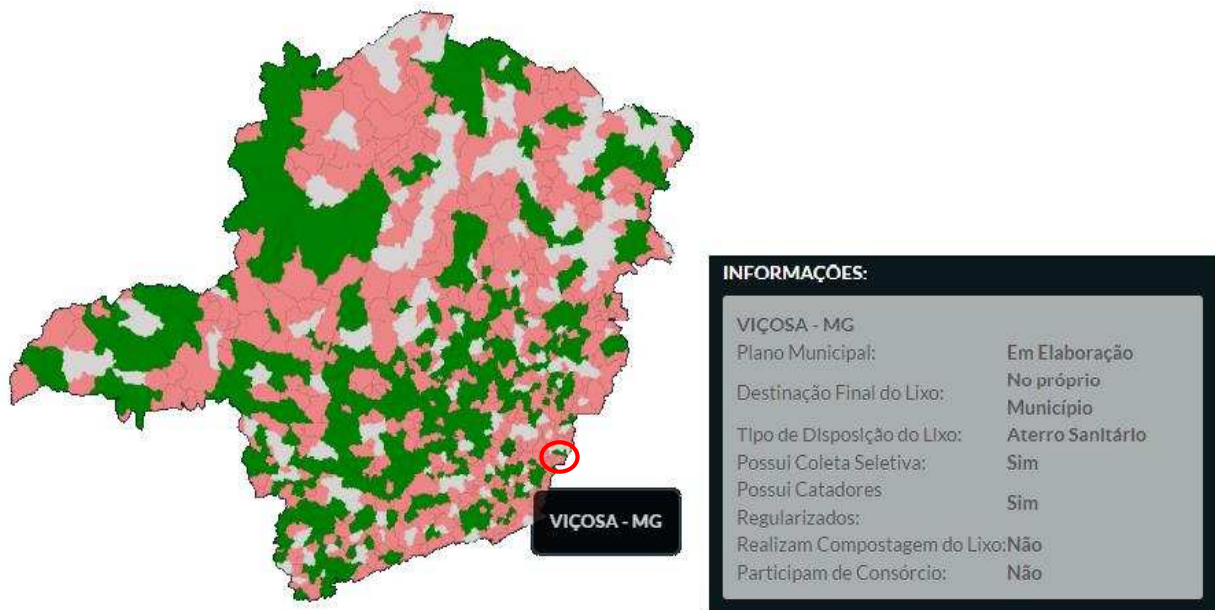
“Quase ninguém aqui paga, no máximo três pessoas que pagam de forma autônoma. O dinheiro que dá aqui não dá direito nem para comer. Vão supor, tem gente que tem criança, se tiram cem conto não é muito?! Por isso que não paga o INSS” (Entrevista ACAMARE, 2017).

Assegurar os direitos trabalhistas dos catadores e a contratação das associações são pautas do MNCR, assim como fazem parte das diretrizes da PNRS. As duas associações de Viçosa já participaram de eventos realizados pelo MNCR, mas conhecem superficialmente o movimento por não estarem inseridas no mesmo. As organizações falaram sobre a importância de fazerem parte do movimento, acreditam que é uma forma de estarem mais à frente das negociações políticas, principalmente no que tange à coleta seletiva. Os problemas vivenciados diariamente pelas organizações os atrapalham a planejar a inserção no movimento. Os catadores

priorizam sanar as dificuldades mais imediatas, refletindo na falta de conhecimento sobre a legislação nacional e dificultando as possíveis negociações com o Poder Público municipal. O apoio técnico dos projetos de extensão está sendo quase que a única forma de alcance de benefícios das associações. Como grande parte dos catadores não possui escolaridade sente-se intimidada a resolver questões burocráticas e que exigem reunião de documentos. Com a ajuda dos projetos a ACAMARE conquistou o auxílio “Bolsa Reciclagem”. Já a ACAT ainda não a possui, mas de acordo com o representante da associação eles estão organizando a documentação para começarem a receber.

A ACAT e a ACAMARE recebem anualmente uma verba da Prefeitura destinada a algumas organizações e instituições que realizam trabalhos de utilidade pública. O SAAE como gestor dos resíduos do município é responsável pelos custos (água, energia e consertos dos equipamentos) dos espaços que os catadores trabalham. Porém este apoio é insuficiente, comprometendo a prestação pública de serviço desenvolvido pelas associações. Durante todo o trabalho de campo foram percebidos os pontos críticos na gestão dos resíduos sólidos de Viçosa. Havendo necessidade de melhoramento logístico da coleta seletiva, investimentos em educação ambiental e trabalho conjunto com as associações. “Nós que estamos segurando a ampliação da coleta, temos que aumentar o material, eles dão conta. O que leva, eles reciclam. Então o gargalo é a gente. Em termos de 0 a 5, dou 4 para eles. Eu não dou 5 por causa dos atritos entre eles” (Entrevista SAAE, 2017).

Figura 20: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Viçosa.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

3.1.3 Muriaé

Segundos os dados do Censo 2010 do IBGE, o município de Muriaé possui 100.861 habitantes, sendo 92,5% residentes da zona urbana. A cidade possui uma autarquia específica responsável pela gestão de resíduos sólidos, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR. Em entrevista, o representante do departamento informou que recolhe cerca de 70 toneladas lixo/dia da população muriaeense que são encaminhados para o aterro sanitário existente desde 2014, conquistado pelo projeto de financiamento da Caixa Econômica Federal.

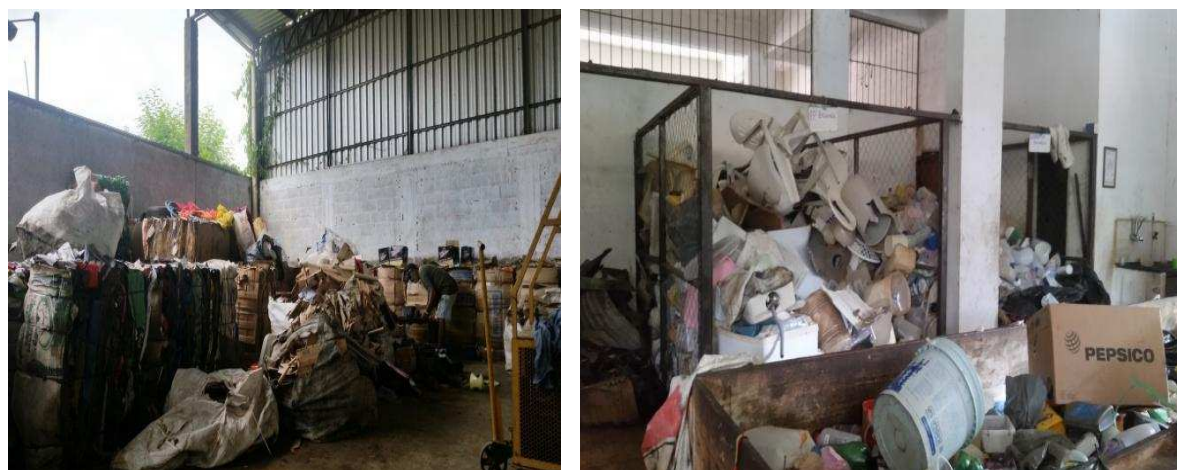
Em Muriaé existem duas associações de catadores, a Associação dos Trabalhadores e Catadores de Materiais Recicláveis de Muriaé - ASCAMAREM e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Muriaé - ASMAN.

Figura 21: Usina de Triagem de Muriaé, local de trabalho da Associação ASMAN.



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

Figura 22: Galpão da Associação ASCAMAREM de Muriaé



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

A primeira foi fundada em 17 de dezembro de 2006, como a ajuda do Monsenhor Antônio Alvarez Muniz, pároco da Igreja Matriz Imaculada Conceição do bairro da Barra. A compra do terreno, a construção do galpão, a aquisição de máquinas e carrinhos da ASCAMAREM foram viabilizados através de um projeto aprovado pelo governo espanhol Catalunha (Agência Asturiana de Desenvolvimento),

encabeçado pelo pároco, que é espanhol, e por voluntários católicos. Atualmente a associação possui 10 catadores (2 mulheres e 8 homens) e 2 funcionários que trabalham de carteira assinada exercendo a função de pesagem e prensagem dos recicláveis coletados pelos associados. Também tem os apoiadores que fazem parte do grupo gestor da associação. Alguns componentes desse grupo estão inseridos na diretoria, como a tesoureira.

“Quando a associação abriu os portões era para os catadores, eles mesmos pegar o material, fazer a triagem, pensar durante um mês e depois vender. Aí iria tirar o dinheiro da despesa e o que sobrasse depositava um pouquinho para uma emergência e dividia entres eles. Só que não aconteceu assim, porque nenhum deles tem escolaridade, não sabem ler e nem escrever. Aí em reunião me contratou para ser apoiadora deles. Eu tive meu salário aqui, mas hoje eu sou voluntária porque eu aposentei. Aí eu fico aqui ajudando, eu sou a tesoureira. Aqui tem o presidente, tem a chapa da associação, tudo direitinho. Aqui são pessoas idosas, são pessoas que bebem aí eles preferiram pagar funcionário aqui. Tem dois funcionários aqui, eles pesam e prensam o material, eles fazem todo serviço aqui dentro” (Entrevista ASCAMAREM, 2017).

A ASMAN conta com um quadro de 14 associados (3 mulheres e 11 homens) e foi fundada em 2003 através do DEMSUR, que fechou o lixão onde grande parte dos catadores residia. Com a existência desse problema social a autarquia no mesmo ano implantou a coleta seletiva em um bairro do município, de forma que a associação pudesse triar e vender os materiais recicláveis advindos desta coleta. Durante 3 meses o DEMSUR doou cestas básicas à ASMAN, até que a associação se estabilizasse. Porém, mesmo com a erradicação do depósito de lixo a coleta convencional da cidade era triada pelos catadores. O resíduo passava primeiro pela Usina para depois ser levado para o aterro, que localiza no mesmo terreno.

Somente em 2008, que a coleta seletiva se expandiu para outros bairros com o apoio da Fundação Israel Pinheiro e da FEAM. Através dessas intuições a associação também foi beneficiada com uma balança, um carrinho para levantamento de fardos e uma prensa hidráulica. Foi elaborado também em conjunto com a autarquia um cronograma de expansão da coleta seletiva. Mas desde 2012 que não se tem avanços, apenas 18 bairros dos 66 existentes no município são contemplados pela coleta de recicláveis. O município não possui PMSB, nem mesmo plano de resíduos sólidos, ou seja, com a inexistência de políticas locais se torna mais difícil a


participação dos catadores na gestão de resíduos (CAMPOS, 2014). Quando o gestor de resíduos foi questionado se alguma sugestão dos catadores foi colocada em prática para melhorar a coleta seletiva ele nos respondeu que não. “Eles querem que as coisas caiam em cima da cabeça deles. O máximo que nós fizemos foi colocar eles em cima do caminhão, só que a Lei não permitiu. Porque se acontecesse algum acidente, o DEMSUR já criaria um vínculo” (Entrevista DENSUR, 2017).

Figura 23: Bairros atendidos pela coleta seletiva de Muriaé



FIQUE ATENTO PARA OS BAIRROS E DIAS DA COLETA SELETIVA
A coleta seletiva segue uma rota e a implantação e expansão obedece a um cronograma

Dia da Semana	Bairro	A partir das
Todos os dias	CENTRO (Comércio: Pç. João Pinheiro e adjacências)	18:00 horas
Segunda e Sexta	ALTEROSA	7:30 horas
	COLETY	
	ENCOBERTA	
	JOÃO XXIII	
	PORTO	
	PREF. HÉLIO ARAÚJO (Incluído Rua São Sebastião e Rua Santa Rita)	
	PRIMAVERA	
	QUINTA DAS FLORES	
Terça e Quinta	SANTA TEREZINHA	7:30 horas
	SÃO CRISTÓVÃO	
	SÃO GOTARDO	
	CORONEL IZALINO	
	SAFIRA	
	PLANALTO	
	CERÂMICA	
SANTO ANTÔNIO I E II		
VALE DO CASTELO		
SÃO FRANCISCO		
SÃO VICENTE DE PAULA		

FIQUE DE OLHO
Esse é o caminhão que faz a Coleta Seletiva em Muriaé



INFORMAÇÕES
 Acesse www.demsur.com.br
 ou ligue 115

Fonte: Site da autarquia Densur.<WWW.densur.com.br>.

O DEMSUR é responsável pelos custos da Usina, pela coleta e manutenção dos maquinários. Com o enfraquecimento da coleta seletiva a autarquia passou novamente a cometer a irregularidade de permitir a triagem dos catadores no aterro sanitário, expondo-os ao risco de saúde e acidentes. Outro problema visto foi a falta de uso de EPI's pelos catadores da ASMAN. Eles informaram que o DEMSUR já chegou a fornecer esses equipamentos, assim como uniformes e botas. Porém, há bastante tempo que não fazem uso dos mesmos. A autarquia justificou esse fato

falando sobre os cortes no orçamento e dificuldade em fazer compras através de licitações.

“Hoje nós temos um aterro sanitário e a usina fica no mesmo espaço. Os catadores da ASMAN trabalham na usina de reciclagem. A gente tem coleta em alguns bairros, mesmo que precariamente, mas a gente faz a coleta seletiva e manda para os catadores lá em cima. O caminhão vai passando nas ruas coletando de porta em porta com os agentes do DEMSUR. A gente faz a coleta seletiva em dias alternados. Porém, se você colocar o caminhão da coleta seletiva atrás da coleta convencional coleta muito mais do que a coleta seletiva. O que é mais coletado é papelão, até dentro dos bairros há falhas, não coleta direito. O resto do reciclável os catadores coletam é no aterro, da coleta convencional” (Entrevista DEMSUR, 2017).

A dinâmica de trabalho das associações se diferencia. A ASCAMAREM coleta nas ruas da cidade e ganha por produção, vende no total cerca de 13.250 quilos por mês. Com a venda dos materiais recicláveis a tesoureira paga as despesas do galpão (água e energia), o salário dos funcionários e com a sobra é feito o pagamento dos catadores.

“Os catadores daqui ganham por produção, eles chegam e põem o material na balança, pesam e pago eles. Uns recebem na hora e outros deixam para receber no final de semana. Ninguém deixa juntar, ou é por semana ou por dia. Nenhum material da coleta vem para cá, nem o DEMSUR nem a prefeitura não ajuda. O catador que trabalha direitinho tira mais de um salário mínimo, porque tem uns que bebe e não vêm trabalhar. Mas a base é um salário e pouquinho. Mas outros tiram 300 reais, 400 reais depende da produtividade” (Entrevista ASMAREM, 2017).

Já a ASMAN recebe o material da coleta seletiva e divide igualmente entres os componentes do grupo. Mas a cata no aterro sanitário é realizada individualmente, cada um recebe pela produção. A associação vende cerca de 28 toneladas de materiais recicláveis em cima de 6 semanas trabalhadas. O valor arrecadado fica em torno de R\$ 860,00 mais o extra dos materiais do aterro.

“O caminhão deixa o material, passa pela esteira. Aí a gente vai separando os pet, os PP, as latinhas e coloca nos bags, depois prensa e faz os fardos. A gente já escala as pessoas certas para ficar lá em cima (empurrando os resíduos) e as pessoas certas para ficar aqui em baixo (esteira). Os homens ficam na prensa, quem geralmente quem pega peso são os homens. Mas todo mundo ganha igual, ninguém aqui ganha mais ou ganha menos não. Mas o que cata lá no aterro é por fora, porque nós cata lá cedo, aí lá é por fora. A gente já chega pesa e joga ali. Já tem os nomes, não junta com a coleta seletiva não. O presidente é responsável pela venda” (Entrevista ASMAN, 2017).

A escolha da diretoria das duas associações é feita por votação a cada 2 anos e registrado em ata. Até pouco tempo atrás os componentes das ASMAN podiam ficar mais tempo nos cargos, mas o DEMSUR fez um estatuto interno da associação modificando essa questão, tirando a autonomia dos catadores de decidirem o regimento do empreendimento coletivo. Sobre as reuniões internas, não existe uma frequência na ASAMAN, realizam quando julgam necessário. Já na ASCAMAREM são realizadas mensalmente com a ajuda do grupo gestor que faz a prestação de contas para os catadores.

Tanto o DEMSUR quanto a ASMAN responderam que não costumam realizar reunião entre eles. Assim como a representante da ASCAMAREM nos informou que as reuniões com os gestores públicos são raras, que já chegaram a solicitar ajuda ao prefeito, mas que não foram atendidos.

“Teve umas duas, três reuniões na prefeitura. Aí prometia fundos e mundos, só que até hoje não apareceu nada. Quando a gente teve reunião eles falaram que iam ajudar, pediram todos os documentos. Em agosto de 2016, perto da época de campanha, pensei agora a gente vai conseguir. Fui lá e fui muito bem recebida porque eu sou tesoureira. A advogada que dá um apoio aqui estava com os documentos tudo arrumadinho. Me levaram para uma sala lá, conversaram, fizeram contas e falaram que iam ajudar com R\$1.600 reais mensais. Me perguntaram se estava bom? Falei que estava ótimo, que estava bom demais. Eles falaram que ia ajudar, mas até hoje nada” (Entrevista ASCAMAREM, 2017).

A situação da ASCAMAREM e da ASMAM é bastante precária. Grande parte dos catadores são idosos e com pouca ou nenhuma escolaridade. A arrecadação é baixa e poucos catadores pagam o INSS de forma autônoma. É comum, principalmente nas ASCAMAREM, catadores faltarem ao serviço por não terem condições físicas e psicológicas para trabalhar devido ao abuso de álcool. Outro questão é a falta de conhecimento dos catadores sobre a PNRS e de seus direitos perante o Poder Público municipal. O representante do DEMLURB falou que os funcionários da autarquia tem conhecimento da legislação nacional, que inclusive já receberam cursos e capacitações sobre sua execução. Mas que as diretrizes adotadas dependem da gestão do município e da vontade do prefeito em realizar melhorias em relação aos resíduos sólidos.

“As diretrizes adotadas dependem do diretor do DEMSUR, depende do prefeito. A gente vive a famosa crise política, de quatro em quatro anos

trocam pessoas. Eu observo que não existe uma linha reta num gráfico do rumo da coleta seletiva, ela vai de linha reta para baixo. Nunca tem uma constância de investimentos, se você chegar para o prefeito e perguntar quanto ele está disposto a investir na limpeza urbana, na coleta seletiva, ele vai falar nada. O nosso aterro foi criado para existir 20 anos, não vai durar 5 porque não existe coleta seletiva. E onde começa a coleta seletiva? Começa na escola. Se não tiver o envolvimento da secretaria de educação, o prefeito falar que vai ter que ter coleta nas escolas e a Câmara fazer uma lei que mesmo com a saída do prefeito vai ter investimento em cima disso, não vai funcionar. Então existe uma quebra de sistema, como isso vai dar certo um dia?” (Entrevista DEMSUR, 2017).

A inserção dos catadores no MNCR é uma maneira de se articularem politicamente, como também alcançarem benefícios para as organizações. Os catadores da ASMAM ficam isolados na Usina que é bem distante da área central de Muriaé. Eles nunca participaram de capacitações e reuniões com outras associações. Nem mesmo ouviram falar do movimento social e da bolsa reciclagem. A ASCAMAREM com todas suas dificuldades ainda recebe apoio de voluntários que contribui principalmente com questões burocráticas. A ajuda desse grupo foi fundamental para que associação alcance a bolsa reciclagem pelo governo de Minas Gerais.

O DEMSUR reconhece as falhas no gerenciamento dos resíduos sólidos e percebe a necessidade de investir mais na coleta seletiva, educação ambiental e na estrutura da Usina que é antiga. O gestor de resíduos falou que já houve várias iniciativas de melhorar o sistema da coleta, mas que foram interrompidas pela falta de investimentos da gestão pública. Existem demandas que são vistas como prioritárias para o DEMSUR, como: expansão da coleta seletiva, adequação do caminhão, recontração do grupo de teatro para a realização de oficinas de educação ambiental, o aterro sanitário e os rejeitos da construção civil.

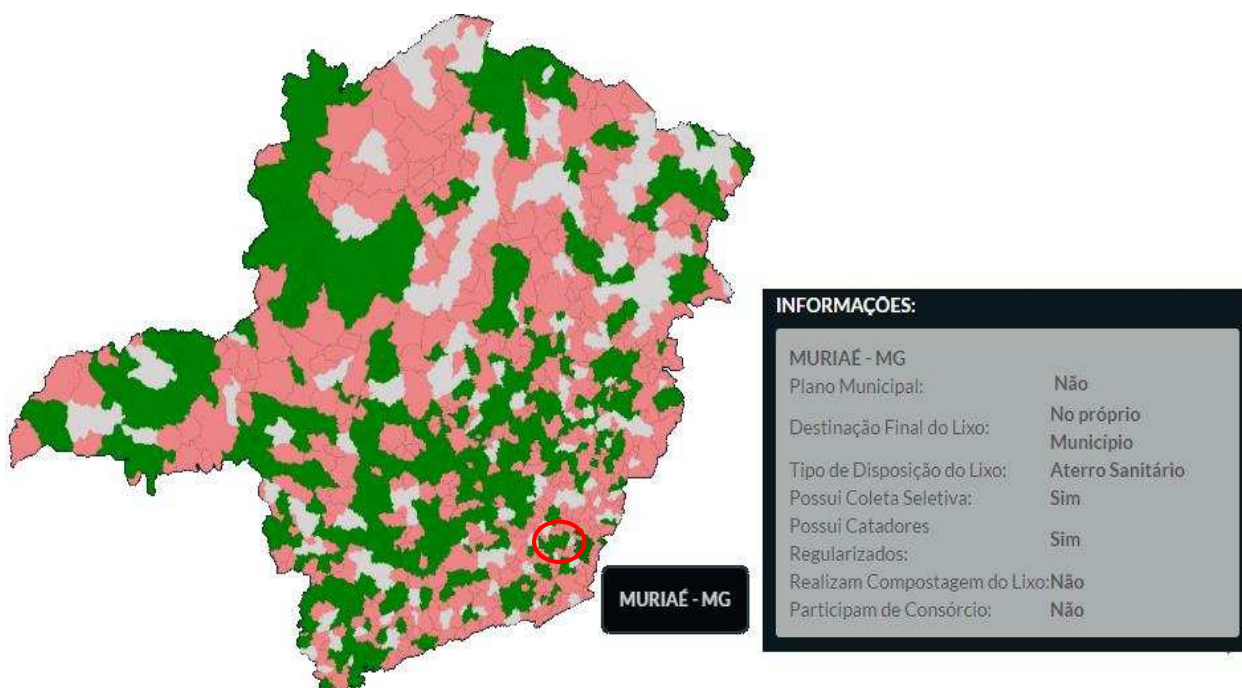
“A primeira gestão se preocupou em tirar o pessoal do lixão e implementar a coleta seletiva em um bairro. Não prestou assistência, simplesmente foi na escola, fez um trabalhinho, fez uma palestra e está implantou a coleta seletiva. O segundo veio e tentou refazer aí melhorou uma coisinha, aí já botou um caminhão na rua para coletar. O terceiro veio e já deixou um teatro, mas acabou agora porque no final do ano encerra todos os contratos. Sempre ficamos reféns dos prefeitos. É por isso que estou te falando, não temos uma sequência reta ou subindo, nos temos ela sempre descendo. Porque cada vez que muda a gestão a gente dá um passo para trás. Da dois para frente, depois volta para trás”

Em relação às associações, o DEMSUR não mostrou interesse em firmar parceria com ASCAMAREM, nem melhorar o relacionamento de trabalho com os catadores da ASMAN. Acredita que já oferecem apoio à última associação, pagando as despesas da Usina e repassando-os a coleta. Isso reflete na insatisfação das organizações ao suporte oferecido pelo Poder Público municipal. “Eles falam que a gente tem que correr atrás da prefeitura, que a prefeitura por lei ela tem que ajudar os catadores. Eles podiam ajudar aqui nas despesas da associação” (Entrevista ASCAMAREM, 2017).

“A gente queria saber por que o caminhão está vindo. Eram dois caminhões, um de manhã e um de tarde. Agora só vem um a tarde, os locais da parte da manhã estão sem coleta. O caminhão passa, mas ele não entra em todas as ruas. Teve um dia que faltou o motorista, nós ficamos dois dias sem receber material. Quando a gente ia no caminhão era muito mais material” (Entrevista ASMAN, 2017).

Durante a pesquisa de campo percebeu-se a exploração da mão de obra dos catadores, já que eles não recebem pelo trabalho realizado. Realidade presente em grande parte das municipalidades brasileiras, assim como o acondicionamento incorreto dos resíduos. O DEMSUR arrecada em torno de R\$ 3.014.201,00, o restante é custeado pela prefeitura. Todavia o orçamento público não é realizado de forma participativa, a população e os catadores não têm acesso ao planejamento dos gastos da limpeza urbana (CAMPOS, 2014).

Figura 24: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Muriaé.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

3.1.4 Manhumirim

O município de Manhumirim conta uma população de 21.382 habitantes (IBGE, 2010). De acordo com o setor responsável pela gestão dos resíduos sólidos, a Secretaria de Meio Ambiente, a população do município produz cerca de 12 toneladas/dia de resíduos sólidos que são direcionados ao aterro controlado. A coleta convencional é de responsabilidade da Prefeitura e a coleta seletiva da Cooperativa Aguapé.

A Cooperativa foi constituída em 2005 a partir de uma iniciativa do município em solucionar os problemas do lixo em Manhumirim, agregando geração de trabalho e renda. Educadores e ambientalistas realizaram um projeto de educação ambiental nas escolas e convidaram as pessoas que já realizavam a cata de materiais recicláveis nas ruas ou lixão da cidade para formarem um empreendimento coletivo de reciclagem nos moldes da economia solidária. Em

2007, a Cooperativa começou a realizar a gestão da Usina de Triagem e Compostagem de Lixo de Manhumirim, através de uma parceria com o Poder Público municipal. No ano seguinte esses dois segmentos estabeleceram um contrato remunerado de prestação do serviço da coleta seletiva pelos catadores (Entrevista Cooperativa Aguapé, 2017).

“No início da coleta seletiva teve um recurso da Funasa em torno de 1 milhão e meio, onde destinou 3 caminhões para a coleta convencional, caminhão para coleta seletiva e a construção do galpão. Esse projeto foi lançado e a Cooperativa já existia. Então eles começaram sem ter recebido recurso, aí durante dois anos foram elaborando projeto via Prefeitura. Foi a Prefeitura que cadastrou a Cooperativa e fez o projeto, não conseguiram cadastrar diretamente. Hoje já tem projetos da Funasa que a Cooperativa já foi beneficiada diretamente. Recentemente, 2015 ou 2016 eles conseguiram um financiamento da Fundação do Banco do Brasil para reestruturarem o local de trabalho” (Entrevista Secretaria de Meio Ambiente de Manhumirim, 2017).

A coleta seletiva é realizada de porta em porta em dias alternados. A Cooperativa atende 10 bairros dos 16 existentes na cidade, 40% dos moradores são contemplados pela coleta.

Figura 25: Caminhão da coleta seletiva da Cooperativa Aguapé, Manhumirim- MG.



Fonte: Site⁴⁰ do Programa de extensão “Projeto InterAção.

⁴⁰ <http://www.projetointeracao.ufv.br/>.

A Aguapé possui 24 trabalhadores, entre eles: 15 mulheres e 9 homens. Além do motorista do caminhão da coleta. Os homens geralmente fazem a coleta na rua e as mulheres ficam na Usina triando os materiais recicláveis.

A Usina pertence à Prefeitura de Manhumirim, mas existe um comodato de uso do espaço pela cooperativa por 10 anos. Para tanto, é de responsabilidade do Poder Público municipal a manutenção dos equipamentos existentes no local. A Cooperativa também tem um galpão, localizado no centro da cidade, utilizado como ponto de apoio e escritório.

Figura 26: Usina de Triagem e Compostagem de Lixo de Manhumirim da Cooperativa Aguapé de Manhumirim (área rural).



Fotos: Mariana Oliveira, 2017.

Manhumirim é o único município pesquisado que tem um plano específico de resíduos sólidos. O Plano Municipal Integrado de Resíduos Sólidos – PMIRS foi elaborado e encaminhado para aprovação pela Câmara pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual gestores públicos e a Cooperativa Aguapé estão inseridos. Outros instrumentos políticos do município que contemplam a questão dos resíduos sólidos são: o Estatuto da Cidade e o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, estes já foram aprovados. Outro diferencial do município é a realização do estudo gravimétrico de resíduos pelo Centro Mineiro em Referência de Resíduos (CMRR), através do Projeto Reciclando Oportunidades. Dos municípios da Zona da Mata de MG, Manhumirim foi o único a conseguir esse financiamento.

“Em 2014 teve um projeto do Centro Mineiro de Resíduos Sólidos, onde fez o estudo de gravimetria de bairro a bairro. Mostrando qual bairro tem sido mais gerador de recicláveis. Tem esse estudo no município sim e é de conhecimento tanto da prefeitura como da Cooperativa. O Centro Mineiro teve uma perda de recurso em 2015, então não foi finalizado esse projeto. O projeto que a gente tinha escrito junto com eles é da expansão da coleta seletiva, por isso que foi feito o estudo. Mas ele não foi finalizado, então não foi implantada definitivamente essa expansão no município” (Entrevista Secretaria de Meio Ambiente de Manhumirim, 2017).

Das organizações pesquisadas, a Cooperativa Agupé é a que possui maior autonomia. Com o dinheiro do contrato da Prefeitura e venda dos materiais recicláveis eles conseguem pagar o INSS de todos os catadores, aluguel do galpão, telefone, internet e o combustível de seus automóveis (caminhão e van). A arrecadação mensal dos catadores é de um a dois salários mínimos mais o dinheiro extra da bolsa reciclagem. Atingindo uma média de venda de 45 toneladas/mês de resíduos recicláveis. Além do mais a organização já foi beneficiada pelo Programa CataForte 1, 2 e 3 no recebimento de maquinários.

Para trabalhar na Cooperativa a pessoa é avaliada durante um mês, depois é feita uma reunião para decidir se a pessoa deve ou não fazer parte do grupo. Mesmo que a pessoa esteja em período probatório ela recebe pelo tempo trabalhado, diferente da associação ACAMARE de Viçosa. As reuniões internas são realizadas mensalmente, mas sempre que necessário eles se reúnem para resolver questões mais urgentes. Foi verificando a presença um ponto eletrônico na Usina para controlar a presença dos catadores. A ausência no trabalho só é justificável com atestado médico.

As reuniões com o Poder Público municipal não são frequentes, mas a representante da Agupé falou que sempre que eles solicitam o Secretário de Meio Ambiente os recebe prontamente.

“Periodicidade de reunião a gente não tem, mas as demandas chegam para a Secretaria. Principalmente a infraestrutura por que eles utilizam o espaço da Prefeitura para fazer a parte da seleção dos materiais. É feita a manutenção do local. Tivemos uma reunião recentemente acordando principalmente a manutenção do contrato no valor de 188 mil reais anual, 17 mil reais por mês e os pagamentos atrasados da gestão passada. Nós efetuamos esses pagamentos agora no início de janeiro. Nós vamos pedir um novo processo de dispensa de licitação, continuar com a Cooperativa e também pedimos orientação deles no que podemos melhorar. Eles vão me entregar um relatório de quais são as atividades que eu possa estar investindo no município em relação à coleta. Eles ficaram de elaborar, mas chegaram a comentar que precisam de investimento na Usina, até mesmo

para melhorar a capacidade da triagem” (Entrevista Secretaria de Meio Ambiente de Manhumirim, 2017).

Foi relatado também que sugestões da Cooperativa já foram colocadas em prática, como por exemplo, o horário e alternância das coletas. Mas os catadores acham que a parceria com o Poder Público pode melhorar, o valor pago pelo serviço de coleta seletiva é baixo para atender toda a população, pois é necessário contratação de mais mão de obra e um veículo automotor.

“Satisfeita a gente nunca que tá né?! Acho que falta um pouco de iniciativa da Prefeitura em divulgar, fazer educação ambiental. Porque eles estão com o poder na mão, tem escola, tem o Secretário. Então acho que falta um pouquinho disso. A gente precisa também de mais verba para fazer os outros bairros, os 6 bairros. Porque aí a gente precisa de mais cooperados e mais um caminhão. O que a gente ganha hoje é pouco”(Entrevista Cooperativa Aguapé, 2017).

Os catadores da Cooperativa Aguapé se mostram bastantes articulados politicamente durante as entrevistas. Falaram sobre as capacitações e eventos que já participaram através do MNCR e da importância de fazer parte do movimento.

“Estamos inseridos no MNCR desde 2009. Decidimos inserir para buscar força e capacitações. Teve um encontro lá em Juiz de Fora, aí a gente participou lá. Nós temos caminhões, nós temos balança, prensa, tudo ganhado por causa do Movimento” (Entrevista Cooperativa Aguapé, 2017).

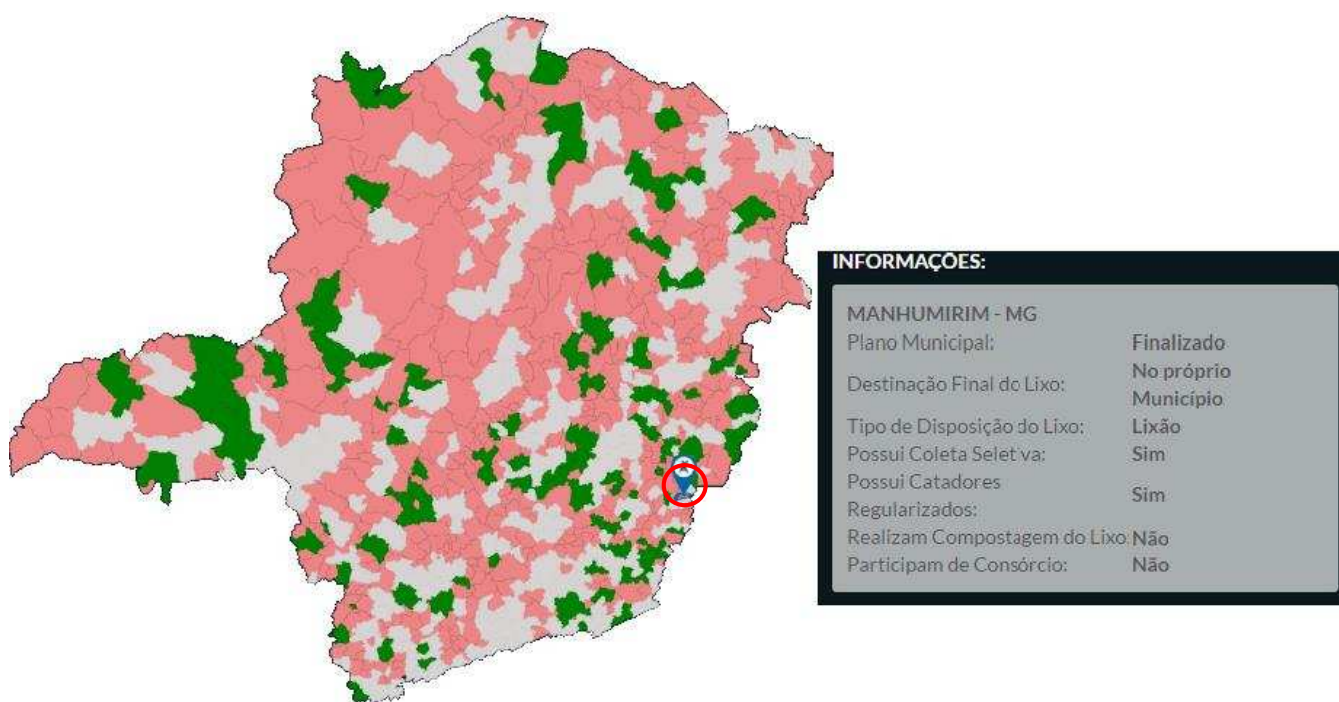
Dialogamos também sobre a necessidade de fortalecer a rede de organizações de catadores da Zona da Mata e realizarem a venda dos recicláveis em conjunto aumentando conseqüentemente a renda. Em 2017, outro benefício alcançado foi a parceria que a Cooperativa fez com a empresa de energia elétrica de Manhuaçu- MG, a Energisa, que troca material reciclável por desconto na conta de luz da população. A empresa alugou um caminhão para a Aguapé e os mesmos recolhem os recicláveis 3 vezes por semana e dão a destinação correta.

Foi apontado pelos catadores e Poder Público municipal a necessidade do trabalho em conjunto entre eles para que o município se adeque à PNRS, principalmente em relação à expansão da coleta, a substituição do aterro controlado pelo sanitário e a compostagem dos resíduos orgânicos. A realização da compostagem está inserida no contrato da Aguapé e não está sendo realizado, o município perde em torno de 80 mil reais por não estar de acordo com a legislação nacional. Manhumirim gasta em média R\$ 54.000,00 por mês com a limpeza pública,

deste valor o estado repassa R\$ 14.000,00 de ICMS Ecológico pela Instalação de Recuperação de Resíduos (CAMPOS, 2014).

O gestor de resíduos de Manhumirim avalia a parceria com a Cooperativa positiva. Além de gerar trabalho e renda, contribui com limpeza pública e sustentabilidade do município. Avalia também que o atendimento à PNRS é complexa na prática, os municípios têm dificuldade em implementá-la devido à ausência de equipe técnica e recursos financeiros. “Nós precisamos de uma concentração política, de um olhar ambiental. Tudo que está debaixo da terra, saneamento e lixo, os prefeitos não dão destaque político, uma obra é muito melhor em relação à conquista do voto popular” (Entrevista Secretaria de Meio Ambiente de Manhumirim, 2017).

Figura 27: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Manhumirim.



Fonte: Figura adaptada do site “Observatório dos Lixões”, 2017.

3.1.5 Urucânia

O município de Urucânia é o que possui menor população da pesquisa, 10.292 habitantes. A Secretaria de Agricultura⁴¹ é responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos produzidos pela população, que são em média 5.000 toneladas/dia. Todo o resíduo é destinado à Usina de Triagem e Reciclagem, onde a associação ACAMARU trabalha. São 12 associados (7 mulheres e 5 homens), eles fazem toda a triagem do resíduo misturado, recuperando apenas 7% do material reciclável.

Figura 28: Usina de Triagem e Compostagem de Jatiboca (Urucânia), local de trabalho da Associação ACAMARU.



Foto: Site⁴² da Prefeitura de Urucânia- MG.

O município não realiza o serviço de coleta seletiva, desse modo os catadores são submetidos a condições insalubres de trabalho, mesmo usando EPI's (luvas, botas, máscara e avental) fornecidos pela Secretaria. São expostos a contaminações e acidentes de trabalho, pois é comum chegar ao local resíduos perfurantes, tóxicos e até mesmo hospitalares. Outro agravante são os depósitos de resíduos, denominado valas, são localizadas no mesmo espaço da Usina.

⁴¹ A Secretaria de Agricultura acumula funções de mais 2 setores, meio ambiente e obras.

⁴² <http://www.urucania.mg.gov.br/>.

“Lá na Usina é depositado todo o lixo proveniente do município. Lá acontecia a atividade de catação do lixo, mas a céu aberto. O prefeito atuante de 2005 construiu essa Usina de reciclagem com o objetivo de minimizar o impacto no solo e reaproveitar o resíduo reciclável, melhorando a qualidade de trabalho dos associados de lá por meio de convênio com a Prefeitura. Há muito tempo, outras pessoas já exerciam essa atividade de catação lá” (Entrevista Secretaria de Agricultura, 2017).

Em 2005, junto com a instalação da Usina foi criada a ACAMARU. A prefeitura juntou um grupo de pessoas e os instruiu sobre o que era um empreendimento coletivo, selecionando os interessados em trabalhar na triagem dos resíduos. Foi feita a formalização da associação e seu estatuto a partir de um contrato de prestação de serviço para a Prefeitura. Sendo assim, o Poder Público municipal repassa um valor mensal bruto à associação para o custeio de 2 funcionários (1 contador e 1 gestor ambiental) mais o rateio entre os catadores que fica em R\$500,00. A arrecadação da ACAMARU fica em torno de um salário mínimo somado a esse auxílio. Da soma do dinheiro conquistado pela associação através da venda de 7 a 11 toneladas de recicláveis é recolhido mensalmente 11% para pagar o INSS dos catadores.

“O Poder Público faz de tudo para a ACAMARU, o que deve e o que não deve. A ACAMARU sem o Poder Público não existe. A gente repassa para a ACAMARU 500 reais mês por cada pessoa que trabalha lá. São 12 trabalhadores, cada um recebe 500 reais só de ajuda de custo. Cada um recebe material de segurança. Eu acho até errado a gente passar esse dinheiro para eles, não motiva muito eles produzirem mais, aproveitar mais o lixo. O material de segurança não é obrigação da prefeitura, obrigação é só o repasse por ano. Vai de brinde transporte, vai de brinde material de segurança, quem deveria comprar é a associação. Eles são uma associação então eles que tinham que comprar” (Entrevista Secretaria de Agricultura de Urucânia, 2017).

O gestor ambiental divide seu turno trabalhando na Secretaria e na Usina. Portanto o relacionamento dos catadores com um representante do Poder Público municipal é diário. Por mais que associação tenha uma diretoria todas as decisões passam pelo gestor, ele é uma espécie de “gerente”. Controlar a presença dos catadores, resolver problemas de desavenças internas, pagamentos e admitir associados são exemplos de funções exercidas por ele. Percebe-se que os cargos da diretoria existem para cumprir regimentos, os membros da associação não são atuantes, sendo representados pela figura desse funcionário da Prefeitura.

“Que acontece, a gente deixa eles nomear as pessoas, a gente faz uma votação para selecionar o presidente. Após selecionar o presidente a gente encaixa cada um em cada cargo, tesoureiro, secretário, etc. Porque o principal, claro que todos são importantes, mas é a presidência. Quando eles vão indicar o presidente, eu sugiro para eles o seguinte, pegar aquela pessoa que tem um histórico anterior na associação, porque quando a gente vai participar de qualquer tipo de reunião eles pedem o presidente. A cada 2 anos renova. Ai a gente faz a ata, registra no cartório, todas as reuniões que a gente faz lá, as assembleias é feito ata” (Entrevista Gestor de Meio Ambiente, 2017).

Na ACAMARU existe uma divisão de tarefas, os homens fazem a rotatividade nos serviços considerados pesados: ala de recepção de resíduos, prensa e preparação dos fardos. As mulheres são responsáveis pela triagem dos recicláveis. Após o beneficiamento a equipe é distribuída para fazer a limpeza do pátio e em determinados dias da semana nos cômodos em comum. As reuniões do grupo são feitas mensalmente, geralmente no final do mês, período de venda dos materiais recicláveis. Já com o Poder Público (secretários, prefeito e vereadores) são raras, apenas quando esses representantes os convocam. E mesmo assim, apenas o presidente da associação participa.

Em relação a instrumentos políticos que contemplam a gestão de resíduos o município tem o PMSB e o Conselho Municipal de Resíduo e Saneamento. Devido à estrutura defasada da Prefeitura o grupo não se reúne. Além do mais, poucas ações foram realizadas em detrimento do Plano, as falhas no gerenciamento de resíduos são graves, desde a não realização de atividades de educação ambiental na comunidade até a disposição incorreta dos resíduos. O Poder Público conhece a PNRS, já receberam inúmeras notificações e multas da Funasa pela não adequação à legislação, sendo justificado pelo Secretário pela falta de recursos do município.

“A falha da PNRS começa lá de cima, até os grandes centros não se adequaram. Eu acho que não funciona, aqui para nós eu acho que não funciona, no meu município. Tem hora que acho assim, que falta mais vontade do gestor, do prefeito de ter essa visão sobre o meio ambiente. Assim, o prefeito aqui preocupa, ele não pode ver um papel na rua que ele preocupa com a limpeza da rua. Mas com o funcionamento dos resíduos sólidos, da usina, das instalações, ele não preocupa muito porque aquilo lá não faz política. Eu acho o seguinte, tudo que é lugar eles preocupam muito com o que rende politicamente e resíduo não rende politicamente. Falta vontade. Tem jeito? Tem! Mas falta recurso, sem recurso não tem jeito” (Entrevista Secretaria de Agricultura de Urucânia, 2017).

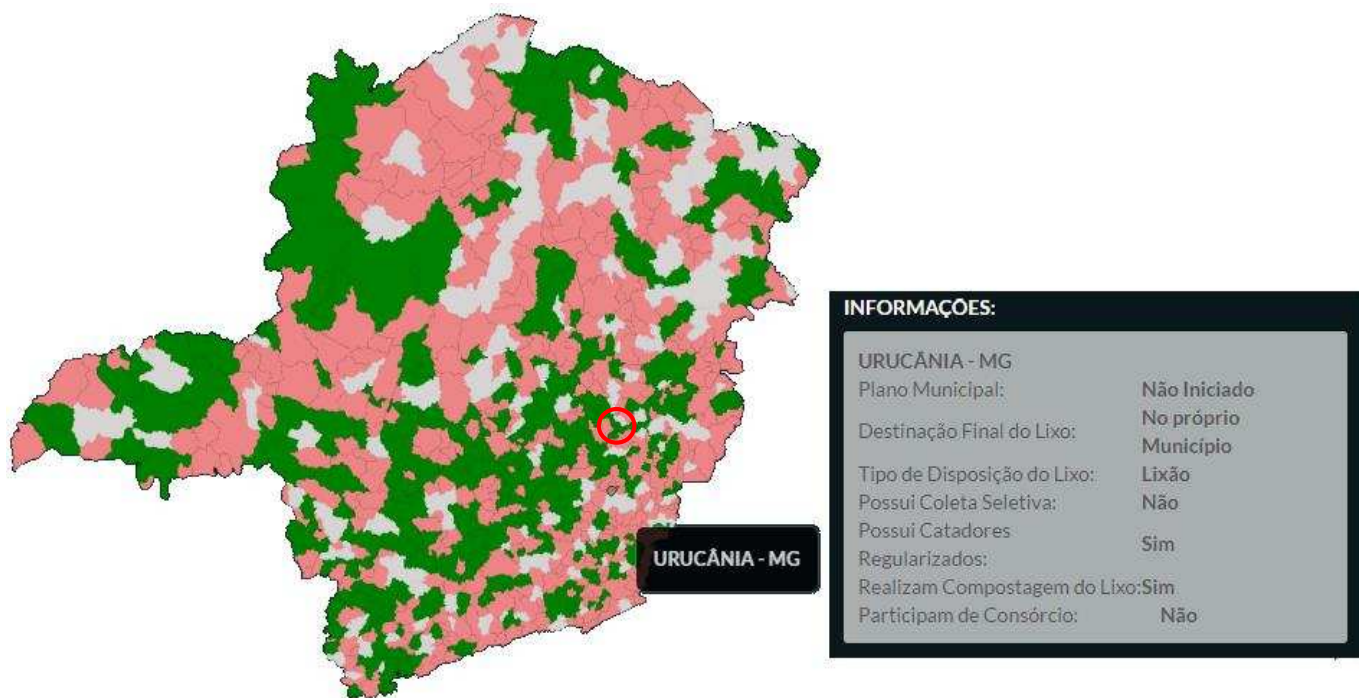
Mesmo com todas essas precariedades, a ACAMARU encontra-se numa situação melhor do que outras organizações da pesquisa, além do repasse da Prefeitura, os catadores acessam o bolsa reciclagem, recebem cestas básicas da Secretaria de Assistência Social e atendimento do Departamento de Saúde. Como eles trabalham em conjunto com gestor de meio ambiente é possível fazer sugestões. A estrutura da Usina foi sugerida pelos catadores, local para tomar banho e refeitório, por exemplo.

“Antes a gente não tinha o jerico, fazia a triagem em um carrinho e jogava na vala. A Prefeitura atendeu, hoje a gente tem o jerico e a carretilha. Quando alguém passa mal aqui, o Departamento de Saúde busca para ser atendidos no PSF. Somos todos vacinados, teve mutirão da febre amarela depois do horário de serviço. O Departamento de Saúde geralmente vem fazer a vacinação. Ano passado tinha uma assistente social que dava apoio, hoje não tem porque estamos no início do ano, transição de cargo, mas tem o local separado para o apoio, a conversa”(Entrevista ACAMARU, 2017).

O conhecimento dos catadores sobre a PNRS é bem superficial não lhes garantindo suporte para recorrem seus direitos frente ao Poder Público. Assim como sobre o funcionamento de um empreendimento coletivo, os princípios de autogestão. Os benefícios foram alcançados pelo suporte do gestor ambiental e inserção no MNCR. Inclusive a ACAMARU foi contemplada recentemente pelo Projeto do Cataforte e vai receber 1 prensa hidráulica, 1 balança digital e 1 elevador de carga. Como também serão oferecidas capacitações para o manuseio dos equipamentos.

De fato, não existe tratamento de resíduos sólidos no município, e pelo que nos foi exposto a realização da coleta seletiva é uma realidade ainda muito distante. “Ah, a coleta é um sonho meu, a gente tem dificuldade na separação do lixo porque vem tudo. Tem muita coisa boa, mas acaba que deixa passar porque ela vem misturada. As pessoas também não tem essa educação de fazer a separação” (Entrevista ACAMARU, 2017).

Figura 29: Mapa e resumo sobre a gestão de resíduos sólidos de Urucânia.



Fonte: Figura adaptada do site "Observatório dos Lixões", 2017.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Podemos tirar algumas conclusões acerca da adequação dos municípios pesquisados à PNRS e da influência e/ou interferência das organizações de catadores na gestão municipal de resíduos sólidos. Primeiramente, é flagrante a falta de experiência das gestões municipais com tal temática, o que dificulta o desenvolvimento de políticas locais que promovam a adequação dos municípios às normas da Lei Federal nº 12.305/10. Pode-se observar que a legislação não é inteiramente seguida, sendo um exemplo disso a ausência de coleta seletiva ou atendimento parcial da população, assim como a não elaboração de políticas locais específicas para o tratamento dos resíduos e sua disposição inadequada (aterros controlados, lixões e valas). Dos municípios pesquisados quatro declararam que possuem programas de coleta seletiva, porém esses programas não cobrem toda a área das cidades, deixando a maioria dos moradores sem acesso a este serviço.

Acredita-se que o início da coleta seletiva nesses municípios está relacionado às medidas de inclusão social e justiça ambiental do Governo Federal, especialmente a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003. No entanto, mesmo antes da aprovação da PNRS, já existiam instrumentos legais, como por exemplo, a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM nº 52/2001, que previa o fechamento dos lixões e determinava um tratamento adequado aos resíduos sólidos, assim como o fim da exposição dos catadores a esses locais; influenciando alguns municípios. O problema do lixo se tornou parte da agendas políticas locais após ganhar reconhecimento como assunto público, através das pressões sociais, principalmente do Movimento Nacional de Catadores (MNCR), sob o governo Federal

Quadro 7: Ano de implantação da coleta seletiva segundo municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim, 2017

Municípios	Ano de Implantação da coleta seletiva
Juiz de Fora	2006
Viçosa	2008
Muriaé	2003
Manhumirim	2007
Urucânia	-

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2017.

As exigências de adequação ambiental cobradas dos municípios em relação aos resíduos sólidos fez com que determinados representantes locais desse início ao fechamento do lixão e iniciassem projetos piloto de coleta seletiva. Porém, existe uma carência muito grande de gestores conscientes e capacitados para gerirem adequadamente os resíduos sólidos urbanos; capazes de concatenarem estratégias que promovam mudanças eficientes e sustentáveis. Além disso, o recurso destinado à essa área é baixo, defasando todo o sistema público de limpeza, principalmente da coleta seletiva, que geralmente fica em segundo plano. O que ficou comprovado na pesquisa de campo é que grande parte da população não tem acesso a esse serviço. Os órgãos responsáveis pelos resíduos dos municípios do quadro acima não conseguem coletar os materiais recicláveis muito além dos bairros centrais, somente aparentando atender à PNRS.

Isso se relaciona estreitamente com o papel delegado aos municípios após a reestruturação neoliberal do Estado, que incentiva a competição entre municípios pelo investimento privado. Necessitando do capital empresarial para complementar seus orçamentos, a guerra fiscal faz com que os municípios passem a conceder benefícios às empresas para atraírem investimentos. Essa disputa levou as cidades que não conseguiram atrair os olhares do empresariado a uma situação financeira muito complicada, pois possuem inúmeras responsabilidades, como o cumprimento da

PNRS, mas não contam com as ferramentas nem com orçamento necessário para cumpri-las.

Na PNRS o aterro sanitário é citado como a opção menos agressiva ao meio ambiente, desde que os resíduos recicláveis sejam separados na fonte geradora e destinados preferencialmente às usinas de triagem ocupadas pelos catadores, incluindo-os no gerenciamento de resíduos. Apenas 3 municípios realizam a disposição de resíduos de acordo com a Lei, porém foram vistos materiais recicláveis na área de aterro, o que relaciona-se à baixa adesão da população à coleta seletiva e/ou a deficiência do serviço de coleta e limpeza.

Quadro 8: Ano de implantação de aterros sanitários segundo municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, 2017.

Municípios	Ano de Implantação de aterros sanitários
Juiz de Fora	2010
Viçosa	2014
Muriaé	2014
Manhumirim	-
Urucânia	-

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2017.

Os aterros sanitários destas cidades foram construídos posteriormente à PNRS. Percebe-se que as prefeituras têm maior preocupação com a questão do aterro, para não receberem altas multas em caso de irregularidade, mesmo que tenham um alto custo de implantação e manutenção. Certamente, se a coleta seletiva e a educação ambiental fossem prioridade, os gastos com a manutenção dos aterros sanitários seriam bem inferiores, pois quanto menor o número de resíduos nessa área também menor o gasto em mantê-la regular, o que reflete o desconhecimento dos

gestores sobre esse tema. Além do mais, a coleta seletiva faz com que os aterros sanitários tenham sua vida útil prolongada.

Percebe-se que apenas os municípios (Manhumirim e Urucânia), que possuem orçamentos públicos menores em razão do baixo número de habitantes, não conseguiram substituir seus lixões, criando condições de trabalho insalubres para os catadores que fazem a triagem dos resíduos misturados aos rejeitos ou que trabalham na mesma área de disposição desse material. A realização de consórcios regionais seria uma alternativa à esse problema de escassez de recursos, mas essa ainda é uma ação pouco aplicada nos municípios brasileiros.

Sobre os planos locais de resíduos sólidos, quatro órgãos públicos disseram obter o Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, porém este abrange diversas esferas. De acordo com a PNRS é necessário um plano específico que trate o gerenciamento de resíduos sólidos. Manhumirim é o único município que possui o PGIRS, mesmo com sua limitação orçamentária e técnica.

Quadro 9: Planos de resíduos sólidos nos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia 2017.

Municípios	PMSB	PMIGRS
Juiz de Fora	X	
Viçosa	X	
Muriaé		
Manhumirim	X	X
Urucânia	X	

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2017.

A elaboração Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) como primeiro passo para adequação à PNRS tem se tornado um fator impeditivo de seu cumprimento, já que sua elaboração é um pré-requisito para acesso aos recursos federais que poderiam subsidiá-lo. Portanto, não se pode atribuir a culpa

pelo descumprimento da legislação exclusivamente na esfera municipal levando-se em conta a escassez de recursos nesse nível da administração pública.

“O controle externo exercido é apenas no sentido de exigir e fiscalizar o cumprimento da lei, sem, contudo, analisar no caso concreto, de acordo com as especificidades de cada região, a possibilidade de sua execução pelo ente municipal, especialmente os de pequeno porte” (BEZERRA; BEZERRA, 2015).

Embora o gerenciamento dos resíduos seja responsabilidade dos municípios, a falta de afinidade com esse planejamento afeta a prestação desse serviço público como um todo, principalmente a inclusão produtiva dos catadores. Essas falhas administrativas limitam o apoio às organizações, que ficam sem o aporte financeiro, tornando a regulamentação municipal e a contração das associações e cooperativas uma realidade distante.

Como abordado no capítulo anterior, a contratação formal gera efeitos bastante positivos para administradores locais e empreendimentos de catadores. O primeiro minimiza gastos, pois os valores desses contratos são relativamente baixos comparados a outras políticas municipais e a contratação de empresas para terceirização da coleta seletiva. Já o segundo grupo ganharia com a estabilidade financeira e jurídica para executar o serviço que já possuem experiência. Além do mais, esse investimento levaria a um comprometimento e planejamento maior dos catadores para cumprirem com os acordos estabelecidos via contratação.

Outro ponto crucial da análise se refere ao público que forma os grupos que trabalham na triagem e catação de materiais recicláveis. Esses trabalhadores são provenientes de uma situação social precária, fazem parte de um segmento de excluídos das ações modernizadoras do modelo capitalista constituído no Brasil. E isso é sintomático também em suas organizações. Todos os empreendimentos coletivos da pesquisa compartilhavam essas características, constituídos por pessoas com poucas oportunidades de estudo e emprego, confirmando o que Magera (2003) e Miura (2004) colocam como requisitos bloqueadores de condição laboral estável e possuidora de garantias sociais. A marginalização sofrida por esses indivíduos leva-os a aceitar qualquer condição de trabalho, desde que lhes garantam uma renda mínima para sobrevivência, afetando até mesmo sua capacidade de promover uma ação coletiva para conquistar melhorias em sua categoria.

Grande parte das organizações de catadores entrevistada informou que a arrecadação mensal não chega a 1 salário mínimo por mês. Suas condições de trabalho são sub-humanas, além de enfrentarem extensas jornadas de trabalho, colocam em risco sua segurança e saúde.

Quadro 10: Valor médio da arrecadação, segundo as organizações de catadores dos municípios de Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia, 2017.

Municípios	Organizações de Catadores	Arrecadação mensal
Juiz de Fora	ASCAJUF	Mais de 1 a 2 s.m
	APARES	Até 1 s.m
	ALICER	Até 1 s.m
Viçosa	ACAMARE	Até 1 s.m
	ACAT	Até 1 s.m
Muriaé	ASMAN	Até 1 s.m
	ASCAMARE	Até 1 s.m
Manhumirim	AGUAPÉ	Mais de 1 a 2 s.m
Urucânia	ACAMARU	Até 1 s.m

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração da autora, 2017.

Diante do exposto, percebe-se que a inclusão dos catadores na dinâmica do mercado da reciclagem é perversa, pois mesmo exercendo grande parte do serviço de beneficiamento dos resíduos e sendo a base da pirâmide da reciclagem, já que é seu segmento mais numeroso, estes possuem a menor remuneração. Já os atravessadores e as indústrias, que ocupariam respectivamente o setor intermediário e o topo da pirâmide ficam com a maior parte do lucro. Os catadores não recebem pelo trabalho prestado, sua renda é proveniente apenas da venda dos recicláveis, que usualmente não lhes garante um valor digno, literalmente abaixo do mínimo estipulado em lei. Isso perpetua a precarização da categoria e de sua vulnerabilidade social, afetando suas organizações. Isso faz com que permaneçam sem oportunidades de ascensão social.

A formação dos grupos de catadores analisados se deu de duas maneiras. Havia grupos que se formaram no lixão e outros que se originaram de catadores que transitavam nas ruas das cidades fazendo a catação dos recicláveis, compondo o extenso quadro de trabalhadores informais surgidos no Brasil no início da década de 1990. Somente nos anos 2000 que ocorre a formalização dos empreendimentos, através da ajuda de instituições de educação, religiosas e prefeituras.

Quadro 11: Ano de formalização das organizações de catadores segundo municípios, Juiz de Fora, Muriaé, Viçosa, Manhumirim, Urucânia, 2017

Municípios	Organizações de Catadores	Ano de Registro
Juiz de Fora	ASCAJUF	2008
	APARES	2000
	ALICER	2011
Viçosa	ACAMARE	2008
	ACAT	2005
Muriaé	ASMAN	2003
	ASCAMARE	2006
Manhumirim	AGUAPÉ	2007
Urucânia	ACAMARU	2005

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2017.

A vulnerabilidade social das organizações também se reflete nas relações com os órgãos públicos, que muitas vezes não chegam nem mesmo a fornecer condições razoáveis para promoção da coleta seletiva e não buscam diminuir as barreiras simbólicas que existem para a participação dos catadores na gestão dos resíduos. Fato que pode ser comprovado nas entrevistas quando os catadores dizem ter dificuldade em expressarem suas necessidades e de realizarem cobranças nas sessões públicas, impossibilitando de imediato a concretização de alguma ação coletiva pensada no interior das associações.

Com o intuito de entender a relação entre os catadores, os legislativos e executivos locais, foram feitas perguntas sobre o planejamento de reuniões entre os envolvidos nos sistemas de coleta seletiva das cidades pesquisadas. Das 9 organizações, 7 declararam participar de reuniões, mas essas acontecem sem periodicidade. Alguns catadores relataram que não são atendidos prontamente e têm que aguardar a disponibilidade dos agentes públicos sem nenhuma comunicação, já que estes em muitas ocasiões estão em funções não relacionadas à coleta seletiva, inviabilizando essas conversas onde demandariam melhorias na área.

Pode-se notar uma falta de envolvimento e de ações eficazes dos representantes políticos das cidades em relação aos problemas da gestão dos resíduos. Nas entrevistas foi colocado pelos representantes das Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura de Manhumirim e Urucânia que há falta de interesse dos prefeitos em resolver esses problemas, pois consideram ações dessa temática como politicamente inviáveis comparadas às obras públicas, por exemplo, que são vistas como garantia de votos para no período eleitoral. Essa preferência das administrações deve-se em grande parte à questão da sobrevivência política em meio a um cenário de dificuldades orçamentárias. Segundo Bredariol (2017), desde a reestruturação produtiva dos anos 1990, a Guerra dos lugares / Guerra Fiscal vem limitando as possibilidades de ação das prefeituras, pois estas teriam se tornado reféns dos investidores privados. Em relação a este fenômeno o autor salienta:

Prática comum de chantagens e pressão sobre governos, inicialmente relacionada à indústria automotiva, a Guerra dos Lugares/ Guerra Fiscal se tornou hábito entre todo tipo de empresa, em especial as de alcance global, interessadas apenas em defender seus interesses frente ao capital. Pressão a fim de alcançarem benefícios como renúncia fiscal, oferta de terrenos e construção de infraestruturas, tal prática vem acompanhada pelo discurso de incremento na geração de emprego e renda, situações que nem sempre ocorrem. Aumentase sim, a arrecadação municipal e o lucro das empresas, fatos que, na maioria dos casos, não refletem em melhorias e desenvolvimento socioeconômico para a população. (BREDARIOL, 2017, p. 77)

Dessa forma, o desenvolvimento social e ambiental fica em segundo plano. A arrecadação da administração municipal foi atrelada ao lucro empresarial, fazendo com que as prefeituras organizem seus esforços basicamente em torno da sustentação do poder e prejudiquem a implantação da PNRS.

Outra análise que pode ser realizada é que a gestão de resíduos desses municípios é feita de cima para baixo, sem a participação dos catadores. Com exceção de Manhumirim, que apesar das dificuldades e do atendimento parcial da PNRS, insere os catadores no planejamento da coleta seletiva juntos à Secretaria de Meio Ambiente. Neste município o coletivo de catadores tem maior poder de influência nas decisões políticas referentes aos resíduos. Já no restante (Juiz de Fora, Muriaé, Viçosa e Urucânia) das cidades não existe uma parceria entre as organizações de catadores e os Poderes Públicos. Pode-se inferir que o apoio do Poder Público a esses empreendimentos coletivos em decorrência das obrigações municipais pauta-se mais por uma política assistencialista e não por uma inclusão verdadeira, que reconhece a importância do trabalho dos catadores na dinâmica dos resíduos recicláveis. “O importante é que os catadores sejam valorizados, através de treinamentos, capacitações e programas de inclusão social, de maneira que alcance, em médio prazo, a autogestão de suas organizações” (GABIALTE, 2012, p.08). .

O catador é uma mão de obra barata para as prefeituras, seu trabalho se torna extremamente rentável para o município, uma vez que eles são super explorados e submetidos a péssimas condições laborais. A maioria das organizações pesquisadas recebe apoio por meio de fornecimento de EPI's, cessão de uso das usinas e galpões, custeio das contas de energia e água, manutenção dos maquinários. Outras formas de sufrágio são as políticas setoriais como: fornecimento de cestas básicas, atendimento médico, psicológico, entre outros. A cooperativa Agupapé e a associação ACAMARU, são as únicas organizações contratadas pelo poder público, como orienta a PNRS, e apenas elas têm seus direitos de aposentadoria garantidos através da contribuição à previdência social.

Além de o apoio ser insuficiente para viabilizar esses empreendimentos coletivos e garantir um bom funcionamento da coleta seletiva, as prefeituras também trabalham pouco com medidas que visem a incluir a população na dinâmica da reciclagem. Os responsáveis locais dizem já ter realizado ações educativas com a população de sua cidade, porém não é algo constante. Isso afeta a qualidade do material que chega aos catadores, pois muitas vezes os resíduos estão misturados e/ou contaminados, tornando sua triagem insalubre e/ou inviável. Fica

evidente a relação de dependência entre as associações e cooperativas e as prefeituras, colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e subordinação, impedindo-as de demandar algo efetivamente positivo na estrutura da coleta seletiva. Esta condição de reféns das organizações de catadores limita seu poder em empreender maiores transformações no cenário político, ambiental e socioeconômico do município.

Neste cenário de pouco suporte local em que realizam a catação e triagem dos recicláveis, os catadores da pesquisa em sua maioria dizem conhecer coletivos mais abrangentes, no entanto não se envolvem muito. O que conseqüentemente, afeta a formação desses trabalhadores em relação aos princípios da economia solidaria (autogestão, democracia, solidariedade e cooperação) alternativa de organização de trabalho que rege esses tipos de empreendimentos coletivos.

O Movimento Nacional de Catadores (MNCR) atua na política e vai além da catação, pois busca a valorização do trabalho dos catadores e garantias de direitos a sua categoria, como por exemplo, o acesso às políticas públicas: “Bolsa Família” e “Bolsa Reciclagem”. De acordo com Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), dos 49.181 catadores cadastrados no CadÚnico⁴³, 31.078 recebem algum benefício social (MDS, 2015).

A “Bolsa Reciclagem” tem um processo bastante burocrático, o que dificulta o acesso das organizações de catadores. Normalmente, é necessário algum apoio técnico e/ou intermediação com o Poder Público. Além do mais, muitos catadores desconhecem a existência dessa política pública, fato verificado em algumas das organizações pesquisadas. Por ficarem muitas vezes isolados no local de trabalho, desconhecem as disputas e trâmites que dizem respeito a atividade que desenvolve. Somente 4 associações (ASCAJUF, APARES, AGUAPÉ e ACAMARU) participam das ações do MNCR. Os representantes dessas organizações percebem que essa participação tem um fator positivo e que pode gerar bons frutos à classe dos catadores, mesmo os que ainda não conseguiram nenhum benefício das políticas específicas citadas. Além do pouco acesso à informação, existem outros fatores que

⁴³ Instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda do Brasil, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica de sua população.

impedem essa conquista, como por exemplo, a ausência de documentação das cooperativas e associações.

Quadro 12: Organizações de catadores dos municípios, Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia que possuem “Bolsa Reciclagem”, 2017.

Municípios	Organizações de Catadores	Bolsa Reciclagem
Juiz de Fora	ASCAJUF	-
	APARES	X
	ALICER	-
Viçosa	ACAMARE	X
	ACAT	-
Muriaé	ASMAN	-
	ASCAMARE	X
Manhumirim	AGUAPÉ	X
Urucânia	ACAMARU	X

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração própria, 2017.

É recorrente também o conhecimento superficial dos catadores sobre os deveres do Poder Público diante da PNRS. Tal fato mina a capacidade de aparelhamento das organizações em diversos níveis. Com pouco apoio municipal e realizando um serviço público de contrapartida escassa, a atuação contínua na arena política é muito difícil para esses trabalhadores que procuram, na maioria das vezes, apenas o retorno financeiro imediato. A rotina desses trabalhadores é tão desgastante e desvalorizada (economicamente e socialmente) que o tempo fora do trabalho com a reciclagem muitas vezes é utilizado para exercerem outras funções, afazeres domésticos ou “bicos⁴⁴” para aumentarem a renda (garçons, faxineira, cozinheira, etc), não sobrando tempo e nem motivação para se atualizarem ou participarem dos debates que podem lhes favorecer.

⁴⁴ Atividades extras realizadas por indivíduos que normalmente possuem baixa renda.

A presença dos catadores em associações e cooperativas não garante a formação de uma identidade coletiva. A situação de baixa escolaridade e a falta de informações muitas vezes inviabiliza a percepção dos papéis dentro de um empreendimento coletivo, gerando uma desarticulação dentro do grupo. Pode-se observar essa situação na organização do trabalho de algumas associações, principalmente as que trabalham com o método de produção, gerando certa concorrência entre os catadores. Essa situação de perda das referências de grupo se reflete no desenvolvimento social e econômico do coletivo. Um fator que demonstra essa relação é o pagamento do INSS apenas por duas das organizações entrevistadas (AGUAPÉ e ACAMARU).

O tamanho das cidades também é decisivo quanto à capacidade de atuação das organizações em âmbito municipal. Quanto maior a cidade, maior também o número de catadores e organizações, mas isso não quer dizer que o atendimento a PNRS e inclusão desses trabalhadores seja mais efetivo, já que a administração se torna mais complexa. Juiz de Fora, Muriaé e Viçosa possuem mais de uma organização com dinâmicas diversas de trabalho, mas apenas uma associação de cada cidade (ASCAJUF, ASMAN e ACAMARE) é beneficiada com a coleta dos recicláveis realizada pelos órgãos gestores (DEMLURB, DENSUR e SAAE), demonstrando desigualdade no tratamento dos coletivos. A concentração de investimentos em apenas uma organização é utilizada como estratégia do Poder Público local para controlar melhor a situação, uma vez que esta lhe deve uma espécie de retribuição, limitando assim sua autonomia. Há um distanciamento maior entre o Poder Público municipal e as organizações que não estão inseridas no espaço de trabalho gerido por essas autarquias, sendo alijadas ainda mais das decisões políticas. Já as cidades menores (Manhumirim e Urucânia) têm apenas uma organização de catadores. Elas são contratadas pelo poder público, como orienta a PNRS, e são também as únicas que têm seu direito à previdência garantido. A contrapartida recebida pelos associados não contratados é advinda apenas da venda dos materiais, mesmo realizando todo o serviço de beneficiamento dos recicláveis, caracterizando uma situação exploratória por parte do poder público.

Dentre todas as associações pesquisadas o coletivo da cooperativa Agupapé de Manhumirim se mostra mais consciente em relação aos princípios de um empreendimento autogestionário, através de sua organização social e econômica alcançou grandes benefícios, como: uma boa estrutura da usina, melhor renda média, acesso às políticas de reciclagem, premiação do programa Pró Catador, inserção no MNCR, contrato com Poder Público e direito de aposentadoria garantido. Porém percebeu-se nesta pesquisa que as dificuldades de todos os grupos são semelhantes. Há muitas fragilidades em todas as organizações e os investimentos para essa classe trabalhadora são mínimos. Além dos mais, as prefeituras trabalham muito pouco com medidas educativas para promover uma sensibilização na comunidade acerca da importância do trabalho dos catadores e da reciclagem, afetando negativamente a qualidade do serviço de coleta seletiva e a visibilidade do trabalho das organizações de catadores.

Há uma maior inclinação das prefeituras a se adequarem às normas instituídas pela PNRS a partir do momento em que são aplicadas punições, do contrário, há pouco diálogo entre o Poder Público e as organizações de catadores. No entanto as punições devem vir acompanhadas de condições financeiras e de pessoal para cumprimento das regras. Outro ponto merecedor de atenção são os dados disponibilizados pelas prefeituras ao SINIR, que apontam que as cidades pesquisadas possuem mais de um terço de suas áreas com acesso à coleta seletiva, sendo que não há nenhum sinal que confirme esse cenário. Não existe uma construção de um objetivo comum e nem de uma parceria para a realização do serviço público entre os atores da pesquisa, e sim uma relação de subserviência dos catadores, que dificulta a orientação pelos princípios da economia solidária nas associações. Dessa forma, é praticamente inexecutável um modelo de gestão onde os coletivos de catadores tenham uma participação efetiva na gestão dos resíduos sólidos, como idealizado na PNRS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a análise realizada nesta pesquisa acerca do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pelo Poder Público dos municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé, Manhumirim e Urucânia) e a influência das organizações de catadores na gestão de resíduos, podemos dizer que houve poucos avanços no tratamento dado aos resíduos sólidos. Foram observadas inúmeras deficiências na gestão dos órgãos responsáveis pelos resíduos, principalmente em relação à dinâmica da coleta seletiva e a inclusão das organizações de catadores nesse serviço de limpeza urbana, deixando muitas lacunas da PNRS em aberto.

É necessário destacar que houve uma melhora na integração dos catadores na sociedade, em comparação com o mais alto grau de exclusão e precariedade do trabalho vivenciado por eles ao longo do período de liberalização econômica. Porém, em muitos aspectos o serviço prestado por essa classe trabalhadora ainda é desvalorizado, principalmente pelos responsáveis pelo tema da coleta seletiva e da reciclagem na esfera pública. Esses gestores geralmente não veem os catadores como agentes importantes para a efetivação das políticas locais de resíduos, perdendo um enorme atalho para a construção de um modelo de desenvolvimento urbano sustentável, que deve ser pensado em diversas esferas, como: ambiental, política, econômica, tecnológica e social.

A Lei Federal nº. 12.305/10 determina que prefeituras municipais brasileiras devam realizar a coleta seletiva e se responsabilizarem pela disposição final dos resíduos sólidos, dando preferência à contratação de associações ou cooperativas para realizarem tais serviços, no entanto seu texto deixa uma lacuna. Ao ser colocada apenas como preferencial, a contratação de um empreendimento coletivo formado por catadores não é obrigatória. Não há critério ou roteiro de ações pré-definido para integrar esses trabalhadores à cadeia produtiva da reciclagem do município integrá-los de forma precária, como foi verificado nos municípios pesquisados.

O prazo concedido para a adequação à PNRS se encerrou em 2014, mas mesmo assim os municípios mineiros do recorte do estudo estão inadimplentes por alguns motivos, como: ausência de coleta seletiva (Urucânia) ou atendimento de uma parcela mínima da população (Juiz de Fora, Viçosa, Muriaé e Manhumirim); realização da disposição inadequada dos resíduos recicláveis na área de aterro (Juiz de Fora, Viçosa e Muriaé) ou presença de lixões a céu aberto (Manhumirim e Urucânia); inexistência de planos específicos de resíduos (exceto Manhumirim) e inclusão parcial e/ou precária das organizações de catadores. Como foi exposto no capítulo “Análise e Discussão”, quando os municípios possuem mais de uma organização de catadores, apenas uma delas é beneficiada com a coleta seletiva, não sobrando quaisquer benefícios para as demais. Isso leva a uma situação de subordinação e dependência das organizações de catadores em relação ao Poder Público Municipal. Existem dois tipos de sentimentos referentes a essa situação: receio de perderem a estabilidade proporcionada pelos benefícios conquistados (organizações com vínculo laboral) ou a expectativa de conquistar alguma benfeitoria (organizações que não possuem vínculo formal com a Prefeitura), já que a renda dos catadores é baixa não recebem pelo serviço prestado à sociedade.

Durante a pesquisa foi possível analisar inúmeros obstáculos que influenciam negativamente a efetivação de um planejamento urbano de resíduos sólidos eficaz, sendo os principais: a escassez de recursos para a realização do tratamento dos resíduos, pois em geral essa área não é prioridade dos gestores públicos, assim como a ausência de profissionais qualificados para atuarem nas cidades. Além do mais, a gestão de resíduos sólidos envolve uma série de atores que não dialogam e possuem interesses distintos, gerando uma gestão política hierarquizada, construída de cima para baixo e sem a participação dos catadores. Outro fator que interferiu na formação do atual cenário de descumprimento da PNRS é a perda de força política do Governo Federal. Lançada no fim do segundo mandato do presidente Lula, a PNRS dependia da articulação do Executivo Federal com estados e municípios. Com forte influência da crise econômica mundial de 2008 e dos escândalos de corrupção descobertos na Petrobrás, o primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff entrou também numa profunda crise política, prejudicando diversas alianças que facilitariam o cumprimento

da PNRS pelas prefeituras. O governo da Presidenta Dilma também sofreu com o agravamento das tensões distributivas características dos governos do PT, o que levou à ruptura da coalizão político-empresarial que dava suporte à governabilidade (PINHO, p. 95, 2016).

Dessa forma, vislumbra-se que as organizações locais de catadores possuem pouca força política para incluir suas demandas na agenda política para que futuramente possam se tornar políticas públicas de gestão de resíduos. Sua situação de exclusão social e falta de conhecimento acerca das disputas políticas que envolvem o setor da reciclagem enfraquece sua ação coletiva. Além do mais, as associações e cooperativas de catadores são carentes de apoio técnico. Tal fato mina a capacidade produtiva e organizativa das mesmas em diversas etapas, sendo o principal gargalo para atuação na defesa de seus direitos, já que é necessário maior organização e envolvimento dos trabalhadores na gestão do empreendimento, o que quase sempre só se concretiza com assessoria externa.

É necessário o reconhecimento progressivo, por vias institucionais, das demandas desses trabalhadores da reciclagem. Assim como é urgente a necessidade da inclusão sistemática dos mesmos em todas as esferas administrativas dos resíduos, para a reformulação da percepção do poder público da necessidade do gerenciamento compartilhado.

Concluindo, ainda há muito que ser feito para a efetivação da PNRS, pois esta foi implementada sem que as condições primárias fossem verificadas, desde a organização dos catadores às estruturas municipais responsáveis. Assim, por mais que os trabalhadores da reciclagem se esforcem, a ação coletiva dos mesmos consegue no máximo algumas benfeitorias para o próprio coletivo isoladamente, não surtindo efeito sobre a PNRS como um todo. Para uma implantação adequada da PNRS é necessária maior coesão entre os atores envolvidos em todos os níveis, principalmente no municipal, sustentando a realidade estadual e nacional conseqüentemente.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2015.

Associação Brasileira de empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos Brasil. ABRELPE, São Paulo, 2016.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. Revista brasileira de ciências sociais, v. 13, n. 37, p. 5-31, 1998.

ARAÚJO, de Silvia Maria. Ação coletiva: equívocos interpretativos. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis, v. 3, n. 1, p. 1-8, 2008.

ARAÚJO, Janaína; TEIXEIRA, João Carlos; PAGANINE, Joseana; GUEDES, Sylvio. Revista em Discussão. Ano 5, Nº 22; setembro de 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/residuos-solidos#INDICE>> Acesso: 18/07/2017.

AUYERO, J. From the Client's Point(s) of View: how poor people perceive and evaluate political clientelism. Theory and Society, 28 :197-33, 1999.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. The Values of Solidarity Economy. Sociologias, n. 21, p. 282-317, 2009.

BAPTISTA, Vinícius F. Liberdade pelo trabalho ou trabalho pela liberdade? O caso dos catadores de materiais recicláveis. In: Revista Brasileira de Políticas Públicas. Vol. 03, nº 1. Jun. 2013. Pp: 01-11

BARBARA, Maristela Miranda. Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador. Psicologia: ciência e profissão, v. 19, n. 1, p. 30-49, 1999.

BARBOSA, Livia. Sociedade de consumo. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAREMBLITT, Gregório. Compêndio de análise institucional e outras correntes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

BECKER, Howard S. Métodos Pesquisa em Ciências Sociais. 3º edição. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BENTLEY, Arthur. The Process of Government. 1ª edição. Evanston. Ill.: Principia Press. 1949.

BESEN, Gina Rizpah. Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

BEZERRA, F.C.B; BEZERRA, A.K.L. O pequeno município pós-Constituição de 1988 e as limitações de gestão impostas pelo controle externo: dificuldades em implementar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Novembro, 2015.

BOGDAN, Robert C. et al. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. 1994.

BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 67, jun. 2008.

BRAGA, José Carlos S. e MAZZUCHELLI, Frederico. Notas introdutórias ao capitalismo monopolista. Revista de Economia Política, 1981, vol. 1, n.2, p. 57-65, abr.-jun. (www.rep.org.br).

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. Revista Crítica de ciências sociais, n. 103, p. 25-52, 2014.

BREDARIOL, Márcio Adriano. O local subordinado ao global: reflexos da guerra dos lugares/guerra fiscal na região metropolitana de Campinas (SP). Cerrados, v. 15, n. 1, p. 77-97, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. e GALA, P. "Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e novo-desenvolvimentismo" Revista de la Cepal, n.100,2010.

BROLLO, M.J; SILVA, M.M. Política e gestão ambiental em resíduos sólidos. Revisão e análise sobre a atual situação no Brasil. In: 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária Ambiental, João Pessoa, Paraíba, ABES, 2001.

BRUM, Argemiro. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

BURGOS, Rosalina. Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. Economia e sociedade, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CALDERONI, S. Os bilhões perdidos no lixo. São Paulo, Humanitas, 2a ed., 1998.

CARMO, Maria. S. F. A problematização do lixo dos catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana. Tese defendida no

Programa de Pós-Graduação em Administração. FGB-EBAP. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CASTANHEIRA, M. Maria Eugênia; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. Revista katálysis, v. 11, n. 1, 2008.

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Paz e terra, 1999.

CASTRIOTA, L. B.(org.). Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte. C/Arte,p.204, 2003.

CLARKE, S. Crise do fordismo ou crise da socialdemocracia? Revista Lua Nova, n. 24, set. 1991.

COSTA, Edmilson Rodrigues da. Uma visão comentada sobre a lei da PNRS. Disponível em:<<http://www.revistapetrus.com.br/uma-visao-comentadasobre-a-lei-da-pnrs/>>. Acesso em: 02/04/2017.

COSTA, Márcia da Silva. Informal labor: a basic structural problem in the understanding of inequalities in Brazilian society. Caderno CRH, v. 23, n. 58, p. 171-190, 2010.

DANNER, Leno Francisco. Habermas ea ideia de continuidade reflexiva do projeto de Estado de bem-estar social. Análise Social, p. 568-597, 2014.

DAUSTER, T. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. Revista Educação/PUC-Rio, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (orgs). O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens; tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DE FÁTIMA NUNESMAIA, Maria. A gestão de resíduos urbanos e suas limitações. Revista Baiana de Tecnologia–SSA, v. 17, n. 1, p. 120-129, 2002.

DYE, James E.; BAUMGARDNER, Darrel. Evaluation of the forward scattering spectrometer probe. Part I: Electronic and optical studies. Journal of Atmospheric and Oceanic Technology, v. 1, n. 4, p. 329-344, 1984.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. Cadernos de pesquisa, v. 115, n. 1, p. 139-54, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. Boitempo Editorial, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década. Revista Brasileira de Educação, v.16, nº46, jan. 2011.

GALBIATI, Adriana Farina. O gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem. 2012.

GODOY, Lucia Camilo. A logística na destinação do lodo de esgoto. Revista Científica on-line-Tecnologia, Gestão e Humanismo, v. 2, n. 1, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

GRIMBERG, Elisabeth. A Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia. Rememorando trajetórias da professora-alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissional. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1997

HARVEY, David. Class structure in a capitalistic society and the theory of residential differentiation. In: PEEL, P., CHISOLM, M. & HAGGET, P., orgs. Processes in physical and human geography. London, Heinemann, 1975.

HARVEY, DAVID. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. Revista latinoamericana de estudios del trabajo, v. 4, n. 7, p. 5-27, 1996.

HOUCH, P. R. (presidente). Como salvar o planeta? Projetos escolares, O lixo na escola. Editora On Line, Ano I, n. 1, p.23, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008. Rio de Janeiro, 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea, 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Pesquisa sobre pagamentos por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizáveis. Brasil, Ipea, 2013.

JAQUETTO, B.C. P; GOES, F.L. Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional. Ipea. Brasília, 2016.

JARDIM, Nilza S; WELLS, Chrstopher (coords.). Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: CEMPRE, 1995.

JUNIOR, Atilio Marchesini. A Produção E O Consumo Do Espaço Na Atual “Sociedade Do Consumo”. Para Onde!?, v. 4, n. 1, 2010.

LAKATOS, Eva M. MARCONI; EVA, MARCONI. Marina de A. Metodologia científica. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LARANJEIRA, Sônia Maria Guimarães. As transformações do trabalho num mundo globalizado. Sociologias, n. 4, p. 14-19, 2000.

LEITE, P. R. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2009.

LIMA, C. D. Reestruturação Produtiva sob a forma da Produção Flexível: forma extrema de Revolução Passiva. Multi-Science Journal, v. 1, n. 2, p. 34-44, 2015.

LIMA E SILVA, P. P. (et al.). Dicionário brasileiro de Ciências Ambientais. Rio de Janeiro: Thex Ed, 1999.

LOPES, L. Gestão e Gerenciamento Integrados dos Resíduos Sólidos Urbanos – Alternativas para pequenos municípios. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos Sociais no Brasil. In: PINSK, Jaime; PINSK, CARLA Bassanezi (orgs). História da Cidadania. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGERA, M. Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: Átomo, 2003.

MANCE, Euclides André. A universidade em questão: o conhecimento como mediação da cidadania e como instrumento do capital. Aula inaugural do Curso de Filosofia do IFIBE, Passo Fundo, 1999.

MANZINI, Eduardo. J. A entrevista na pesquisa social. Revista Didática, São Paulo, vol. 26/27, 1990/1991. Pp.: 149-58.

LIMA, Rômulo André. Trabalho, alienação e fetichismo: categorias para a compreensão marxiana do Estado e do político. Revista Brasileira de Ciência Política, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 7-42.

MATOSSO, Jorge Eduardo Levi. Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JUNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre Luiz. (Org.). Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho. Curitiba, PR: IBEJ, 1998. p. 39-49.

MEDEIROS, L.; MACEDO, K. “Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?” Em Psicologia & Sociedade; 18 (2): 62-71; mai/ago. 2006.

MINAYO, MC de S. Fase exploratória da pesquisa. MINAYO, MC de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde, v. 8, p. 89-104, 1996.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. Apoiando a Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Do Nacional ao Local. Brasília- DF, 2012.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. Revista brasileira de ciências sociais, v. 15, n. 42, p. 55-71, 2000.

MONTEIRO CASTANHEIRA, Maria Eugênia; PEREIRA, José Roberto. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. Revista katálysis, v. 11, n. 1, 2008.

MOURA, A.M.M; SANTANA, F.S. Evolução dos gastos ambientais federais no Brasil. Revista Desafios do Desenvolvimento – SBS. Ano 12. Ed.86 - 28/03/2016.

NEGRÃO, J.J de Oliveira. O governo FHC e o neoliberalismo. Lutas Sociais. ISSN 1415-854X, n. 1, p. 103-112, 2004.

NOGUEIRA, M. A. As Possibilidades da Política, São Paulo, Paz e Terra, 1998.

NORRIS, Dabla; KOCHHAR, Kalpana; SUPHAPHIPHAT, Nujin; RICKA, Frantisek; TSOUNTA, Evridiki. Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective. INTERNATIONAL MONETARY FUND, JUNE 2015.

OLIVEIRA SANTOS, Gemelle; FERREIRA DA SILVA, Luiz Fernando. Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, v. 16, n. 8, 2011.

OLIVEIRA, T.B. & GALVÃO JUNIOR, A.C. (2014) Planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos. In: TONETO JUNIOR, R.; SAIANI, C.C.S.; DOURADO, J. (Org.) Resíduos Sólidos no Brasil: oportunidades e desafios da Lei Federal nº 12.305 (Lei de Resíduos Sólidos). 1º ed. São Paulo: Manole. p.173-216, 2010.

ORTIGOZA, S. Aparecida Guarnieri; CORTEZ, Ana Tereza C. Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano. 2009.

ORTIGOZA, S. Aparecida. MetrÓpole como espaço-sedutor no mundo do consumo: os exemplos de São Paulo e Dubai. In: 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável, 2010.

PADILHA, Valquíria. Shopping Center. A catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). Tese de Doutorado, 2011.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. American Journal of Community Psychology. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79, 1995.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e Declínio do Governo Dilma Rousseff à Luz das Capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento (RBPO), v. 6, n. 1, 2016.

PINTO, de P. Tarcísio; LARA, A, Luiz; SILVA, A, Augusto; GOMES, G, Maria Stella. Guia para elaboração do Plano de Gestão de Resíduo Sólidos. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Brasília- DF, 2011.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Cortez, 2005.

QUADROS, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. Economia e Sociedade, v. 12, n. 1, p. 109-135, 2003.

QUARESMA, Sílvia Jurema; BONI, Valdete. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

QUEIROZ, Danielle Teixeira et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. Rev. enferm. UERJ, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

QUIRÓS, J. Política e Economia na Ação Coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. Mana, 15 (1): 127-153, 2005.

RAUPP, Fabiano Maury et al. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática, v. 3, p. 76-97, 2003.

RODRIGUES, F. L.; CAVINATO, V. M. Lixo: de onde vem? Para onde vai? Editora Moderna; p. 58, 1997.

ROMÃO, L, F. Brasil década de 90: a recorrência das desigualdades sociais em meio a muitas transformações. XI Congresso Brasileiro de Sociologia, UNICAMP, Campinas/SP, 2003.

ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. Empoderamento e Direitos no combate à pobreza. ActionAid Brasil, Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

SABADINI, Mauricio de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil, em revista Venezolana de analisis de coyuntura, Vol. 2002.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1988.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo. São Paulo, Nobel, 1998.

SANTOS, Ziraldo dos. Coleta Seletiva é responsabilidade social: o caso da Cooperativa de Reciclagem, Trabalho e Produção – Cortrap, em Brasília. 2011. 46f.

Monografia (especialização) – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza, Brasília, 2011.

SANTOS, Vinicius Correia. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. Colóquio Internacional Marx e Engels, v. 6, 2009.

SASSEN, Saskia. Globalization and its discontents: Essays on the new mobility of people and Money, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. 2009.

SINGER, Paul. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, Maria R; CARVALHO NETO, Antônio C. Relações de trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: PUC/Minas Gerais IRT, p. 31-45, 1999.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOTO, Magda Martina Tirado. Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária. Rio de Janeiro, 2011.

SOUZA, DE S., Maria Tereza; BASTOS DE PAULA, Mabel; DE SOUZA-PINTO, Helma. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 2, 2012.

TEIXEIRA, D. R. et al. RL; MALVÁSIO, A. Caracterização da disposição dos resíduos sólidos gerados no município de Palmas -Tocantins: um estudo de caso em quadras selecionadas. Espaço e Geografia, v. 16, n. 1, p. 1-39, 2013.

TOCQUEVILLE, Charles Aléxis Clérel de. A democracia na América. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da USP, 1977

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade. In: Trabalho e emancipação. Expressão popular, 2005.

WAGNER, Alessandra; HEYSE, Halina Linzmeier. Percepção ambiental dos colaboradores sobre os resíduos no campus universitário de Mafra/SC. Saúde e meio ambiente: revista interdisciplinar, v. 4, n. 2, p. 3-15, 2015.

WEBER, M. Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva. Trad. José Medina Echavarría, Juan Roura Parella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcia Máñez e José Ferrater Mora. México: FCE, 2004.

VICENTE, Maximiliano Martin. A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço. São Paulo: Editora UNESP, Cultura acadêmica, 2009.

ZANETI, Izabel Cristina Bruno Bacellar. Educação Ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o sistema de gestão de Porto Alegre, RS. 2016.

LEGISLAÇÕES CONSULTADAS:

BRASIL. Decreto nº7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis; Decreto 11 de setembro de 2003 Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7405.htm. Acesso 02/06/2017.

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso 10/06/2017

BRASIL. Decreto de 11 de setembro de 2003. Criação do Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Revogado pelo Decreto nº 7.405, de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975impressao.htm. Acesso 02/06/2017.

BRASIL. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Acesso 25/06/2017.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979; 8.036, de 11 de maio de 1990; 8.866, de 21 de junho de 1993; 8.987, de 13 de fevereiro a Lei nº 6528, de 11 de fevereiro de 1995, revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso 02/06/2017.

SITES CONSULTADOS

<http://www.lixoes.cnm.org.br/> Acesso 10/02/2018.

<http://www.cempre.org.br/> Acesso em 23/05/2017.

<http://www.demlurb.pjf.mg.gov.br/> Acesso em 23/07/2017.

<http://www.demsur.com.br/site/> Acesso em 13/08/2017.

<http://epseventos.netguestdns.com.br/expocatadores/default.asp/>Acesso 10/03/2017.

<http://mds.gov.br/> Acesso: 10/02/18.

<http://www.mncr.org.br/> Acesso em 12/06/2016. Acesso 20/04/2017.

<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/> Acesso em 05/05/2017.

<http://www.saaevicosa.mg.gov.br/> Acesso em 05/09/2017.

ANEXO 1

Entrevista1: Catadores das associações/cooperativas dos municípios.

1. Quantas pessoas trabalham na associação/cooperativa?
2. Qual o número de Mulheres e homens associados/cooperados?
MULHERES () HOMENS ()
3. Quantos membros da associação/cooperativa vivem exclusivamente da coleta seletiva?
4. Qual o valor médio da arrecadação? 1. Até 1 salário mínimo () 2. Mais de 1 a 2 s.m () 3. Mais de 2 a 3 s.m () 4. De 3 á 4 salários mínimos () 5. Sem declaração ()
5. Existe algum critério para a admissão de associados/cooperados?
6. Quais fatores influenciam as pessoas a se associarem à cooperativa/associação?
7. Como e quando a foi a formação da cooperativa/associação?
8. Como é realizada a escolha dos membros da diretoria (presidente, vice-presidente, tesoureiro)?
9. Como é a dinâmica de trabalho da associação/cooperativa?
10. Quantas toneladas de materiais recicláveis são vendidas mensalmente?
11. É comum que os catadores contribuam com o INSS, de forma a garantir sua aposentaria? Sim () Não ()
12. Com qual frequência a associação/cooperativa se reúne para fazer assembleias?
13. O grupo participa de algum processo de formação/capacitação?
14. A associação/cooperativa conhece o Movimento Nacional de Catadores-MNCR? Sim () Não () – Se sim, está inserida no mesmo?
15. O grupo conhece a PNRS? Se sim, qual a visão do grupo sobre ela? 16. Existe reunião com o Poder Público? Com qual é a frequência?
Sim () Não () Considerações:
17. Alguma sugestão da associação/cooperativa foi posta em prática pela prefeitura?

18. A associação/cooperativa recebe apoio do Poder Público,ONG, empresa, etc? Se sim, de que forma? Sim () Não () Considerações:

19. Você está satisfeito com o suporte dado pela prefeitura para o desenvolvimento da coleta seletiva na cidade?

20. O grupo acessa alguma política pública da reciclagem? Se sim, qual(is)?

ANEXO 2

Entrevista 2: Gestores dos resíduos sólidos dos municípios

1. A prefeitura possui algum departamento responsável pelos resíduos urbanos/ coleta seletiva da cidade? A prefeitura conhece a PNRS? Se sim, quais as diretrizes adotadas pelo município?
2. Qual a visão do Poder Público sobre esta Lei?
3. Existe alguma capacitação para os funcionários da limpeza urbana sobre a importância da coleta seletiva?
4. É realizado um trabalho de educação ambiental com os moradores do município?
5. Quantas toneladas de resíduos a população da cidade produz diariamente?
6. Existe um estudo gravimétrico dos resíduos sólidos do município? Qual a periodicidade? Sim () Não () Considerações:
7. Como é realizada a coleta seletiva na cidade?
8. O Poder Público e/ou autarquia estima a porcentagem de habitantes da cidade que são atendidos pela coleta seletiva?
9. O município possui algum instrumento/Plano de gestão dos resíduos recicláveis? Se sim, qual(is)?
10. Os catadores participaram da elaboração de algum desses instrumentos políticos?
11. A associação/cooperativa participa do planejamento da coleta seletiva? Se sim, de qual forma?
12. Como é a relação de trabalho do Poder Público com a associação/cooperativa?
13. Existe algum convênio ou contrato formalizado com a associação/cooperativa?
14. Alguma sugestão da associação/cooperativa foi incorporada na gestão dos resíduos recicláveis?
15. Existe reunião com os catadores? Se sim, com qual frequência?
16. O Poder Público/autarquia apoia a cooperativa/associação de catadores? Se sim, de qual maneira?

17. Em uma escala de 0 a 5, como o poder público avalia o trabalho da organização de catadores?

18. Quais são as metas do município para a melhoria e/ou manutenção do serviço de coleta seletiva?